

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

JANAINA LOPES DE AMORIM

**O CORPO ESTÁ NO CONTRATO? Estudo sobre as ocorrências de assédio sexual
contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz**

Imperatriz
2021

JANAINA LOPES DE AMORIM

**O CORPO ESTÁ NO CONTRATO? Estudo sobre as ocorrências de assédio sexual
contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Comunicação e processos sociopolíticos.

Orientadora: Profa. Dra. Thaísa Bueno.

JANAINA LOPES DE AMORIM

**O CORPO ESTÁ NO CONTRATO? Estudo sobre as ocorrências de assédio sexual
contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação do Departamento de Jornalismo da
Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Thaísa Bueno (orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Camilla Quesada Tavares (avaliadora interna)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Paula Melani Rocha (avaliadora externa)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Agradecimentos

A todas que lutaram antes de nós para que hoje fosse possível nossa presença nos espaços de educação formal. Em especial, à minha vó, dona Maria, por tanta abnegação para que eu acessasse esse direito básico que, para muitos, é alcançado com sacrifício.

A Suelén, Mônica, Alcindo e Samanta, por regarem este sonho, quando ele ainda era um projeto. Pré-projeto, na verdade. A Juliana, Jeff, Kalyne, Dilmara, Vanda, Clarícia, Regilma, Dilmara e Marcos, por todo colo e escuta afetuosa, seja sobre a vida acadêmica, seja sobre aleatoriedades. Por, nos momentos de escassez, me mostrarem a semente germinando.

A todas que se prontificaram a participar das entrevistas. Esta não se trata de uma pesquisa sobre mulheres jornalistas, mas com mulheres jornalistas. Também faço parte desse universo e compartilho as dores e resistências presentes em cada fala.

À minha orientadora Thaisa Bueno, por quem tenho profunda admiração e um sentimento de gratidão que transborda por tanta dedicação e pela oportunidade de estarmos juntas em mais esta jornada acadêmica. Espero que venham muitas outras parcerias.

A toda essa rede de apoio que possibilitou que esta semente germinasse. Floresceu e é nossa!

Declaramos guerra até a morte à ideia de que a mulher foi criada para o homem.

Elizabeth Staton, 1868

RESUMO

Esta pesquisa trata do assédio sexual sofrido por mulheres jornalistas que atuam em Imperatriz (MA). O estudo tem por objetivo compreender como o assédio sexual envolvendo mulheres jornalistas ocorre na da segunda maior cidade do Maranhão, bem como identificar as práticas de assédio na rotina de trabalho, partindo do pressupostos de que essa violência é frequente em outras cidades, como apontam de estudos nacionais anteriores como o da Abraji (2017) que abrange as cidades de Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, o da pesquisadora Portela (2018), realizado em Curitiba, e o de Lima, Santos e Tavares (2019), em Balsas. Didaticamente, a pergunta que norteia este estudo é: como o assédio sexual envolvendo mulheres jornalistas de Imperatriz se manifesta na rotina jornalística e qual é seu impacto para essas profissionais? Para dar conta dessa proposta, optou-se por uma pesquisa empírica com abordagem qualitativa, ancorada em entrevistas abertas e em profundidade. O procedimento de análise e interpretação dos dados foi guiado pelas bases da Análise de Conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas que permite a interpretação de comunicações, composta pelas fases de descrição, interpretação e inferência (BARDIN, 1977; PUGLISI, FRANCO, 2005). Ao todo, 19 jornalistas foram ouvidas de um universo de 23 que atuam nos veículos que fazem parte do recorte do estudo, que compreende redações de TV e de rádio e um portal de notícias. A fundamentação teórica que dialoga com a pesquisa teve como base autores como Safiotti (1987;1976), Louro (2011), Fukuda (2012) e Butler (2003). Entre os apontamentos encontrados está o de que o assédio faz parte da rotina das jornalistas e que essa violência traz impactos tanto para a saúde das vítimas, quanto para sua carreira. Indiretamente a violência acaba afetando também a qualidade do material disponibilizado ao público. O estudo identificou, ainda, que Imperatriz, apesar de ser uma cidade de médio porte do interior do Maranhão, tem uma realidade parecida em relação à frequência e às características do assédio nas demais cidades do país. Mostrou ainda que a maior parte dos assediadores são homens que ocupam cargo de chefia ou possuem alguma posição considerada de respaldo social. Essa agressão acontece em todas as etapas do trabalho, abrangendo ambientes externos e internos, tanto presencialmente quanto por mídias sociais on-line. Além disso, esse ato violento tem impactos tanto para as profissionais, que passam por situação de adoecimento, quanto para a rotina jornalística, já que as mulheres trocam pauta, evitam fontes e derrubam coberturas para evitar contato com os assediadores. E, ainda que não encerre o assunto assédio, ao apresentar os resultados e particularidades de uma cidade do interior, no Nordeste do país, a pesquisa pretende contribuir para ampliar as perspectivas acerca das relações de gênero e do assédio contra mulheres no mercado de trabalho do jornalismo, colaborar para mostrar que esse problema existe e sua gravidade e assim chamar atenção para a importância do debate sobre o assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres jornalistas; Mercado de Trabalho; Assédio Sexual.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Primeira edição de <i>O Jornal das Senhoras</i>	30
Figura 2 – Primeira edição de <i>O Sexo Feminino</i>	33
Figura 3 – Mapa da regulamentação jurídica do assédio na América Latina.....	44
Figura 4 – Mensagem em que Samir assedia candidata a emprego.....	51
Figura 5 – Principais palavras usadas pelas entrevistadas para definir o assédio.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Feminização da imprensa em Imperatriz.....	56
Tabela 2 – Dados sobre idade	63
Tabela 3 – Dados sobre escolaridade	65
Tabela 4 – Dados sobre cor.....	67
Tabela 5 – Dados sobre renda	68
Tabela 6 – Dados sobre área de atuação.....	71
Tabela 7 – Dados sobre identificação dos agentes.....	82
Tabela 8 – Dados sobre a identificação da ferramenta.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Regulamentação jurídica do assédio na América Latina.....	26
Quadro 2 – Principais diferenças entre assédio pessoal e mediado.....	87

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, DISCRIMINAÇÕES E A INSERÇÃO DAS MULHERES NO JORNALISMO.....	16
2.1	O JORNALISMO COMO CAMPO DE DISPUTA DE GÊNERO: inserção das mulheres nesse espaço de trabalho	29
3	DIREITO AO CORPO, TEMOS? Conceito, legislação e recorrências do assédio sexual.....	39
3.1	RESPEITAR É LEGAL: o lugar do assédio sexual na legislação.....	42
3.2	QUANDO A JORNALISTA VIRA O ALVO: casos de assédio sexual no jornalismo.....	49
4	PERCURSO METODOLÓGICO E UNIVERSO DA PESQUISA.....	56
5	CABE NO JORNAL? O assédio sexual nas redações de Imperatriz.....	63
5.1	PERFIL DAS MULHERES JORNALISTAS DE IMPERATRIZ.....	63
5.2	ASSÉDIO SEXUAL É ROTINA: identificação, agentes, ocorrências e consequências do assédio	74
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFERÊNCIAS	107
	ANEXOS.....	120

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo como campo de atuação profissional toma forma no século XIX, em decorrência do desenvolvimento do capitalismo e de processos subsequentes, como a industrialização, a urbanização, a alfabetização da população e a profissionalização das rotinas produtivas e sua massificação (TRAQUINA, 2005). O período também foi marcado pelo ingresso, ainda que de forma tímida, de mulheres nas redações, inclusive no Brasil (ROCHA; SOUSA, 2011). Uma inserção que não aconteceu de maneira equânime, nem pacífica. No que diz respeito à equidade, o ingresso das primeiras jornalistas já mostrava uma diferença de classe e cor, basicamente porque eram exclusivamente mulheres brancas e de classe média, parcela que tinha mais acesso à educação formal (DUARTE, 2003), mostrando, já de início, que as camadas sociais menos favorecidas econômica e socialmente não foram incluídas nesse processo. Ademais, a inserção feminina foi marcada por resistência, já que a sociedade da época ridicularizava as jornalistas, assim como as demais mulheres que se lançavam no mercado de trabalho, sob a prerrogativa de que não era possível conciliar a carreira e as atividades domésticas (CASADEI, 2011). Tais críticas ratificam a ideia de que os gêneros não gozavam do mesmo reconhecimento e estão subordinados às relações de poder (LOURO, 2011) e aos sistemas de classificação social (BOURDIEU, 1983). Premissas que podem ser traduzidas na ideia de que um gênero pode e vale mais que outro, ou ainda, que estão predestinados e, portanto, cerceados de certas funções e papéis.

Ainda assim, desde século XIX, a participação das mulheres nas redações tem sido crescente. Em 2006, de acordo com o Ministério do Trabalho, 52% das vagas de jornalista no Brasil eram ocupadas por mulheres (CASADEI, 2011). Em 2012, segundo um levantamento do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) que ouviu 2.731 jornalistas de todas as unidades da federação e do exterior esse número chegou a 64%. Uma pesquisa da *Comunique-se*, portal voltado à produção de notícias e artigos sobre Jornalismo e Marketing, em parceria com a Apex Conteúdo Estratégico, que ouviu 26 mil jornalistas que atuam em veículos de comunicação no Brasil, mostrou que, em 2018, apesar de não serem a maioria, as mulheres eram 41,8% do total de profissionais em atuação nas redações tradicionais de Jornalismo. Na televisão o número de mulheres é 49,9%, quase equivale ao de homens, que é de 50,1%. Isso sem levar em consideração as mulheres jornalistas que atuam em outras áreas, como assessorias de imprensa, empreendedoras em empresas de comunicação ou as que atuam como docentes em cursos de Jornalismo pelo país.

Em geral, os números são indicativos de que as mulheres participam fortemente do mercado de imprensa, indicando uma feminização, que é presente também em outras áreas Rocha (2004). Entretanto, mesmo que estejam adentrando de forma significativa nas empresas de mídia e em todo o mercado jornalístico, isso aconteceu, mais pontualmente, devido ao seu próprio investimento em capacitação e não por uma abertura sistematizada do campo. Rocha e Sousa (2011) apontam que, a partir da década de 60 do século passado, ocorreu um aumento na oferta de cursos superiores em Comunicação Social e que elas aproveitaram a oportunidade para se qualificar e entrar na luta por uma vaga no setor.

Segundo a autora e o autor, já em 1998 quase 67% do mercado universitário nacional em Jornalismo era composto por mulheres. Esse processo de profissionalização “deu lugar a uma geração de jornalistas com curso superior e pós-graduação, originárias de segmentos sociais médios e médios-altos” (ROCHA; SOUSA, 2011, p. 15). Perfil que foi confirmado posteriormente. Em 2010, segundo o Censo do IBGE, as mulheres eram 64% das profissionais do jornalismo. Em 2012, os jornalistas brasileiros eram majoritariamente mulheres (64%), brancas (72%), com até 30 anos (59%) e formadas em Jornalismo (98%) (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012).

Na tese de doutorado de Rocha (2004) consta que em São Paulo, onde está concentrado a maior parte dos profissionais jornalistas possui 7692 jornalistas, sendo que desses 2.587 são mulheres, uma das maiores ocupações do Brasil. Rocha e Woitowicz (2017) afirmam também que inicialmente as mulheres eram contratadas sem registros ou usavam pseudônimo, o que dificulta o rastreio, mas que em Curitiba, no jornal Gazeta do Povo, por exemplo, entre 1990 e 2010 elas eram 38 profissionais atuando na imprensa. Elas citam ainda que a entrada delas resultou em mudanças positivas, como implementação de suplementos e na diagramação, apontando que o impacto da feminização vai muito além dos números.

Em Imperatriz são seis emissoras de TV, todas com jornais locais; um jornal impresso; três *sites* de notícias e sete rádios – que não focam na produção de notícias, mas na transmissão de música e conteúdo de entretenimento (LIMA, 2020), composto por 33 jornalistas, sendo 21 com graduação na área. Esses profissionais são jovens, com idade entre 24 e 28 anos, solteiros e majoritariamente do sexto feminino (CARNEIRO, 2020). E a participação feminina tem sido crescente. Nos últimos 10 anos, o número de jornalistas mulheres saltou de 19% (MORAES, 2010) para 68,6% (GEHLEN; BUENO; SILVA, 2018), números relativos a profissionais graduados.

De uma maneira geral, esses dados mostram que, na atualidade, o Jornalismo é uma área de atuação profissional com forte presença feminina, embora haja exceções, em particular por conta das regionalidades nacionais, principalmente porque há muitas mulheres jornalistas sendo formadas todos os anos no país. Em outros países, a realidade é parecida, o que permite entender que a feminização do Jornalismo é uma tendência não só no Brasil. Em Portugal, por exemplo, em 2007, 49,85% dos cargos de jornalistas eram ocupados por mulheres (ROCHA; SOUSA, 2011). Na França, a participação das mulheres também tem aumentado, embora elas não sejam maioria. Um estudo que busca identificar o lugar das mulheres no ambiente da mídia belga mostrou que 43 mulheres para 453 homens foram candidatas para emissão da carteira de jornalista são mulheres. Esses dados são de 1966. Em 2003, elas passaram a ser um quarto do grupo profissional, o que já mostra um crescimento (LE CAM; LIBERT; MÉNALQUE, 2018). Dos que atuam na área, na década de 1990, 85% dos profissionais do Jornalismo tinham a faixa-etária de 26 a 30 anos e possuíam curso superior na área, sendo que, destes, 94% eram do sexo feminino (NEVEU, 2006). O que sugere que as mulheres estão buscando a profissionalização.

No entanto, essa maior inserção não foi sinônimo de igualdade entre os gêneros. Levantamento de 2018, organizado pelo Coletivo de Mulheres Jornalistas do Distrito Federal (SJPDF), apontou que 74,3% das mulheres jornalistas brasileiras já sofreram assédio sexual durante o exercício da profissão (COLETIVO, 2019). No Maranhão, mais precisamente em Imperatriz, localidade que contempla o recorte deste estudo e se configura como a segunda maior cidade desse Estado, uma pesquisa que discute as diferenças de gênero nas rotinas produtivas da Comunicação apontou que **todas** as jornalistas atuantes nos veículos da grande imprensa local já passaram por situações de assédio. O levantamento englobou veículos tradicionais, empresas públicas e privadas, assessorias e agências, abrangendo 56 mulheres, das 66 identificadas como parte do quadro de funcionários destas empresas (MASSUCHIN; LIMA, 2019). Outra pesquisa, que teve como proposta identificar como as relações de gênero aparecem no processo de produção jornalística nas cidades de Imperatriz e Balsas (município localizado na região Sul do Maranhão), mostrou que as jornalistas enfrentam discriminações como assédio, abuso de poder e pressões quanto à aparência (LIMA; SANTOS; TAVARES, 2019).

Nenhum destes estudos do Maranhão detalhou a manifestação dessa violência para a rotina jornalística das profissionais ou teve como foco, especificamente, o assédio sexual, como se propõe esta dissertação, mas ratificam a discriminação de gênero na rotina e apontam para uma agressão real no dia a dia de trabalho dessas profissionais.

Desse modo a pergunta que orienta este trabalho pode ser descrita da seguinte forma: como o assédio sexual envolvendo mulheres jornalistas que atuam em Imperatriz se manifesta na rotina jornalística e qual é seu impacto para essas profissionais?

Estruturalmente o objetivo geral é entender como o assédio sexual envolvendo mulheres jornalistas que atuam em Imperatriz ocorre nas redações da segunda maior cidade do Maranhão. Quanto aos objetivos específicos, eles podem ser descritos como:

- Identificar as práticas e vivências de assédio na rotina das jornalistas que atuam Imperatriz;
- Conhecer as formas e ferramentas usadas nas práticas de assédio,
- Verificar quem são os agentes e de que forma atuam dentro da prática de trabalho das jornalistas;
- Descobrir como as jornalistas lidam com o assédio e o impacto dele para a rotina de trabalho dessas profissionais.

Dedicar-se ao tema se justifica, porque, embora a recorrência do assédio sexual contra as jornalistas possa trazer danos graves para a saúde das trabalhadoras, como estresse, depressão e até mesmo suicídio (ALMEIDA, 2016), o tema ainda é pouco pautado na academia. Levantamento exploratório, realizado com publicações dos últimos dez anos (de 2009 a 2019), feito para esta dissertação, no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR) e nas revistas *Famecos*, *Galáxia* e *Estudos Feministas*¹, com as palavras-chave: assédio + jornalistas + mulheres, identificou apenas duas pesquisas que focavam o assédio, ainda que o tema mulheres e jornalismo tenha gerado um total de 142 trabalhos. Uma das pesquisas encontradas está disponível nos Anais da SBPJor. É intitulada “Mudanças na rotina profissional de mulheres jornalistas devido ao assédio sexual, verbal e moral”. Esse estudo, feito em 2018 pelas pesquisadoras Letícia Kutzke e Tatiane Gonsales, na FIAM-FAAM, de São Paulo, aponta as consequências do assédio. Entre eles estão doenças como parada cardíaca,

¹Buscamos publicações com a temática no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na área da Comunicação e Informação, bem como nos Anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), evento nacional voltado para estudos em Jornalismo e de amplo reconhecimento da área. Além disso, para complementar o estudo, foram pesquisados arquivos de revistas de referência na Comunicação e Informação e que publicam pesquisas sobre o Jornalismo. Foram selecionadas as revistas: *Galáxia*, *Famecos*, avaliadas pela Capes (2019) com o Qualis A2, e a *Estudos Feministas*, cujo Qualis (2019) é A1. Embora entendamos que existem outras revistas tão ou mais qualificadas na área no Brasil, nosso recorte privilegiou essas publicações com o objetivo de apresentar um primeiro olhar para o estudo. E, ainda que não contemple todas as pesquisas na área, serve como um parâmetro, já que são publicações de amplo reconhecimento.

crise de stress e ansiedade, mudança de comportamento, interferência na rotina de trabalho e demissão. Esse trabalho encontrado é importante porque, diferentemente dos outros, que evidenciam as práticas de assédio, debruça-se sobre as consequências física e psicológica para as jornalistas. Muitas desses problemas levaram, posteriormente, à demissão da jornalista.

O segundo estudo encontrado, este no Banco de Dados da Capes, foi a dissertação produzida na Universidade Federal de Goiás (UFG) por Ana Maria Moraes com o título “Feminização do Jornalismo e desigualdades de gênero no exercício da profissão em Goiânia”, contendo um tópico para tratar especificamente do assédio sexual. A partir das narrativas das jornalistas, coletadas por meio de entrevistas, a autora analisa questões como condições de trabalho e relações das jornalistas com a chefia. Entre as conclusões, Moraes (2018) aponta que as mulheres, em uma posição de chefia, quando adotam posturas semelhantes a dos homens, recebe diversos rótulos, como de durona ou estressada, além de ter que provar constantemente sua competência. Ela pontua ainda que as mulheres têm dificuldades para conciliar as exigências do jornalismo com a vida particular, citando a maternidade, vida familiar e as atividades domésticas. A respeito das percepções das desigualdades de gênero na rotina jornalística, elas vão desde a distribuição de pautas até a situações de assédio moral e sexual.

Os dois estudos trazem apontamentos importantes, dentre eles destacamos o fato de que o assédio é uma prática comum nas redações, além de que há diferenças na trajetória profissional de homens e mulheres e na divisão sexual de trabalho, bem como a reprodução de estereótipos. Esses resultados mostram que o assédio é uma das dificuldades a serem superadas na área e apontam a necessidade de evidenciar o tema.

Importante destacar que, além das poucas pesquisas sobre a ocorrência de assédio na rotina das jornalistas, encontradas no levantamento sobre o perfil dos estudos, percebemos que somente em 2013 gênero e jornalismo começou a aparecer, mesmo que de maneira tangencial, como tema das pesquisas. Para se ter uma ideia, em 2013 foram listadas 17 publicações; já em 2018, foram encontradas 36 pesquisas. O fato de as pesquisas aparecerem com maior frequência a partir de 2013 pode estar relacionado ao período em que as pautas feministas latino-americanas ganharam mais visibilidade, bem como a popularização das redes sociais. Foi nesse ano que surgiram campanhas como “Chega de FiuFiu”, que surgiu com o intuito de combater o assédio sexual em espaços públicos e que teve início nas redes sociais.

A violência contra jornalistas também tem sido pautada por outras entidades. Entre 2018 e 2019, o aumento foi de 50%, segundo relatório publicado em 2020 pela Fenaj. As mídias digitais ficam como terceiro veículo com maior número de casos (18,55%), atrás dos jornais

impressos (26,61%) e TV (28,23%). Em 2017, foram 83 vítimas do sexo masculino, 30 do feminino e 17 não identificados relativos a nomes não especificados ou agressões praticadas contra a equipe. No ano seguinte, o número de mulheres vitimadas foi de 60, contra 103 homens. Já em 2019, foram 59 homens e 26 mulheres – quase metade dos ataques. Os três maiores agentes desses ataques foram o próprio presidente da república, Jair Bolsonaro (69,23%); pessoas não identificadas (5,30%); e populares (3,85%).

O Repórter Sem Fronteiras divulgou que no terceiro trimestre de 2020 foram registrados pelo menos 105 ataques à imprensa partindo do Presidente ou de pessoas ligadas ao seu governo, sendo 27 do próprio presidente e 10 deles especificamente contra mulheres. Embora não trate designadamente do assédio sexual, esses números mostram que a violência contra mulheres jornalistas durante o exercício da profissão são reais e recorrentes. Além do mais, essa prática, partindo do principal representante do Governo Federal, institucionaliza a violência contra a imprensa e seus profissionais, fragilizando o acesso à informação e, consequentemente, o próprio regime democrático.

Do ponto de vista jurídico, o debate sobre assédio sexual é recente. Somente em 2018 foi sancionada no Brasil a lei nº 13.718/18 que considera a importunação sexual um crime. Do que foi encontrado em nosso levantamento, a maior parte dos estudos tratou dos produtos midiáticos, daí a grande incidência das análises discursivas (24 dos artigos mapeados) e de conteúdo (21) como metodologia de pesquisa.

Desse modo, constatando que as pesquisas sobre o assédio sexual no Jornalismo ainda são bastante escassas, apesar do aumento de estudos sobre gênero; que investigações que levem em conta as peculiaridades regionais podem contribuir para aprofundar a discussão sobre o tema num país continental como o Brasil; que olhar para as rotinas e práticas em redações menores, como de cidades médias, pode ajudar a avaliar a realidade das jornalistas além dos modelos mais institucionalizados das empresas estruturadas nas Capitais; e que estudos no Maranhão podem conter peculiaridades regionais próprias, por se tratar de um estado apontado como um dos mais pobres do Nordeste e com um alto índice de violência contra mulher², acreditamos poder contribuir para ampliar a discussão sobre o tema. Some-se a isso o fato de que investigar esse assunto é uma forma de chamar a atenção para essa violência que acontece de forma silenciosa e, a partir daí, instigar que mecanismos de combate sejam discutidos e implementados.

² Até agosto de 2020, a Defensoria Pública do Estado atendeu uma média de 300 casos de violência contra mulher.

Cabe mencionar que essa dissertação é fruto de uma inquietação que surgiu no exercício da profissão da pesquisadora enquanto jornalista. Ao longo dos mais de 10 anos no mercado de trabalho, percebeu a recorrência da fala de colegas relatando situações de assédio sexual, bem como certo o silenciamento do tema na rotina de trabalho e até mesmo nas pautas sugeridas.

Metodologicamente, optamos pela pesquisa empírica, com abordagem qualitativa, partindo do pressuposto de que esse tratamento lida com a subjetividade dos elementos pessoais e está focado em compreender os significados presentes nas ações humanas (MARTINO, 2018). Como ferramentas de coleta de dados, a escolha foi por um questionário para levantamento dos dados socioeconômicos.

Já para as questões relacionadas ao assédio sexual são abertas ou não estruturadas (MARTINO, 2018; LAKATOS; MARCONI, 2003). Nessa modalidade, a entrevista se aproxima de um diálogo entre pesquisador e entrevistado, no qual há apenas tópicos que orientam a conversa. A vantagem dessa técnica é a liberdade do entrevistado e a possibilidade de coleta de informações mais detalhadas (MARTINO, 2018). O tipo de entrevista não estruturada utilizado foi a focalizada, em que há um roteiro de tópicos e o entrevistador tem a liberdade de fazer as perguntas (LAKATOS; MARCONI, 2003) e o entrevistado pode falar livremente sobre o assunto (GIL, 2008).

Foi assegurado às entrevistadas o sigilo tanto da fonte quanto do veículo no qual trabalham, para que elas se sentissem mais seguras para falar abertamente sobre o assunto e evitar possíveis retaliações. A entrevista seguiu um roteiro que teve quatro blocos de orientação: identificação e vivência do assédio, agentes, as ferramentas utilizadas e os impactos.

A interpretação dos dados foi abalizada pela Análise de Conteúdo, conjunto de técnica que permite analisar um texto, fazendo a inferência para o contexto social, tendo como fases a descrição interpretação e, por último, a dedução. A análise é feita de forma objetiva, levando em conta alguns padrões como frequência de palavras, temas, características e diferenças (BARDIN, 1977; BAUER, 2002).

Com isso, dando voz às profissionais que são alvo desse assédio, acreditamos poder entender melhor as relações de trabalho em uma redação de uma cidade de médio porte, localizada no interior do estado, cujas características podem refletir também outras realidades, longe dos modelos mais estruturados dos grandes centros. Acreditamos, ainda, poder contribuir para entender como esse tipo de violência é percebido pelas jornalistas e como ele se apresenta ou em distintas situações de atuação.

Para fins didáticos, esta dissertação foi pensada em dois grandes blocos: o primeiro teórico, em que são apresentadas discussões que embasam o trabalho de campo, a orientação das entrevistas e as análises; e o outro empírico, com a descrição detalhada dos achados da pesquisa.

No bloco teórico, o primeiro capítulo – “Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Discriminações e a inserção da mulher no Jornalismo” – trata do conceito de gênero, da hierarquização entre os trabalhos masculino e feminino e das discriminações mais comuns contra as mulheres no Jornalismo. As discussões permitem entender como a questão de gênero foi sendo formatada na rotina jornalística. Aborda também questões teóricas sobre a própria prática da profissão e os espaços de atuação das mulheres nas redações, incluindo retrospectiva histórica da inserção das mulheres nesse campo de trabalho, bem como as mudanças que impactam o fazer jornalístico na atualidade.

O segundo capítulo desse bloco – “Direito ao corpo, temos? conceito, legislação e recorrências do assédio sexual” – conceitua e tipifica os assédios sexuais, menciona os avanços na legislação e faz uma contextualização desses tópicos com a Comunicação, abordando ainda alguns casos que ocorreram na área. A proposta é ter um panorama de como o tema vem sendo tratado nos últimos anos, a fim de compreender de maneira aprofundada suas manifestações e idiossincrasias.

Na etapa empírica, um capítulo vai apresentar os resultados e as análises das entrevistas. Iniciamos com a descrição detalhada das escolhas metodológicas, com a apresentação do campo de investigação e das sujeitas que compõem o recorte desta pesquisa. Por fim, os achados da pesquisa e suas análises serão exibidos no decorrer do último capítulo, intitulado “Cabe no jornal? O assédio sexual nas redações de Imperatriz”.

2 GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E DISCRIMINAÇÕES NO JORNALISMO

Para ampliar a discussão sobre o assédio sexual no mercado de trabalho jornalístico, foi necessário abordar algumas questões que atravessam a temática, por isso começamos problematizando a noção de gênero, que vai impactar posteriormente toda a organização do trabalho feminino, inclusive no campo do Jornalismo.

O termo “gênero” começou a ser utilizado entre as feministas³ americanas em meados dos anos 70 e 80 do século passado para definir o caráter social do sexo e da construção das identidades subjetivas, tanto dos homens quanto das mulheres, apontando também para o seu caráter relacional (SCOTT, 1995). Em linhas gerais, gênero passou a se referir às distinções baseadas no sexo e indicar a rejeição do determinismo biológico, que consiste no pressuposto de que somos, homens e mulheres, determinados pelas características orgânicas dos corpos, colocando aspectos biológicos como explicação e/ou justificativa para questões sociais, tais como a diferença entre homens e mulheres no que tange a desempenhar determinadas funções ou fazer certas escolhas (LOURO, 1997). As relações sociais entre os sexos passaram a ser vistas como construções culturais entre eles. Mais adiante esse entendimento foi ampliado e incluiu intersecções políticas e históricas (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995; LOURO, 1997).

A questão cultural é incorporada à noção de gênero, que passa a ser compreendido como uma construção, não como um resultado causal do sexo, “nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo” (BUTLER, 2003, p. 24), sendo uma interpretação múltipla, “uma superfície politicamente neutra *sobre a qual age a cultura*”(BUTLER, 2003, p. 25, grifo da autora). A ideia, a partir dessa perspectiva, não era negar que o gênero se constitui sobre corpos sexuados, uma questão que é levantada até os dias atuais, mas reiterar que tanto o gênero em si quanto o próprio corpo são construções sociais e históricas, o que desliza o debate para o campo social e permite conceber o gênero como uma convergência de diversas construções (BUTLER, 2003). Quando se considera essa concepção de gênero, para além do binarismo e do determinismo biológico, o pensamento passa a ser mais plural e as considerações de diversidade de representação das mulheres, e dos homens, ficam mais visíveis (LOURO, 1997).

Baseada nessa amplitude das questões de gênero, Scott (1995) aponta que essa mudança de perspectiva foi importante para os estudos que incluíam abordagens focadas na

³ Entendemos como feministas aquelas que aderem ao feminismo, que, por sua vez, é um movimento social e intelectual que surgiu com o objetivo de dar visibilidade às mulheres, denunciar sua ausência em várias esferas da vida em sociedade, como a política e a ciência, e defender sua emancipação (LOURO, 1997).

educação, no sistema político, na identidade subjetiva e no mercado de trabalho, que é o foco desta dissertação. Segundo a autora, para analisar as relações sociais de gênero no mercado de trabalho, é necessário, antes de tudo, entender que o processo de hierarquização beneficia o trabalho masculino, que é mais valorizado em relação ao feminino.

Assim, as questões relacionadas ao gênero, como a violência e a hierarquização, são práticas sociais e não podem ser dissociadas das interações e dos símbolos que compõem a realidade social. As relações de poder que envolvem o gênero estão associadas a questões culturais, estabelecidas por meio das interações simbólicas construídas entre os sujeitos inseridos em um contexto (GADEA, 2013; BARBERO, 2018; BLUMER, 1980). Nesse sentido, cabe pontuar que a divisão sexual do trabalho é entendida como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade” (KERGOAT, 2009, p. 67). Em outras palavras, as relações sociais atravessam essa divisão, sendo fundamental em sua organização (BIROLI, 2016), incorporando interseccionalidades, como raça, classe e gênero (BIROLI, MIGUEL, 2015)

Quando analisamos essa divisão, logo pensamos no mercado de trabalho remunerado e formal, porém tal bifurcação abrange diversos trabalhos, como o profissional, o doméstico, o formal, o informal, o remunerado e o não remunerado (HIRATA, 2015). Como explica Hirata (2015), a partição é baseada em princípios organizadores, hierárquicos e de separação. Aos homens, é destinada, prioritariamente, a esfera produtiva, de forte valor social e que requer conhecimentos técnicos. Às mulheres, resta a reprodutiva e a esfera privada, com atividades manuais e repetitivas (KERGOAT, 2009; HIRATA, 1995; THOMÉ; SCHWARZ, 2015), privando-as das tarefas reconhecidas socialmente como nobres e marginalizando o seu trabalho (BOURDIEU, 2012), processo que é justificado pela ideologia naturalista (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A hierarquização de gênero na divisão sexual do trabalho está presente em todo mundo social e incorporado em seus agentes. São divisões construídas e naturalizadas, que formam a ordem social, baseada em uma visão androcêntrica, muitas vezes imposta sob o discurso da neutralidade, que ratifica a dominação masculina. Sob essa ordem, é que se alicerça a divisão social do trabalho, que distribui estritamente as atividades a cada um dos sexos com base em uma construção arbitrária do biológico, dando uma aparência natural às atribuições (BOURDIEU, 2012).

Dados atuais ratificam tais ponderações. Segundo o IBGE (2018), as mulheres gastam cerca de 8,2 horas a mais do que os homens com atividades domésticas. Elas dedicam

uma média de 18 horas semanais, enquanto eles não ultrapassam 10 horas no mesmo período de tempo. Entre as pretas ou pardas, a diferença é ainda maior, com registro de aproximadamente uma hora a mais do que as brancas. Os dados apontam ainda que, apesar de elas serem mais qualificadas profissionalmente – entre os homens, o índice de conclusão de graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5% –, somente 39,1% ocupam cargos de gerência no mercado de trabalho, enquanto os homens são 60,9%.

Federici (2004) chama atenção para o fato de que a hierarquização de gênero tem ligação direta com o processo de acumulação primitiva, que expropriou não apenas a produção artesanal, mas reverberou na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres e de outras categorias como a de raça, de modo que foi fundamental para a dominação de classe e para a formação do proletariado. O resultado dessa hierarquização é a intensificação e o ocultamento da exploração e do antagonismo de classe.

Antes da ascensão do capitalismo, as mulheres desenvolviam trabalhos que eram reconhecidos na sociedade, como o cuidado da saúde da família, a fabricação de manteiga e até mesmo o comando de tavernas (DAVIS, 2016). Elas já exerciam outros trabalhos, que inclusive exigiam força, antes das indústrias, como arar a terra e carregar os filhos (TOLEDO, 2008), o que revela uma imposição cultural para os serviços considerados pesados. A produção de outros artigos tradicionais das mulheres, como a fabricação de manteiga, velas e pão, acaba sendo massificada também, o que gera um deslocamento dessas mulheres para as fábricas (DAVIS, 2016).

Nas sociedades de coleta e caça, os homens saíam para caçar e o provimento deles era incerto, já que a captura de animais nem sempre era garantida. Contudo, a coleta realizada pelas mulheres acontecia cotidianamente, colaborando para a sobrevivência humana. Elas eram “consideradas seres poderosos, fortes, verdadeiros seres mágicos, em virtude de sua capacidade de conceber e dar à luz, presumivelmente sozinhas” (SAFFIOTI, 2011, p. 60).

Dessa forma, as mulheres já exerciam atividades produtivas, porém em casa e nos arredores. No século XVII, na Inglaterra as mulheres ocupavam função de agiotas, donas de papelarias, de navios, de lojas, vendedoras de livros, fornecedores de roupas para o exército e a marinha, eram varejistas e atacadistas. Chegaram, inclusive, a deter um monopólio na fiação têxtil. No entanto, elas só eram aceitas nesses negócios levadas por um homem, por isso faziam parte desses espaços mulheres casadas (SAFFIOTI, 1976). Um dos motivos que torna difícil tratar de independência econômica feminina nesta época, já que as atividades desempenhadas por elas se desenvolviam apenas no grupo familiar e em função dele.

Por meio de um processo violento de proibições, elas foram impedidas de exercer atividades que não tivessem fins domésticos, seja por meio de leis, seja pelo julgamento social. A inferioridade imputada às mulheres permitiu a ampliação da mão de obra não remunerada (FEDERICI, 2004), com a execução das atividades de casa, que agora não produziam mais mercadoria, sendo, portanto, consideradas sem valor (TOLEDO, 2008). Uma desvalorização arbitrária, uma vez que esse tipo de atividade está na base estrutural da sociedade (BANDEIRA, 2019), já que é em casa que o trabalhador se alimenta e descansa, ações fundamentais para o rendimento no trabalho realizado em outros contextos (TOLEDO, 2008).

Com o advento do capitalismo houve uma reconfiguração e elas passaram a ser “trabalhadoras extra lar” (SAFFIOTI, 1987, p. 61). Com a Pós-Revolução Industrial e a necessidade do mercado por mão de obra, as mulheres passam a trabalhar para as fábricas de tecidos, tendo em vista que a tecelagem era considerada um trabalho tradicionalmente feminino (DAVIS, 2016). É importante notar que essa conquista do trabalho fora da esfera doméstica é ampliada justamente no período de expansão das fábricas e do capital, que declinou as manufaturas e exigiu a presença de mais trabalhadores e trabalhadoras (TOLEDO, 2008), ou seja, foi fruto de uma necessidade do capitalismo, não de reconhecimento. Com o surgimento das máquinas, as mulheres passaram a ser contratadas, porque as atividades desenvolvidas dispensavam a força física, motivo pelo qual essa mão de obra era considerada inferior.

Ademais, a expansão fabril ressignificou o valor dos bens.

Enquanto os bens produzidos em casa tinham valor principalmente porque satisfaziam às necessidades básicas da família, a importância das mercadorias produzidas em fábricas residia predominantemente em seu valor de troca – em seu poder de satisfazer as demandas por lucro dos empregadores. Essa revalorização da produção econômica revelou, para além da separação física entre casa e fábrica, uma fundamental separação *estrutural* entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo. Como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista (DAVIS, 2016, p. 241).

Daí surge o subproduto ideológico “dona de casa”, realidade de uma parte da sociedade, sobretudo das classes médias emergentes, já que as mulheres com menor poder aquisitivo, principalmente as imigrantes, trabalhavam com péssimas condições e salários nas fábricas. Para estas, dona de casa era mais um dos papéis a serem desempenhados, o que significava outra sobrecarga (DAVIS, 2016).

Além disso, as mães operárias não tinham tempo para amamentar as crianças, pois eram chamadas de volta às fábricas 10 ou 15 dias após o parto e, muitas vezes, para manter os

empregos, recorriam ao uso de tranquilizantes para os filhos. A situação acarretava altos índices de mortalidade infantil e as crianças sobreviventes eram incorporadas às fábricas ainda na infância (TOLEDO, 2008).

Havia também outro tipo de mão de obra feminina: a das operárias em domicílio. As mulheres deveriam apenas possuir máquinas de costura. Porém, o rendimento exigido era muito alto e os salários eram tão baixos que elas não conseguiam sequer pagar o equipamento (TOLEDO, 2008). Ou seja, as mulheres continuavam sendo exploradas e acabavam endividadas. Inclusive, mesmo com a diminuição da precarização do trabalho e flexibilização das leis, essa ainda é uma realidade comum atualmente.

No Brasil, a industrialização inicia no século XIX. Boa parte das pessoas que ocupavam o universo fabril na condição de trabalhadores ou trabalhadoras eram imigrantes, que passaram a substituir a mão de obra escravizada em função da Lei do Ventre Livre e da Abolição dos Escravos, e uma significativa parcela dessa força de trabalho era composta por mulheres e crianças. Naquela época, assim como no século XX, elas atuavam principalmente nas indústrias de fiação e tecelagem, em condições precárias, ocupando funções menos especializadas e com jornadas que chegavam a 18 horas diárias. Então, se as mulheres em geral ocupavam um lugar social de desprestígio, para as operárias era ainda pior, pois comumente eram consideradas incapazes de realizar qualquer trabalho de origem intelectual ou artística. A elas, eram imputadas apenas as atividades braçais, consideradas de menor valor, inclusive moral (RAGO, 2004).

Quase nada foi escrito pelas próprias trabalhadoras em relação ao seu trabalho naquele momento, denotando que essa identidade foi retratada sob a ótica masculina. No entanto, era comum na época a denúncia em jornais sobre as investidas sexuais dos chefes contra as trabalhadoras.

O jornal libertário *O Amigo do Povo*, de 5 de setembro de 1902, por exemplo, denunciava enfaticamente: A que não se submete às exigências arbitrárias, não já do burguês [...] mas às dos capatazes, ao serviço dos mesmos senhores, é desacreditada e maltratada por esses homens sem consciência, até o extremo de ter de optar entre a degradação e a morte (RAGO, 2004, p. 484).

Assim como nos demais países, havia no Brasil aquelas que trabalhavam em subempregos. Em casa, elas exerciam atividades como a de costureiras ou afins para completar o orçamento familiar. Para os donos das fábricas, isso era garantia de mais lucro, já que economizavam com maquinário e com outros encargos. Já para as trabalhadoras, essa modalidade de trabalho significava sobrecarga e exploração (RAGO, 2004).

De forma geral, se por um lado o trabalho nas fábricas significou liberdade econômica e, conseqüentemente, o início da emancipação feminina por outro, acarretou mais uma jornada, devido aos trabalhos domésticos. Para as trabalhadoras de base das fábricas, isso denotou ainda maior alienação (TOLEDO, 2008). Isso porque a elas foram imputadas múltiplas funções: mãe, dona de casa, esposa e trabalhadora, papéis que consumiam todo o seu tempo. Com essa reconfiguração, passaram a existir novas fronteiras entre o tempo de trabalho e outros tempos sociais, principalmente para as mulheres que passaram a viver com mais intensidade essa pluralidade dos tempos, em função de todos os papéis atribuídos a elas (NEVES, 2013).

Mesmo que o capitalismo não tenha inventado essa subordinação, faz parte de sua construção, uma vez que, como já mencionado, se apropriou do trabalho não pago das mulheres (THOMÉ; SCHWARZ, 2015) e de outras questões, como o desprestígio dos trabalhos femininos, tanto social quanto financeiramente. Desse modo, podemos afirmar que colaborou para a hierarquização de gênero no mercado de trabalho.

Além dessa hierarquização entre o trabalho considerado feminino e masculino, há um desnivelamento entre as próprias mulheres, que se organizam conforme variáveis como classe, raça, tempo e lugar, colocando-as em posições diferentes de poder e incorporando formas diferentes opressões. Dessa forma algumas, como as negras, pobres e sem escolaridade, estão em posição social de maior desvantagem em relação as brancas, com mais poder aquisitivo e acesso à educação formal, o que expressa a multiplicidade dos padrões de dominação e de subalternidades (BIROLI; MIGUEL, 2015).

As mulheres, por exemplo, exercem atividades relacionadas aos cuidados com crianças, doentes, pessoas com necessidades especiais e idosos muito mais que os homens, seja de forma remunerada ou não. Porém, aquelas que exercem “gratuitamente” essas atividades também possuem menos chances de ter esse cuidado, se necessário (BIROLI, 2016).

Nesse caso, o contraste é provocado pela concentração de renda e é uma demonstração de que “o gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social, nem é acessório relativamente a essas variáveis” (BIROLI, 2016, p. 720). Tais diferenças se refletem na inserção no mercado de trabalho assalariado, bem como nas oportunidades de ascensão profissional, na remuneração, nas redes de contato e também no tempo livre de que dispõem, que constituem privilégios não só para os homens, mas também para determinados grupos de mulheres (BIROLI, 2016).

Quando uma mulher possui condições financeiras para terceirizar as atividades domésticas, embora a responsabilidade continue sendo dela, essa assimetria relacionada aos

trabalhos de cuidado é atenuada – se considerarmos a divisão homens/mulheres. Mas ao mesmo passo acentua o desnivelamento entre as mulheres (BIROLI, 2016).

Se pensarmos que na pirâmide do mercado de trabalho assalariado – homens brancos no topo, seguidos das mulheres brancas, dos homens negros e das mulheres negras, que ficam na base –, percebemos que essa estratificação também perpassa as questões de raça, reflexo da convergência de vários fatores, incluindo os históricos, que resultam em diferentes inserções sociais e econômicas e, consequente, em acesso à educação e riqueza (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001; BIROLI, 2016).

De qualquer forma, a atribuição às mulheres das atividades domésticas acaba tornando desvantajosa a construção de uma carreira para além da esfera privada, já que elas precisam cumprir múltiplas jornadas ou se abnegar de funções que requerem mais tempo ou dedicação. Essa escolha acarreta diversas desigualdades, como a econômica e a profissional, devido à limitação de acesso às ocupações que exigem maior disponibilidade de tempo. O resultado disso é a segregação dos empregos, tanto que trabalhos relacionados ao cuidado exercido no interior do espaço doméstico são ocupados majoritariamente por mulheres pobres e negras, muitas vezes imigrantes.

Em 2009, o trabalho doméstico empregava cerca de 7,2 milhões de brasileiros e brasileiras. Esta ocupação se caracteriza por: i) ser tipicamente feminina: do total de ocupados em trabalho doméstico, 93% (ou 6,7 milhões de pessoas) eram mulheres; ii) tipicamente negra: do total de ocupados, 62% (ou 4,4 milhões de pessoas) eram negras; e iii) tipicamente urbana: 91% dos ocupados nesta categoria (ou 6,5 milhões) encontravam-se em áreas urbanas, sendo que 1/3 do total estava em regiões metropolitanas (PINHEIRO; GONZALES; FONTOURA, 2012).

Inclusive, o desenvolvimento e a mercantilização das profissões relacionadas ao cuidado só aconteceram devido ao envelhecimento da população e da inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho (HIRATA, 2015), contribuindo para a terceirização remunerada dessa atividade. Contudo, as mulheres acabam sendo mais exploradas, tendo em vista que os trabalhos domésticos ou relacionados ao cuidado, ainda que proporcionem lucros direto ao capital, quando não são gratuitos, possuem salários inferiores aos das profissões consideradas masculinas.

A dupla jornada acaba sendo também um obstáculo, já que elas têm menos tempo para investir na carreira profissional, o que traz consequências para a remuneração e para a precarização (VELOSO; ALBURQUERQUE; MESQUITA, 2019). Dessa forma, o que era para ser sinônimo de libertação para as mulheres, acaba sendo uma sobrecarga. A liberdade

precisa estar associada a condições de trabalho dignas, salários justos (VELOSO; ALBURQUERQUE; MESQUITA, 2019) e à partilha das atividades domésticas entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2011).

A hierarquização e a sobrecarga das atividades domésticas podem ser percebidos na rotina das empresas, desde a pirâmide até os regimes de contratação. Uma pesquisa realizada por Hirata (1995), no Japão, França e Brasil, apontou que as mulheres são menos convidadas a participar das tomadas de decisão, o que ilustra a questão da hierarquização das atividades de acordo com o gênero. Elas também sofrem mais com a precarização do trabalho – de acordo com o IBGE (2018) quando se trata de divisão entre homens e mulheres, a mão de obra feminina ocupa 28% dos empregos de tempo parcial, enquanto a participação masculina nesse tipo de emprego é de 14,1%. Quando o recorte considera a cor, as negras são 31,3% nesse tipo de trabalho e as brancas, 25%. Em relação ao espaço geográfico, esse tipo de contrato é mais comum para mulheres do Norte e Nordeste. Essa modalidade de contratação é vulnerável para as trabalhadoras e trabalhadores, tanto no que diz respeito à carreira e renda quanto à qualificação. Com a vulnerabilidade, há uma intensificação do trabalho, uma vez que a mão de obra, por medo de perder o posto, é mais facilmente sujeitada (HIRATA, 2015).

A informatização do trabalho proporcionada pelos aparatos tecnológicos exige maior qualificação para o domínio dessas ferramentas, contudo as mulheres continuam sendo exploradas, com salários menores, jornadas extensas e instabilidade de emprego, “porque as novas tecnologias servem aos interesses do capital e não para aliviar a exploração da classe” (TOLEDO, 2008, p. 42). E isso se soma à cultura de dominação masculina (BOURDIEU, 2012) incrustada na sociedade.

No jornalismo, Lelo (2019) separa as expressões das desigualdades de gênero em três eixos. O primeiro deles trata da divisão sexual do trabalho, que engloba questões como dupla jornada de trabalho, a predominância de profissionais jovens, solteiras e sem dependentes e a flexibilização dos contratos de trabalho para conciliar a dupla jornada. O outro trata da cultura organizacional, que abrange a idealização masculina, a desigualdade salarial e a avaliação baseada no gênero ou em padrões estéticos. E, por fim, as rotinas produtivas, eixo que trata do binarismo nas redações, da hipersexualização, da restrição de acesso a espaços de maior risco e do silenciamento de profissionais vítimas de assédio.

A prática do assédio em si e a violência sexual podem ser identificadas tanto nas rotinas quanto na cultura organizacional. O Jornalismo, assim como as demais áreas de atuação social, está inserido nessa sociedade patriarcal e tem se mantido “à custa de um discurso

baseado na questão econômica, o qual sustenta o poder familiar e político dos homens” (SANTOS; TEMER, 2018, p. 8), de modo que vai refletir os valores vigentes.

A pesquisa de Bandeira (2019), que analisou a questão dos estereótipos do trabalho masculino e feminino em jornais do Brasil e Portugal, constatou que algumas áreas, como a cobertura esportiva, são predominantemente masculinas, enquanto outras, como as colunas de fofoca, são femininas. No esporte, por exemplo, embora hoje vejamos muitas mulheres jornalistas, barreiras são enfrentadas. Na TV aberta brasileira, apesar de elas estarem em maior número entre os profissionais dessa área, em funções de maior visibilidade como a de apresentadores, comentaristas e narradores, elas são apenas 22,7% (BUENO, 2018).

Além disso, Bandeira (2019) identificou uma série de dificuldades enfrentadas pelas mulheres jornalistas relacionadas à questão de gênero, como a de não conseguir ascender na carreira devido à necessidade de tempo a ser dedicado aos cuidados da casa e da família. Para ascender profissionalmente, “é condição *sine qua non* que cumpram longas jornadas diárias de trabalho, com disponibilidade inclusive após o expediente” (BANDEIRA, 2019, p. 213).

No âmbito do trabalho, há uma ideia prevalente de que as atividades domésticas são femininas, como se fossem da natureza das mulheres. Assim, elas assumem múltiplas jornadas. Essa discriminação e violência é chamada de vertical e está relacionada à “quantidade menor de mulheres em cargo de maior remuneração e tomada de decisões, quando comparada ao número de homens” (THOMÉ; SCHWARZ, 2015, p. 193). Para ocupar espaços de poder, elas precisam estar muito mais qualificadas. Por isso, é comum mulheres cozinheiras, mas a figura do *chef* de cozinha é masculina, por exemplo (THOMÉ; SCHWARZ, 2015).

No Jornalismo, essa realidade também está presente. “O tempo de dedicação ao trabalho aumentou por causa das novas tecnologias” e conciliar essa realidade com responsabilidades domésticas é uma dificuldade para as mulheres (MORAES, 2018, p. 186). Além da ocupação de cargos de chefia, há diferenças também em vários outros aspectos do trabalho, desde a distribuição de pautas até as especializações. Há poucas mulheres em editorias consideradas de maior prestígio, como política, polícia e economia (SANTOS; TEMER, 2016). Além disso, elas normalmente são encarregadas de matérias mais frias⁴ e por isso acabam se distanciando das capas e dos destaques (LEITE, 2017; SILVA, 2010).

⁴Matérias classificadas como *hard News* são relativas a fatos que estão acontecendo, também chamadas de factuais. Elas se contrapõem às *soft news*, que tratam de acontecimentos passados ou de caráter atemporal (TUCHMAN, 1998; SEIXAS, 2013).

Isso mostra que, embora a presença feminina no mercado de trabalho do jornalismo seja considerada uma das mais significativas mudanças na área dos últimos 40 anos, não representou transformações estruturantes em relação à questão de gênero (LEITE, 2017). Dados comprovam a afirmação. A pesquisa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), junto ao portal *Gênero e Número* (2017), realizada no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília e São Paulo, revelou que 53,4% das mulheres que participaram das entrevistas afirmaram acreditar que nas suas organizações há mais oportunidades de progressão na carreira para os homens.

A estruturação patriarcal é tão cristalizada na sociedade que é comum na fala das jornalistas que são mães o sentimento de culpa por não disporem de mais tempo para o cuidado dos filhos, já que dedicam bastante tempo ao trabalho. Tema ausente do discurso dos homens. Isso leva a entender que nem sempre a discriminação acontece de forma explícita, mas é resultado de um contexto cultural da sociedade (BANDEIRA, 2019).

Além disso, apesar do significativo número de mulheres nas redações, elas ainda são poucas em cargos de chefia (ROCHA, 2007). Esses quantitativos são um reflexo da divisão do trabalho, que discrimina e subalterniza a mão de obra feminina (VELOSO; ALBURQUERQUE; MESQUITA, 2019) e demonstra que, apesar de serem maioria na área, continuam subjugadas pelos privilégios restritos aos homens (TEMER; MORAIS, 2016).

Sem contar que elas são questionadas sobre sua função, competência, método e gestão, reforçando a ideia de que os atributos mais valorizados estão convencionalmente associados ao masculino que, por isso, estão mais próximos do poder e do prestígio (VEIGA, 2012). Esse comportamento é resultado do processo de socialização, em que as mulheres são estimuladas a ter atitudes dóceis e apaziguadoras. Já os homens são socializados para desenvolver condutas que denotem coragem e força (SAFFIOTI, 2011), características mais valorizadas socialmente.

Silva (2012; 2010) constatou, ao estudar a redação de um telejornal da RBS TV Porto Alegre, que as notícias de cunho investigativo ou associadas a algum risco eram propostas somente para repórteres do sexo masculino, enquanto as matérias de dramas sociais ou mais frias eram direcionadas para as mulheres. Esse comportamento demonstra que “o prestígio e o poder decorriam de um processo complexo, para além da simples competência profissional” (VEIGA, 2012, p. 502).

A pesquisadora percebeu também que, independentemente da hierarquia da pessoa, os atributos masculinos, como autoridade, são valorizados quando usuais na postura de

jornalistas do sexo masculino; mas quando são adotados por mulheres causam estranheza e preconceito e, por isso, elas são rotuladas de mandonas (VEIGA, 2012).

Ela identificou outras questões, como o fato de as escolhas das fontes e das matérias perpassarem questões de gênero e a subjetividade do jornalista. Ela cita duas ocasiões. Em uma delas, uma travesti e um usuário de drogas ilícitas foram classificados como sem credibilidade e em outra um editor derruba, sem nenhuma justificativa, uma pauta que tinha uma família de homossexuais como protagonista.

Para Veiga (2012), o parâmetro usado, mesmo inconscientemente, era o da heteronormatividade. Homens brancos e casais heterossexuais de classe média/alta detinham maior visibilidade. Essa experiência nos revela que o Jornalismo apresenta um recorte parcial da realidade, resultado da ausência da alteridade – que não é exclusivo da área. Essa prática contribui para a reprodução e naturalização das representações hegemônicas, resultantes dos “saberes cotidianos que orientam e se orientam na cultura” (SILVA, 2010, p. 201), tendo em vista que a desigualdade é posta pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos nas relações sociais (SAFFIOTI, 2011).

Em outras palavras, o processo de produção das matérias perpassa a subjetividade do jornalista, “lugar onde residem as visões de mundo, valores culturais e sociais do individual” e que é subconscientemente acionada durante esse processo (SILVA 2010, p.165). Por isso, a presença de diversos marcadores sociais, que vão além dos de gênero, abrangendo classe, religião e raça, entre outros, são tão necessários nos processos jornalísticos com vistas a mudar as convenções sociais.

Outra pesquisa realizada com 1.126 jornalistas do Brasil aponta que ocupações como as de produtoras e repórteres são mais desempenhadas por mulheres, enquanto as de fotojornalistas, repórteres cinematográficos, colunistas, diretores/ gestores, editores e coordenadores, por homens. O estudo identificou ainda que a probabilidade de os homens conseguirem financiamento das empresas para qualificação profissional é 60% maior do que a das mulheres e que é comum que eles tenham salários maiores, mesmo quando ocupam a mesma função que elas. Quando são mulheres negras, estas são as que recebem os menores salários, mostrando uma desigualdade que vai além da de gênero, incluindo a discriminação de raça. Esses dados são uma amostra de que as funções consideradas de maior destaque estão direcionadas ao sexo masculino (PONTES, 2017).

Além disso, as mulheres raramente ocupam cargos em que precisam tomar decisões. Elas estão em postos de chefia intermediária, nos quais organizam o veículo e seu

funcionamento, mas são os homens que tomam as decisões importantes, ditando as políticas e o ritmo da redação. Para chegar a esses espaços de maior autonomia, elas precisam pertencer às famílias dos grupos de mídia ou comprovar, por anos de trabalho, a sua competência (BANDEIRA, 2019).

Essa realidade é visível em uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo, a qual mostrou que 75,63% das mulheres especialistas em editoração possuíam diploma, porém apenas 5,04% estavam contratadas nessa função (LEITE, 2015). Isso indica que ter a mesma formação, em uma área tradicionalmente masculina, não é suficiente, já que “qualquer que seja a profundidade da *dominação-exploração* da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma” (SAFFIOTI, 2011, p. 107).

Essa prática pode evidenciar a premissa de que as mulheres só são vistas como objetos sociais quando é para contribuir com a permanência ou com aumento do poder ou do capital simbólico dos homens (BOURDIEU, 2012), já que, nesse caso, apesar de elas pensarem e realizarem todo o trabalho, por estarem apenas em posições intermediárias, os créditos serão atribuídos aos homens em posições superiores. Esses são indicativos de que, apesar dos avanços em termos quantitativos, elas não ocupam as funções do topo, local onde ocorrem as tomadas de decisões. Ou seja, elas estão sendo impedidas de ascender profissionalmente em função de uma cultura misógina (LEITE, 2017).

Vale pontuar também que a figura do jornalista, é considerada neutra, universal, branca e relacionada ao masculino, apagando as marcas de gênero baseado numa racionalidade positivista da ciência moderna (LEITE, 2017; MORAES; SILVA, 2019). Essa neutralidade acaba desfavorecendo a diversidade e contribui para reforçar o gênero dominante, o masculino.

Essa configuração transforma diferenças em desigualdades, inclusive colaborando para reforçar históricos sustentados por um modelo conservador e que não leva em conta a alteridade (MORAES; SILVA, 2019), o que acentua diversas opressões, inclusive entre os pares. Além de dificultar a complexificação fenômenos sociais, inclusive nas coberturas jornalísticas já que partem de lentes de “racionalidade excludente” (MORAES; SILVA, 2019, p. 12).

Todas essas informações são preocupantes, levando em conta que, mesmo em uma profissão que exige crítica social, as mulheres jornalistas ainda sofrem violência de gênero no trabalho (TEMER; MORAIS, 2016), inclusive praticado por colegas de profissão (ABRAJI, 2017; PORTELA, 2018). Assim, se considerarmos que os meios de comunicação são fundamentais para a circulação de conhecimento, que seus produtos são reflexos das normas

culturais e que envolvem o conhecimento de quem produz, essa é uma realidade inquietante. No caso do Jornalismo, a tendência, diante dos números apresentados, é que as notícias reforcem as discriminações de gênero, tendo em vista que os jornalistas são parte do processo de produção e partilham das visões dominantes da sociedade, sendo o Jornalismo um sistema de representação social (SILVA, 2010).

2.1 O JORNALISMO COMO CAMPO DE DISPUTA DE GÊNERO: uma retrospectiva histórica da inserção das mulheres nesse campo de trabalho

Com a industrialização, a complexificação da organização social e a expansão das fronteiras, houve maior necessidade de intermediação para o conhecimento do mundo (ALMEIDA, 2018). Nesse contexto e influenciado pela globalização e pela informatização da sociedade, o Jornalismo tenta abandonar a condição de ser uma ocupação para galgar o *status* e o prestígio de profissão (ROCHA; SOUSA, 2011), colaborando para solidificação do campo. Uma grande mudança para área foi a inserção das mulheres, que trouxe as disputas de gênero para o fazer jornalístico, questões que serão abordadas neste capítulo.

No Brasil, o processo de profissionalização se intensifica, sobretudo, a partir de 1930, quando são criadas associações e sindicatos, e com a exigência do diploma para o exercício da profissão, no fim da década de 1960 (ROCHA; SOUSA, 2011). Contudo, para além do domínio institucional, o Jornalismo, como espaço propriamente cultural, também é um campo de disputas (BOURDIEU, 1997), marcado pelas escolhas dos sujeitos/agentes que o compõe, pelo lugar de onde falam, suas formulações, escolhas e recusas (PEREIRA, 2015). Fazem parte desse campo, agentes como empresas de mídia, cursos de Comunicação e os profissionais (MARTINO, 2018).

Essa contextualização ajuda a adentrar na questão norteadora desta pesquisa, as relações de gênero na prática jornalística e a entender como se constitui esse espaço de trabalho, principalmente porque, durante muitos anos, a área foi um espaço exclusivamente masculino (CASADEI, 2011). De fato, o ingresso das mulheres no mercado jornalístico foi lento, o que mostra a hierarquização e estruturação desse setor (MARTINO, 2018). No Brasil, o cenário começa a ser modificado, inicialmente, com o ingresso das mulheres nas escolas, com a primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas, em 1827. Antes disso, meninas só tinham acesso à educação por meio de poucos conventos, que as “guardavam” para o casamento, e de escolas particulares nas casas das professoras ou por meio de ensino

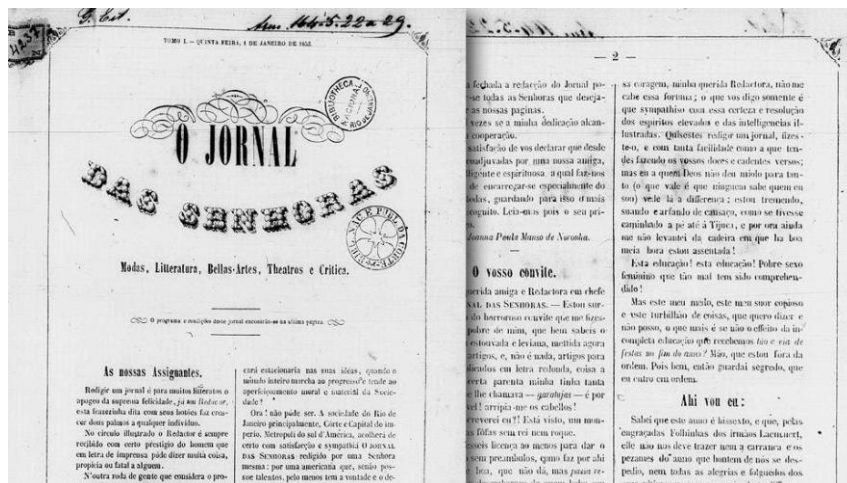
individualizado, sendo que a preocupação era o aprendizado de atividades domésticas (DUARTE, 2003).

Vale lembrar que o processo de feminização das profissões, incluindo as do Jornalismo, tem início no contexto da industrialização, impulsionado pela Revolução Industrial e acentuado com as Guerras Mundiais, quando as mulheres brancas passaram a ocupar o lugar dos homens que foram à guerra (SANTOS; TEMER, 2016; ROCHA; SOUSA, 2011). As negras, devido à sua situação de vulnerabilidade econômica e social, resultante do processo de escravização, já desempenhavam trabalhos para além da esfera privada como modo de subsistência (HIGA, 2016). Contudo, mesmo que as guerras tenham sido primordiais para a sua inserção, os cursos de graduação foram as “principais portas de entrada das mulheres no mercado de trabalho em jornalismo” (ROCHA; SOUSA, 2011, p. 9).

No século XIX, já era possível encontrar uma série de atividades femininas ligadas ao Jornalismo. Muitos autores mencionam *O Jornal das Senhoras* (Figura 1) como o primeiro de mulheres, porém há registros de que o *Belona Irada contra os Sectários de Momo* tenha sido o pioneiro, pois fora fundado 19 anos antes, sob direção da poetisa feminista Maria Josefa. Este era um jornal de cunho mais político e foi modelo para muitos outros (MUZART, 2003).

Em relação ao *O Jornal das Senhoras*, ele foi criado pela argentina, erradicada no Brasil, Joana Paula Manso de Noronha, em 1855 (CASA DEI, 2011). Tratava de moda, literatura, belas-artes, teatro e crítica. Tanto a diversificação dos temas, já que o mais comum era que o conteúdo fosse voltado a atividades domésticas, quanto o fato de ter somente jornalistas do sexo feminino representam uma ruptura importante para a história do Jornalismo (MUZART, 2003). Na época, geralmente, quando mulheres trabalhavam em periódicos, escreviam de casa e eram apenas colaboradoras (CASA DEI, 2011).

Figura 1 – Primeira edição de *O Jornal das Senhoras*.



Fonte: Captação de tela Jornal da PUC (2020)⁵

Inicialmente, o trabalho das mulheres no Jornalismo era visto como secundário, mesmo quando elas passaram a ocupar cargos de direção. Havia ainda uma ridicularização relacionada à inserção das mulheres no Jornalismo e nas demais áreas que exigiam mais profissionalização, sob a prerrogativa de que era impossível manter um casamento, cuidar de filhos e exercer uma profissão (DUARTE, 2003). Essa atitude contrária à presença das mulheres no campo jornalístico é resultado da ação das forças dominantes que tentavam manter o monopólio, nesse caso de poder, contra o novo, que força o direito de entrada (BOURDIEU, 1983). Enquanto isso, as mais pobres trabalhavam, sem tantas críticas, nas fábricas e em atividades domésticas nas casas das classes mais privilegiadas (DUARTE, 2003). Provavelmente, o fato de o Jornalismo se configurar como uma atividade intelectual representava mais uma barreira para as mulheres.

A luta por espaço, que de fato significa poder, autoriza a pensar que no Jornalismo, assim como em outros espaços de trabalho, alguns gêneros podiam e valiam mais que outros no que tange a direitos, oportunidades e reconhecimento. Isso porque os significados são atravessados ou marcados por relações de poder, que resultam em distinções e em hierarquias – classificações que, por sua vez, implicam a noção de diferença. Essas diferenças são atribuídas e nomeadas culturalmente, a partir de uma referência. No caso do Brasil, esse referencial de identidade é baseado no homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão (LOURO, 2011).

E apesar de as mulheres, aos poucos, irem conquistando empregos nas redações, é importante pontuar que não era na grande imprensa. Elas ocupavam espaços, quase sempre, em veículos alternativos, voltados a defender a emancipação feminina, colaborando para o avanço da construção de uma nova identidade feminina (DUARTE, 2003; CASADEI, 2011). De maneira geral, no século XIX, a imprensa feminina era polarizada: de um lado estavam as revistas que valorizavam a imagem de mãe, dona de casa e esposa; e de outro, as publicações, nos jornais alternativos, mais voltadas às conquistas de direitos e emancipação das mulheres (CASADEI, 2011).

Em 1820, em Recife, no Jornal *Sentinela da Liberdade*, um grupo de mais de 120 mulheres paraibanas publicou um manifesto declarando apoio ao movimento da Independência, do Brasil. Apesar de não ser um periódico de mulheres, já sinalizava que havia as que

⁵ Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=5484&sid=24>. Acesso em 09 de setembro de 2019.

acompanhavam as ideias mais libertárias sobre o posicionamento feminino na sociedade que estavam sendo espalhadas na Europa (TELLES, 2004).

Uma das primeiras a publicar textos em jornais da chamada “grande imprensa” foi Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), pseudônimo de Dionísia de Faria Rocha – Floresta, em homenagem ao pai; Augusta, em homenagem ao segundo marido, que foi seu grande amor; e Brasileira, ao sítio onde ela nasceu, no Rio Grande do Norte (DUARTE, 2003; TELLES, 2004).

Ela trouxe para o Brasil pensamentos sobre as mulheres revolucionários para época, como direitos relacionados à educação e ao trabalho. Para Nísia, o ensino era uma ferramenta para mudar tanto a consciência quanto a vida material (TELLES, 2004). A autora reconhecia a defasagem cultural do país, pois, enquanto na Europa as reivindicações versavam sobre a educação já existente, aqui as mulheres lutavam para serem consideradas seres pensantes e a alfabetização ainda era muito restrita (DUARTE, 2003).

Algumas mulheres de classe média foram fundadoras e/ou dirigiram periódicos no século XIX. No Rio Grande do Sul, há os periódicos *Escrínio*, de Andradina América de Andrada de Oliveira e que começou a circular em 1899 e o *Corymbo*, de Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, cuja publicação foi em 1884. Os jornais cobriam principalmente a atuação de mulheres na arte e em várias outras profissões (TELLES, 2004).

Em 1873, foi veiculado o primeiro número de *O Sexo Feminino*, de Francisca Senhorinha da Mota Diniz (Figura 2), defensora da capacidade intelectual das mulheres para atuarem em qualquer área e da autonomia econômica para a libertação feminina (TELLES, 2004), o que era bem ousado para época, quando elas ainda viviam uma realidade cercada de repressão e submissão. O jornal circulou na cidade de Campanha, Minas Gerais (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007).

Figura 2 - Primeira edição de *O Sexo Feminino*.

Fonte: Biblioteca Digital Brasil⁶

Outro jornal da época é o *A Família*, que surgiu em 1888, em São Paulo, fundado por Josefina Álvares de Azevedo, republicana, apoiadora da liberdade dos negros e da emancipação feminina, defendendo o direito ao divórcio e ao acesso à educação e o direito de votar e ser votada. Um ano depois da fundação, o jornal foi transferido para o Rio de Janeiro (TELLES, 2004). Alguns anos depois, mais precisamente em 1897, com o mesmo objetivo de endossar a luta pela emancipação das mulheres, é fundada por Prisciliana Duarte de Almeida, também em São Paulo, a revista *Mensagem*. Era uma revista de cunho mais literário, porém veiculava conquistas das profissionais femininas (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007).

Mais um nome de destaque nessa luta foi o de Narcisa Amália de Campos (1852-1924), nascida no Rio de Janeiro, que, em 1870, lançou o livro de poemas chamado *Nebulosas*. Ela escreveu para jornais como *O Rezendense*, *Diário Mercantil de São Paulo*, *A Família* e *O Garatuja*. Ela tinha ideais abolicionistas, democráticos, progressistas e de liberdade e igualdade.

Maria Benedicta Camara Bormann nasceu um ano depois de Narcisa, em Porto Alegre. Ela usava o pseudônimo de Délia e colaborou para vários jornais do Rio de Janeiro, onde viveu boa parte de sua história, tais como: *A Gazeta da Tarde*, *A Família* e *O Paiz*. Foi das primeiras a favor da afirmação da sexualidade feminina. Já Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) foi jornalista e uma das poucas a viver da escrita. Escreveu para *O Paiz* e *A Semana*

⁶ Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>. Acesso em 09 de setembro de 2020.

textos nos quais defendia questões como a urbanização das cidades, a educação das mulheres e o divórcio (TELLES, 2004).

Há ainda as escritoras anarquistas, cuja escrita estava mais ligada às causas operárias, tais como: Matilde Magrassi, que escreveu para os jornais *A Terra Livre* e *O Amigo do Povo*, de São Paulo; Isabel Cerruti, que escreveu para o *A Plebe*; e Sônia Oiticica, que dirigiu o jornal *Ação Direta* (RAGO, 2004).

Ligado ao partido Republicano Feminino, em 1919, foi fundado no Rio de Janeiro por Leolinda Daltro, o periódico *A Tribuna*, que pretendia promover a representação e integração das mulheres na política. O jornal era uma ferramenta para alcançar os objetivos do partido e entre as integrantes estavam Maria Lacerda de Moura e Ana de Castro Osório (TELLES, 2004).

No Maranhão, no século XIX, assim como no restante do Império, o acesso à educação era difícil e o ensino era precário. A escola era frequentada, predominantemente, por meninos. A abolicionista Maria Firmina dos Reis foi a primeira romancista brasileira e, como tal, colaborava com a imprensa local, com publicações de antologias. A escritora publicou *Úrsula*, em 1859, romance que tem como protagonista uma mulher. Tudo isso quando o gênero literário por si era malvisto e considerado danoso para as moças.

A inserção das mulheres na escrita, seja no Jornalismo, seja na Literatura, é um avanço importante, já que, até então, elas tinham o mundo retratado sob a ótica masculina, representando mais um campo em que elas estavam sujeitas à autoridade dos homens (TELLES, 2004).

A fase da inserção das mulheres nas redações, Duarte (2003) chama de “Primeira onda”, marcada por uma participação tímida e anônima das mulheres. Segundo a autora, esse foi o primeiro passo da feminização do Jornalismo. Na “Segunda onda”, o direito à educação passou a ser mais pautado. A autora caracteriza como “espantoso” o número de periódicos feministas no Rio de Janeiro nesse momento e salienta que as publicações passaram a ter um viés mais jornalístico e menos literário. Na “Terceira onda”, já no século XX, a reivindicação mais evidente é o direto ao voto. Ganha fôlego também a luta pela instrução da classe operária. É também nesse momento que as mulheres passam a ocupar as redações em maior quantidade, inclusive em periódicos de maior circulação. Assim, os jornais vão deixando de ser predominantemente masculinos, principalmente devido ao processo de profissionalização da área e às transformações sociais iniciadas no século XX (ROCHA; SOUSA, 2011; PORTELA, 2018).

Nos anos 1970, aconteceu a “Quarta onda” do processo de inserção das mulheres na imprensa, período em que o Brasil viveu a censura da Ditadura Militar. Ainda assim, temas como sexualidade, direito ao prazer e aborto são abordados em periódicos feministas. Duarte (2003) cita o jornal *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, que publicavam textos sobre essas temáticas.

Vale pontuar que, em outros países, os periódicos mais alternativos existiam desde os anos 30 do século passado. A exemplo da Argentina, onde já circulavam jornais feministas desde 1830, e dos Estados Unidos, onde as mulheres, da segunda metade do século XIX até o início do século XX, usavam disfarces para elaboração de suas reportagens, ficando conhecidas como *stunt girls*. A estratégia foi importante para que elas passassem gradativamente a ocupar um espaço profissional considerado masculino (SANTOS; TEMER, 2016). Assim, no século XIX, embora de forma restrita, elas já conquistavam as grandes redações (CASADEI, 2011).

É verdade que essas jornalistas, em geral, eram brancas, de classe média, solteiras e filhas ou esposas de jornalistas – quando casadas, conquistavam espaço na área, normalmente, porque a família enfrentava problemas financeiros (CASADEI, 2011). Esse perfil mostra a restrição social e econômica para as mulheres que ocupavam a profissão. Entre as jornalistas negras que se destacaram está Victoria Earle Matthews, que escreveu para periódicos alternativos como *The Boston Advocate*, *Washington Bee* e a revista *The Woman's Era*.

Apesar da veiculação do material mais voltado para as mulheres donas de casa, há avanços, para além da linguagem, seja nos jornais feitos por negros, seja nos demais, tais como o caráter emancipatório que foi a entrada das trabalhadoras na imprensa. Casadei (2011) chama a atenção para atuação feminina no universo simbólico e como agentes da luta pelo reconhecimento, sobretudo, da raça. Isso porque, uma vez dentro das redações, elas começaram a pautar assuntos relativos à emancipação feminina. O *The Revolution*, por exemplo, em um dos seus editoriais de 1868, criticava a ideia de que as mulheres eram criadas para o homem:

[...] nós declaramos guerra até a morte à ideia de que a mulher foi criada para o homem. Nós conclamamos a mais alta verdade de que, como o homem, ela foi criada por Deus para a responsabilidade moral individual e para o progresso, aqui e para sempre (CASADEI, 2011, p. 6).

Entretanto, apesar dessas conquistas, os conflitos não deixaram de existir, já que a inserção das mulheres representava uma disputa por espaço e poder. Casadei (2011) relata que o *The New York Sun*, um jornal de *mainstream*, fez uma crítica sugerindo que Elizabeth Staton, uma das criadoras do jornal feminista *The Revolution*, prestasse mais atenção aos deveres

domésticos. Porém, esse mesmo periódico publicou, logo após a Guerra de Secessão, no século XIX, a primeira reportagem geral produzida por uma mulher, Emily Verdery Bettey (SANTOS; TEMER, 2016).

A diversificação de gênero no interior das redações, bem como do conteúdo dos jornais, além de ser resultado da resistência das mulheres jornalistas, visa também atrair a atenção de um novo nicho de mercado, que é o público feminino (BANDEIRA, 2019), o que significa que a feminização também é resultado de uma demanda mercadológica.

Contudo, apesar dos avanços, em linhas gerais, o Jornalismo continua sendo um espaço de disputas: há desigualdades salariais e elas tendem a ser excluídas dos cargos de maior prestígio. Segundo dados da ABRAJI (2017), 86,4% das mulheres já passaram por pelo menos uma situação de discriminação de gênero e 70,2% já presenciaram ou sabem de alguma colega que tenha sido assediada.

Esses números são reflexos da cultura de dominação masculina (BOURDIEU, 2012), que legitima e naturaliza esse tipo de comportamento dos homens (FUKUDA, 2012), e evidenciam o aumento de mulheres nas redações não é sinônimo de igualdade de condições de trabalho ou de condutas nas empresas. Essa desigualdade é, ainda, um indicador da força coerciva dos valores e das ideologias profissionais que formatam jornalistas, cujas ações são baseadas nos marcadores sociais de diferença de gênero dicotomicamente naturalizados (LELO, 2019).

Essa naturalização é chamada por Bourdieu (2012) de violência simbólica, pois não é algo dado, mas sim imposto por mecanismos criados para isso.

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado (BOURDIEU, 2012, p.8).

Esse respaldado acontece por meio do *habitus*, entendido pelo autor como um conjunto de crenças e técnicas que forma o sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem. Ele opera como um sistema classificatório, orientando a forma de ver do sujeito e seu modo de entender e perceber o mundo, interiorizando as normas e os valores sociais, em um processo que acontece inconscientemente (BOURDIEU, 2012).

É importante pontuar que o sujeito não é um indivíduo, mas um ser agente, que investe os princípios do *habitus* gerador da ação. Assim, esse sujeito também exerce influência na estrutura, com base no capital social apreendido por ele (BOURDIEU, 1983). Dessa forma, a ação dos homens é vista como uma manifestação de honra e virilidade, provas de potência sexual. A atitude está estruturada nas relações de dominação estabelecidas e, por esse motivo, os atos são vistos como reconhecimento (BOURDIEU, 2012).

Cabe pontuar que a violência de gênero pode abranger vítimas homens e mulheres, de qualquer idade. No entanto, devido “a função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais” (SAFIOTTI, 2011, p. 115) e possuem a autorização ou a tolerância da sociedade para punir o que é considerado desvio. Dessa forma, a capacidade de mando ou de dominação é auxiliada pela violência, física e simbólica. Esta última, por vez, é incorporada também pelas categorias sociais dominadas (SAFIOTTI, 2011).

Assim, as mulheres são reféns daquilo que elas também consideram como verdade e que os outros reconhecem como tal (SANTOS; TEMER, 2016). As subjetividades, das e dos jornalistas, são construídas por essas relações, abusivas, de poder. Assim, as mulheres incorporam as violências de gênero, que vão desde o assédio até a postura da pseudo-heroína (na verdade, a trabalhadora duplamente explorada), que se embrenha em várias jornadas (SANTOS; TEMER, 2016, p. 55), o que não descarta o seu poder de resistência (SAFIOTTI, 2011).

Partindo do pressuposto dessa agência do sujeito, é importante compreender a forma como o indivíduo se relaciona com esses conflitos do campo. As ações do sujeito no mundo têm como base a interação social, a “maneira como outras pessoas agem em relação a si no tocante ao elemento” da realidade, que por sua vez abarca desde objetos físicos até pessoas, instituições, ideais norteadores e situações do cotidiano (BLUMER, 1980, p. 121).

As categorias, rótulos e classificações não têm significados por si só. São representações simbólicas dadas pelos sujeitos – inseridos em formas institucionais históricas, como a família, o capitalismo e o sistema patriarcal – que refletem o ordenamento, as formas de ser e estar no mundo, que são materializadas nas interações sociais (GADEA, 2013; BUENO; ALVES; FERREIRA, 2017). Os símbolos culturais são produzidos por instâncias de poder, que historicamente associam o feminino ao que é frágil, sensível, subordinado em oposição ao centro normativo masculino, representação que é relacionada a ideais como força e virilidade (VEIGA, 2012).

Assim, os sujeitos são produtos e produtores da realidade em que estão inseridos, já que são ativos e capazes “de interpretar, de usar seu raciocínio para decidir” (BUENO; ALVES; FERREIRA, 2017, p. 458). Dessa forma, as relações de gênero no Jornalismo e nos demais campos de atividades são resultantes das interações sociais em que o sujeito age mediante a interação consigo, com o outro e com o mundo (BUENO; ALVES; FERREIRA, 2017).

Blumer (1980) e Martin-Barbero (2018), partindo do princípio de que “as relações humanas são interpessoais, na medida em que são agenciadas por pessoas, cada qual com sua história singular de contatos sociais” (SAFFIOTE, 2011, p. 82), de certa forma, inverteram as análises sociais quando buscaram entender o papel dos sujeitos nos processos. Para tanto, esses autores enfatizaram os aspectos históricos e culturais que formam o contexto em que os agentes estão inseridos, apontando que “hoje são sujeito/objeto de cultura tanto a arte como a saúde, o trabalho ou a violência” (BARBERO, 2018, p. 14), incluindo o gênero.

Nesse sentido, Martin-Barbero (2018) menciona a luta contra-hegemônica das mulheres na sociedade:

Refiro-me especialmente à lenta e profunda revolução das mulheres – quem sabe a única que deixa marcas deste decepcionante século na história – sobre o mundo da cultura e da política, articulando o reconhecimento da diferença com o discurso que denuncia a desigualdade, e afirmando a subjetividade implicada em toda ação coletiva (MARTIN-BARBERO, 2018, p. 20).

Essa discussão permite afirmar que a inserção das mulheres na imprensa é resultado do contexto, mas também da agência dos sujeitos que insistiram para romper com o padrão de uma época. As tensões geradas e expressas, inicialmente, por meio das críticas nos próprios jornais e, posteriormente, pelas violências simbólicas, como as duplas jornadas, o assédio e outras violências de gênero, que são vividas até hoje, mostram que esse não é um processo tranquilo.

São indícios também das características do campo, levando em conta o que Bourdieu (1983) fala sobre as forças de manutenção. Ele aponta que o processo subversivo, neste caso o da inserção das mulheres no Jornalismo, permanece dentro de certo limite, de modo que as revoluções são parciais e não colocam em xeque os fundamentos e as crenças sob os quais as relações são estabelecidas.

3. DIREITO AO CORPO, TEMOS? conceito, legislação e recorrências do assédio sexual

O assédio sexual não é uma prática exclusiva do mercado de trabalho, tendo em vista a forma como a sociedade é estruturada em questões relacionadas aos gêneros. No entanto, devido ao privilégio dado aos homens na rotina jornalística por meio da hierarquização, da desvalorização e da distinção desigual do trabalho considerado feminino e masculino, entende-se que ele absorve e estimula essa violência. De fato, esse contexto colaborou para que sejam comuns diversas formas de violência de gênero na prática do jornalismo, inclusive as horizontais, que são as praticadas pelos pares (LELO, 2019).

Uma pesquisa realizada pelo Data Folha (2017) apontou que 42% das brasileiras com 16 anos ou mais declararam já terem sido vítimas de assédio sexual. Chama atenção o fato de ser mais comum o relato de assédio entre as mais escolarizadas (57%), o que pode estar relacionado com a percepção do que seria esse crime. No ambiente de trabalho, 15% das brasileiras contaram já terem sido assediadas física (2%) e verbalmente (11%). Embora esses dados não tratem especificamente do ambiente de trabalho jornalístico, proporciona um panorama que mostra o quanto essa situação é comum no país.

O termo assédio foi utilizado pela primeira vez nos anos 1970 pelas feministas americanas para, justamente, se referirem às práticas de violência de gênero no ambiente de trabalho, sendo considerado um fenômeno importante a partir dos anos 1980 (ALEMANY, 2009). Já o primeiro estudo sobre o assunto data de 1996, realizado pelo pesquisador sueco Heinz Leymann (FREITAS, 2001), e mostra que o debate sobre o tema ainda é uma novidade.

Entendemos aqui assédio sexual como uma investida de cunho sexual não desejada (DIAS, 2008), que afete a dignidade da vítima (ALEMANY, 2009). Ele pode ser o ato de constranger alguém para obter favorecimento sexual (HIGA, 2016) ou um ato realizado simplesmente com intenção discriminatória (NUNES; REGO, 2011), que pode ofender tanto a integridade física quanto moral da pessoa (DIAS, 2008).

Engloba ações como conversas, anedotas ou expressões indesejadas sobre sexo, contato físico não desejado, pressão para encontros, exibicionismo (DIAS, 2008), “elogios repetidos a determinadas partes do corpo da empregada ou oferecimento de benefícios em troca de favores sexuais” (CAMPAGNOLI; MANDALLOZZO, 2013, p. 154), que podem acontecer de forma explícita ou não. Gestos, atos e/ou palavras – proferidas oralmente ou escritas, enviadas por meio de cartas, bilhetes ou canais da internet – geram constrangimento à vítima, que é uma das características do assédio sexual (CAMPAGNOLI; MANDALLOZZO, 2013).

Estão relacionados a esse tipo de violência, o abuso hierárquico e a dominação (HIGA, 2016), pois quem o pratica considera o outro um objeto à sua disposição. Assim, essa prática configura-se como um mecanismo de objetificação dos corpos das mulheres, reduzindo-as a itens dos desejos hegemônicos masculinos (MAGALHÃES, 2011).

A pauta do domínio sobre o corpo feminino é uma das marcas da Segunda Onda do Feminismo, que se desenvolveu entre os anos 1960 e 1970, mas só chegou ao Brasil uma década depois, principalmente devido ao regime ditatorial, que fez com que os movimentos de mulheres estivessem, naquele momento, mais empenhados na luta pela redemocratização (TEIXEIRA; FERREIRA, 2011; RODRIGUES, 2016; PEDRO, 2012).

Hoje, esse tema ganha algumas especificidades, associando-se à valorização mais ampla da individualidade, baseada na soberania inalienável do sujeito que surgiu na modernidade. Ao longo desse processo de valorização do ser, as mulheres ficaram à margem. Somente com a luta feminista passaram a ser reconhecidas como sujeitas de direito pleno, cidadãs e, pelo menos teoricamente, soberanas sobre si e sobre seu corpo (RODRIGUES, 2016). O sentido e a concepção de corpo ganha significação socialmente, composto pela rede social e a cultura na qual ele está inserido e é construído para adequar-se aos critérios sociais. Logo, as expressões da sexualidade e dos desejos e prazeres terão reflexos dessa inserção, sendo distinguidas de acordo com a cultura e com os corpos de homens e mulheres (LOURO, 2000).

Cabe pontuar que o corpo é nossa principal representação e peça de afirmação pessoal no mundo, por isso a posse do corpo perpassa questões identitárias e existenciais. Ser dona do corpo significa ser dona da própria existência e ter liberdade de circular nos espaços públicos. As questões que envolvem as mulheres e seus próprios corpos, inclusive as legais, fazem parte de um projeto de expropriação, dominação e degradação social. Embora essa afirmação sobre o corpo se refira ao processo de proletarização de diversos países como Estados Unidos e França, o pensamento se encaixa na discussão desta pesquisa por servir igualmente, até hoje, como mecanismo de sujeição feminina, em que elas são tratadas com hostilidade (FEDERICI, 2004), a exemplo das práticas recorrentes de assédio e de outras violências relacionadas a gênero citadas neste estudo.

Por essa razão, muitos comportamentos abusivos podem, em algum momento, não ser considerados, pela sociedade de forma geral, como assediosos devido à cultura patriarcal, caracterizada pela hierarquização dos gêneros, que naturaliza, sustenta e legitima a submissão das mulheres e, conseqüentemente, as violências às quais elas são submetidas (DIAS, 2008). Além disso, há o fato de o referencial padrão da sociedade ser homem, branco e heterossexual,

que apresenta como natural seu “padrão, sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar” (LOURO, 2000, p. 9) os demais. Nesse sentido, essas representações e os significados atribuídos são atravessados e marcados por relações de poder, nas quais a mulher é outro, o segundo sexo (LOURO, 2000)⁷.

No âmbito do trabalho, que vai refletir as práticas gerais e a estruturação das desigualdades entre homens e mulheres, o assédio pode ocorrer tanto de forma vertical, quando o agressor ocupa um cargo superior ao da vítima, quanto horizontal, quando é praticado pelos colegas de trabalho (NUNES; REGO, 2011; SOARES; DUARTE, 2014). Segundo pontua Freitas (2001), a forma vertical do assédio é a mais corriqueira.

No assédio verticalizado, o assediador dispõe de modos de penalização da vítima caso haja a recusa, o que deixa explícita a diferença entre convite e intimidação, como afirma Freitas (2001):

O assédio sexual é entre desiguais, não pela questão de gênero masculino versus feminino, mas porque um dos elementos da relação dispõe de formas de penalizar o outro lado. Constitui não apenas um convite constrangedor, que produz embaraço e vexame, pois um convite, por mais indelicado que seja, pode ser recusado, mas também explicita a diferença entre convite e intimidação, entre convidar e acuar o outro (FREITAS, 2001, p. 14).

No jornalismo, a rotatividade dos empregados é algo comum e, por isso, o medo da demissão é constante (LELO, 2019). Isso pode ser um agravante no caso do assédio, já que pode reforçar o medo do desemprego. Além disso, principalmente em casos que envolvem fontes, há o risco de deixar de ser pautado ou de não ter acesso ao furo de reportagem, que é imprescindível para o bom desempenho da profissional.

Ademais, essa violência pode ser considerada como “incapacidade do agressor em lidar com a frustração de ter suas investidas sexuais negadas” (FUKUDA, 2012, p. 131), uma vez que passa a ignorar a vontade e a individualidade da vítima, por meio de ameaças, perseguições ou outros comportamentos de intimidação. Nisso reside a diferença entre a “cantada” e o assédio. A primeira é uma proposta cuidadosa que busca a cumplicidade, concordância, sedução; “[u]m jogo alternado” (FREITAS, 2001, p. 15), em que ambos participam voluntariamente. Já o assédio é marcado pelo autoritarismo, pela perversão e pelo castigo diante da negativa, facilitados pelo modelo piramidal das organizações, nas quais o

⁷ *Segundo Sexo* é o título da obra mais famosa de Simone de Beauvoir (1970), na qual ela faz uma crítica à caracterização da mulher em oposição ao referencial masculino, determinando a elas limitações e tirando sua autonomia como sujeitas.

poder é representado pela figura do chefe que, por sua vez, desqualifica a vítima. Essa desqualificação é endossada socialmente, acarretando o silenciamento da pessoa assediada (FREITAS, 2001).

O crime pode ocasionar para a vítima danos morais, sociais, financeiros e de saúde, tanto física – como dores de cabeça, nas costas, espasmos musculares, compulsão alimentar, diminuição da libido e problemas gastrointestinais –, quanto psicológica – como estresse, depressão, ansiedade, medo, insônia, diminuição do desempenho e dificuldades nas relações interpessoais, familiares e de trabalho (MAGALHÃES, 2011).

Segundo Andrade e Assis (2018), a discriminação de gênero no ambiente de trabalho pode ser visualizada em dois pontos hierárquicos fundamentais: primeiramente, pelo entendimento de que o trabalho masculino é mais valorizado do que o feminino; e pela própria separação entre atividades consideradas femininas e masculinas. Essa distinção se encaixa nas violências de gênero, porque as mulheres são vítimas simplesmente por serem mulheres, em uma expressão da concepção social de subalternidade, em oposição ao poder conferido ao “macho”. Com isso, é limitado inclusive o poder da vítima de ter liberdade de ação sobre o próprio corpo.

Esse poder torna-se também uma expressão da vitória das classes patronais, uma vez que a luta dos trabalhadores não se alia às demais camadas, como a das mulheres, para reivindicar, por exemplo, a igualdade salarial, que serviria para aumentar o poder de consumo familiar (SAFFIOTI, 1987). Como consequência, nesse sentido, o machismo acaba se voltando contra o próprio homem, privilegiando as classes mais abastadas, que veem crescer a possibilidade de contratação de mão de obra mais barata e em condições insalubres, tanto de trabalhadores, pressionados diante da responsabilidade de prover a família, quanto de trabalhadoras, que sofrem com a desvalorização da mão de obra feminina. Essa é uma demonstração de que essa supremacia prejudica não só as trabalhadoras e que a luta feminista não está direcionada somente aos direitos delas, pois tem reflexos bem mais amplos (SAFFIOTI, 1987).

Para autoras como Campagnoli e Mandalozzo (2013) e Andrade e Assis (2018), a prática do assédio é uma resposta a uma relação de poder e à própria condição das mulheres na sociedade, que acontece no trabalho e, atualmente, também no ciberespaço – não necessariamente em um espaço criado nas plataformas, mas disseminado em suas ferramentas.

3.1 RESPEITAR É LEGAL: o lugar do assédio sexual na legislação

De acordo com Barros (1995), juridicamente, a discussão sobre assédio é recente. A normativa que trata do assédio surgiu nos anos 1970, nos Estados Unidos, sendo editada e sancionada nos anos 1980. A motivação para que essa discussão ganhasse espaço nesse âmbito se deu por vários motivos, marcos no legislativo e pressão dos movimentos feministas estão entre eles.

A promulgação de leis em favor da igualdade de oportunidades, aliada a um progresso do movimento feminista na política de países industrializados; as primeiras decisões de tribunais norte-americanos, no final de 1970, considerando o assédio sexual um comportamento proibido, por violar a Lei de 1964 sobre direitos civis, cujo texto veda a discriminação sexual no trabalho; o aumento de mulheres no trabalho também ocasionou oposição à sua presença, manifestada sob a forma de assédio sexual, visando a constrangê-las a deixar funções tradicionalmente masculinas, e, de outro lado, suscitou, em certas empresas, a exigência de que cedessem a solicitações sexuais para obterem o emprego ou mantê-lo (BARROS, 1995, p. 31).

Na Europa, o problema foi reconhecido de uma forma mais ampla na década de 1980, quando foi publicado um relatório – mais precisamente em 1987 – da Comissão Europeia que definiu o assédio como uma conduta ofensiva e conflitante com a igualdade entre homens e mulheres, bem como afirmou que as legislações dos Estados membros não estavam adequadas para tratar a questão (ALEMANY, 2009).

Desde então, o assunto tem sido encarado de formas diferente em vários países. Os EUA, o Canadá, a Austrália, a Dinamarca, a Irlanda e a Suécia, por exemplo, tratam o assédio sexual no âmbito trabalhista. Na França, o assunto é tratado tanto com leis trabalhistas quanto penais. Porém, na maior parte dos países, ainda não há um conceito formado sobre o assédio (BARROS, 1995), o que, levando em consideração os problemas de gênero sob os quais a sociedade é estruturada, torna o julgamento, em casos relacionados ao assédio, delicado.

A Hungria, por exemplo, classifica como assédio o ato de intimidação que atinja a dignidade de homens ou mulheres. Na Bélgica, é compreendido como comportamento de natureza sexual que ofenda a dignidade no trabalho. Já na Costa Rica, é classificado como conduta indesejada praticada de forma reiterada e que prejudique as condições de emprego (BARROS, 1995).

Para Barros (1995), uma das mais completas legislações a respeito do assédio é a da Nova Zelândia, que considera que a pessoa foi vítima de assédio, quando, por qualquer ato, verbal ou não, for solicitado a ele/a que tenha relações, contato ou qualquer outra forma de

atividade sexual com uma “promessa implícita ou expressa ao trabalhador de outorgar-lhe um tratamento preferencial em seu emprego; ou uma ameaça implícita ou expressa ao trabalhador de infringir-lhe um tratamento prejudicial no emprego” (BARROS, 1995, p. 33). Além disso, prevê que o assediador pode ser o empregador, um colega de trabalho ou um cliente da empresa.

Na Índia, existe uma lei, sancionada em 2013, que prevê pena de três a sete anos de prisão para crimes de assédio sexual (EXAME, 2013). No entanto, embora a Índia tenha adotado medidas mais duras para coibir abusos sexuais, ainda está entre os países mais perigosos em relação à segurança das mulheres. Segundo uma matéria publicada pela Forbes (2018), o país ocupa o primeiro lugar no *ranking*. A pesquisa englobou sistema de saúde, recursos econômicos, práticas tradicionais, abuso sexual e não sexual e tráfico humano.

Na América Latina, quando se trata do assédio sexual no trabalho, apenas dois países, Guatemala e Haiti, não possuem leis de combate a essa prática, segundo o relatório “Mulheres, Empresas e Direito” (2019). Na maior parte deles, assim como no Brasil, o assunto é regulamento pelo Código Penal. Dos países que possuem dispositivos legais de combate ao assédio, somente em três não há penalidades previstas. Não constam no relatório informações sobre as leis cubanas. Um resumo das leis de cada país da América Latina é apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Regulamentação jurídica do assédio na América Latina

Países da América Latina e a regulamentação jurídica do assédio no ambiente do trabalho					
País	Lei	Punição	Base Jurídica	Penalidades	Recursos civis
Argentina	Sim	Não	Lei 26.485, Art. 4, 5 (2) - (3) e 6 (c)	Nenhuma disposição aplicável pôde ser localizada	Nenhum
Bolívia	Sim	Sim	Lei nº 348, Art. 84 (Art. 312 quarto); Decreto Supremo nº 2145, Art. 3 (II) (c)	Lei nº 348, Art. 84 (Art. 312 quarto)	Nenhum
Brasil	Sim	Sim	Código Penal, Art. 216-A	Código Penal, Art. 216-A	Leis trabalhistas consolidadas, Art. 223-A e 223-G; Código de Processo Penal, Art. 387 (IV)

Chile	Sim	Não	Lei 20005 Tipificação e sanção sexual, Art. 1; Código del Trabajo, Art. 2 e 211-A - 211-E	Nenhuma	Nenhum
Colômbia	Sim	Sim	Lei nº 1010; Código Penal, Art. 210A	Código Penal, Art. 210A; Lei nº 1257, Art. 29	Lei nº 1010, Art. 10 (4)
Costa Rica	Sim	Sim	Lei contra Hostigamiento Sexual no Empleo e na Docencia nº 7476, Art. 34	Lei contra Hostigamiento Sexual no Empleo e na Docencia nº 7476, Art. 34	Lei contra Hostigamiento Sexual no Empleo e na Docencia nº 7476, Art. 35 e 37
Equador	Sim	Sim	Código Orgânico Penal Integral, Art. 166	Código Orgânico Penal Integral, Art. 166	Código Orgânico Integral Penal, Art. 11 (2), 77 e 78; Lei Orgânica Integral para Prevenção e Erradicação da Violência de Gênero contra as Mulheres, Art. 11 (c), 24 e 25
El Salvador	Sim	Sim	Código Penal, Art. 165	Código Penal, Art. 165	Nenhum
Guatemala	Não	Não	Nenhuma	Nenhuma	Nenhum
Haiti	Não	Não	Nenhuma	Nenhuma	Nenhum
Honduras	Sim	Sim	Código Penal, Art. 294; Lei de Oportunidades para a Mulher, Art. 60	Código Penal, Art. 294	Código Penal, Art. 294; Lei de Oportunidades para a Mulher, Art. 60
México	Sim	Sim	Código Penal Federal, Art. 259 bis; Ley Federal del Trabajo, Art. 3. Bis y 133 (XIII); Ley General de Acesso a Mujeres a una a una Vida sin Violencia, Art. 10-11 e 13	Código Penal Federal, Art. 259 bis; Ley Federal del Trabajo, Art. 133 (XIII) e 994 (VI)	Ley Federal del Trabajo, Art. 51 (II) e 52

Nicarágua	Sim	Sim	Código Penal, Art. 174; Código do Trabalho, Art. 17 (p)	Código Penal, Art. 174	Nenhuma disposição aplicável pôde ser localizada
Panamá	Sim	Sim	Código de Trabalho, Art. 127 (12) e 138 (15); Lei nº 82 de 2013, Art. 4 (20) e 45	Lei nº 82 de 2013, Art. 4 (20) e 45	Lei nº 82 de 2013, Art. 4 (20) e 45
Paraguai	Sim	Sim	Código Penal, Art. 133	Código Penal, Art. 133	Código Penal, Art. 59 e 133
Peru	Sim	Sim	Lei nº 27942, Art. 1-5; Código Penal, Art. 176-B	Código Penal, Art. 176-B	Lei nº 27942, Art. 8 e 12
República Dominicana	Sim	Sim	Código Penal, Art. 333-2; Código de Trabalho, Art. 47 (9)	Código Penal, Art. 333-2	Código de Trabalho, Art. 47, 96, 97 (13) e 101
Uruguai	Sim	Não	Lei nº 18.561, Art. 1; Lei nº 19.580, Art. 6 (i)	Nenhuma	Lei nº 18.561, Art. 11
Venezuela	Sim	Sim	Lei Orgánica sobre o Direito das Mulheres em uma Vida Livre de Violência, Art. 15 (10) e 48; Ley Orgánica del Trabajo, Art. 165	Ley Orgánica sobre o Direito das Mulheres em uma Vida Livre de Violência, Art. 15 (10) e 48	Ley Orgánica sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre de Violência, Art. 63

Fonte: Elaborada pela autora com base em informações do relatório “Mulheres, Empresas e Direito”, (BANCO MUNDIAL, 2019).

Conforme mostra o quadro, ainda há quatro países onde, embora exista a lei, não há penalidade para a prática. Já na Costa Rica, há uma lei específica para tratar de constrangimento sexual e, na Venezuela, a prática é regulada por uma lei específica para defesa dos direitos das mulheres e pelas leis trabalhistas. Esses são alguns exemplos que mostram que os países tratam o crime de diferentes formas. No entanto, ainda que as leis em si não impeçam de fato a prática, que está entranhada na própria cultura e só poderá ser modificada com uma mudança estrutural na sociedade, a existência dessas legislações para punir o assédio representa um avanço.

Figura 3 – Mapa da regulamentação jurídica do assédio na América Latina



Fonte: Elaborada pela autora com base em informações do relatório “Mulheres, Empresas e Direito” (BANCO MUNDIAL, 2019).

No Brasil, o assédio sexual foi tipificado, em 2009, pelo Código Penal, Artigo 216, que estabelece pena de detenção de um a dois anos para quem constranger alguém para “obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. Algumas alterações são recentes, entre elas, o aumento da pena em caso de vítimas menores de idade (BRASIL, 2009).

Já no Maranhão, a lei nº 11.067, de 15 de julho de 2019, determina que as empresas vencedoras de licitação devem combater as práticas discriminatórias, como o assédio moral e sexual. Caso a empresa não comprove com documentos as ações afirmativas de combate à desigualdade entre homens e mulheres, fica impossibilitada de assumir o contrato. Embora a lei abranja apenas as empresas contratadas pelo Estado, já representa algum avanço no combate à discriminação de gênero no ambiente de trabalho.

Antes disso, em 1996, o Brasil tornou público um dos primeiros tratados internacionais que criminaliza e combate violências contra as mulheres, a Convenção Interamericana de Belém do Pará/MRE, ratificando o assédio sexual como uma das violências praticadas contra o público feminino. Entre os benefícios desse tratado está a possibilidade de as vítimas desse crime recorrerem a instâncias internacionais quando sentirem que o caso no país signatário não recebeu a devida atenção (SOUZA, 2009).

Cabe dizer que o fato de essa discussão ser tão nova na legislação pode estar atrelado a questões históricas, em especial no Brasil (DINIZ, 2015). Souza (2009) e Montenegro (2015) afirmam que o Código Penal Brasileiro de 1830 determinava o casamento com o agressor em casos de estupro, diante do consentimento do pai ou do tutor da vítima, com o intuito de reparação da honra da família. Caso houvesse a violência e a opção fosse pelo casamento, o criminoso ficava isento da pena. Segundo elas, alguns anos depois, o Código Penal de 1940 passou a diferenciar esse crime de acordo com a vítima. Quando praticado contra prostitutas, a penalidade era menor do que a aplicada aos agressores das “mulheres honestas”, termo utilizado pela própria lei para caracterizar as demais vítimas. Somente em 2005, essas regras foram modificadas⁸.

Vale apontar também que, até 1989, o marido, entendendo que o trabalho da esposa na esfera pública prejudicava os vínculos familiares ou ameaçava “às condições peculiares da mulher” (BRASIL, 1943), poderia pleitear a rescisão do contrato de trabalho perante a Justiça. Em outras palavras, ele decidia se a mulher trabalharia e até mesmo avaliava se ela estava desempenhando as atividades domésticas e inerentes à família de forma satisfatória, em uma demonstração clara da supremacia masculina, seja na esfera pública, seja na privada (HIGA, 2016).

Um marco recente é a proibição da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio no Brasil. Em decisão unânime, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a tese contribuía para a naturalização e a perpetuação da cultura de violência contra a mulher (STF, 2021).

Voltando para a questão legal em si, o que transparece é que a lei não estava centrada na proteção das mulheres, nem de todas elas, evidenciando o quanto a legislação estava repleta de moralismo. Revela ainda que, seja em relação ao corpo, seja ao mercado de trabalho, as mulheres eram tuteladas pelo homem, poder garantido por dispositivos legais baseados em preceitos de discriminação de gênero.

Para Higa (2016), ainda que haja um acórdão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que reconheça o assédio por intimidação, a legislação brasileira sobre esse assunto é reducionista por dois aspectos principais: primeiro, por não incluir o assédio horizontal; e segundo, por não reconhecer que o assédio sexual pode ter o intuito de subjugar as mulheres, tendo em vista que a ação do agressor pode ser motivada pela discriminação de gênero e não

⁸ Há dez anos, a expressão “mulher honesta” foi retirada do Código Penal. **Câmara dos Deputados**, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/radioagencia/453512-faz-dez-anos-que-expressao-mulher-honesta-foi-retirada-do-codigo-penal/>. Acesso em: 07 de novembro de 2020

necessariamente pelo objetivo de obter vantagens sexuais, principalmente porque essa não é uma conduta individual, mas resultado de uma construção social baseada em comportamentos sexistas. Inclusive, dados já elencados neste estudo dão um indicativo da afirmação do autor.

Cabe pontuar que existem outras possibilidades para a prática do assédio, tais como: o agenciamento feito para uma terceira pessoa; o assediador ser um cliente ou prestador de serviço; ou o assédio acontecer fora do ambiente físico da empresa e contra aqueles/as que não possuem carteira de trabalho ou qualquer outro vínculo trabalhista formal (CAMPAGNOLI; MANDALOZZO, 2013). Essas ações ficaram ainda mais latentes devido à flexibilização trabalhista, viabilizada por meio da Reforma Trabalhista de 2017, prevista na Lei 13.467/2017, que amplia as modalidades de contratações e isenta, muitas vezes, a própria empresa jornalística da responsabilidade pelo bem-estar do/a funcionário/a.

Barros (1995) acrescenta a possibilidade de somar outras leis para casos de assédio sexual, como alguns artigos do Código Penal: o Art. 213, que versa sobre o estupro; o Art. 214, que trata do atentado violento ao pudor; ou o Art. 61, das Contravenções Penais, que proíbe importunação ofensiva ao pudor publicamente ou em lugares acessíveis ao público. Em relação ao Direito do Trabalho, há a possibilidade de rescisão indireta do trabalho e indenização por dano material e moral. Ainda assim, há lacunas, tais como a “disposição sobre prevenção, sanção e responsabilidade” (BARROS, 1995, p. 34).

Essas brechas acabam contribuindo para a legitimação dos comportamentos sexuais violentos do homem em relação às mulheres, principalmente levando em conta o machismo estrutural presente na sociedade que, entre outras coisas, leva a mulher a ser questionada na intenção de justificar o crime de assédio. Isso se agrava se pensarmos que há “comportamento institucionalizado” (FUKUDA, 2012, p. 113) em nossa cultura, em que as investidas masculinas de cunho sexual são privilegiadas, mesmo diante da negativa, pois essa conduta, muitas vezes, é vista como parte do jogo da conquista. Por isso, o ideal seria a existência de uma lei federal que, além de unificar as regras jurídicas, ampliasse o tema, tanto conceitualmente, com a tipificação do crime e dos autores, como no que diz respeito à responsabilização do agressor (FUKUDA, 2012). Essas lacunas que persistem na legislação acabam colaborando para que o assédio seja comum no Brasil. Os dados confirmam essa afirmação.

3.2 QUANDO A JORNALISTA VIRA O ALVO: casos de assédio sexual no Jornalismo

O Jornalismo, como apresentado no Capítulo 1, já foi um espaço essencialmente masculino. Hoje, mesmo como a presença de mulheres ocupando parte das vagas de trabalho, ainda é um campo que enfrenta problemas de discriminação de gênero e em que o assédio faz parte da rotina das profissionais. Alguns fatores colaboram para agravar essa situação, como a regulamentação própria da profissão, que carece de normatização, e a precarização da área, expressa pela terceirização e pela não obrigatoriedade do diploma⁹.

Além disso, tanto no âmbito estadual, quanto municipal, as organizações representativas, como os sindicatos e entidades, não pautam o assunto, o que também colabora para a naturalização do assédio. Em Imperatriz, por exemplo, o sindicato possui pouca atuação também em um âmbito mais geral, o que acaba enfraquecendo as discussões sobre os direitos dos/as jornalistas em todos os aspectos, incluindo condições dignas de trabalho, o que engloba o combate ao assédio.

No entanto, alguns casos já foram amplamente divulgados em âmbito nacional. Em junho de 2016, por exemplo, a jornalista Giulia Pereira, na época do Portal IG, foi assediada pelo funkeiro MC Biel durante uma entrevista, na qual o cantor chama a repórter de “gostosinha” e diz que “a quebraria no meio”. Após denunciar o caso, a profissional foi demitida. O episódio, que havia sido gravado, circulou na internet e, após a repercussão do caso, a empresa alegou reestruturação, ainda que apenas ela tenha sido demitida. A situação levou à criação da campanha “Jornalistas contra o assédio”, que em apenas três dias reuniu mais de 4 mil jornalistas em um grupo de discussão no Facebook que tratava desse episódio (AUN, 2016).

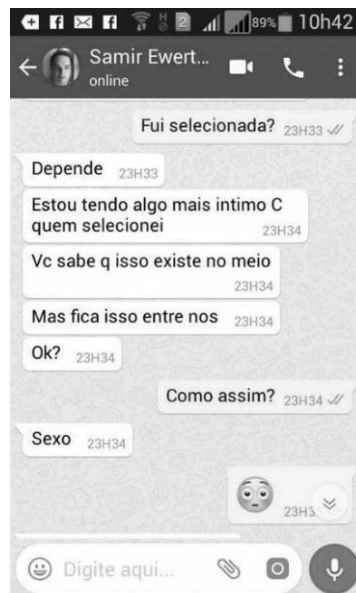
Dois anos depois, o assunto novamente voltou às redes sociais. Dessa vez, com a iniciativa #DeixaElaTrabalhar que denunciava o assédio contra jornalistas do esporte. A campanha surgiu depois de a repórter Bruna Deltryser, do Esporte Interativo, ser assediada com um beijo na boca de um torcedor durante a cobertura de um jogo entre Vasco e Universidad de Chile, pela Libertadores da América, no dia 14 de março de 2018. Várias mulheres jornalistas se uniram e publicaram vídeos com relatos de agressões, comentários violentos e ameaças de estupro praticados por torcedores nos estádios e nas redes sociais (COUTINHO, 2018; CATRACA LIVRE, 2018).

⁹ Em 2009, o Supremo Tribunal Federal derrubou a exigência do diploma para exercício da profissão de jornalista, sob o entendimento de que essa condição o é incompatível com a Constituição Federal de 1988 e que fere a liberdade de expressão. Na época, o relator Gilmar Mendes justificou a iniciativa com a afirmação de que o critério de contratação deve ser das empresas.

Entre as profissionais que aderiram a essa campanha estão Fernanda Gentil, Carol Barcellos, Cris Dias, Taynah Espinoza, Ana Thaís Matos e Júlia Guimarães que traziam relatos e exigiam respeito, com falas de protesto contra a naturalização do assédio e denúncias por meio de imagens de cenas de assédio contra mulheres repórteres de futebol. Além de circular nas redes sociais, o vídeo produzido pela campanha foi exibido no telão do Maracanã antes da partida final da Taça Rio. A ação ganhou a adesão também de clubes de futebol como Flamengo, Bahia, Botafogo, Chapecoense, Corinthians, Cruzeiro, Fluminense, Grêmio, Internacional, Palmeiras, Santos e São Paulo (COUTINHO, 2018).

No Maranhão, um caso ganhou repercussão em fevereiro de 2018. Sete mulheres denunciaram o radialista Samir Ewerton que, na época, fazia parte da Rádio Universidade de São Luís. Após o caso vir a público, ele foi demitido. Segundo as denúncias, o radialista fazia propostas de sexo durante supostos processos de seleção em empresas de comunicação e sugeria que isso ajudaria na contratação. Na época, *prints* de conversas em redes sociais e no celular comprovando as investidas circularam na imprensa e nas redes sociais. Em um primeiro momento, Ewerton negou as acusações. Depois assumiu, mas disse que apenas elogiava as mulheres. Em dezembro de 2019, Ewerton foi condenado a oito meses de prisão, porém a pena foi convertida em serviços comunitários (CARDOSO, 2019).

Figura 4 – Mensagem em que Samir assedia candidata



Fonte: G1 (2019)

Em Imperatriz, não houve casos registrados envolvendo jornalistas vítimas que viessem a público nos últimos 10 anos. Porém, em 2017, o radialista Francisco Charles Renald Ribeiro Torres, conhecido por Ronald Café, foi autuado sob a acusação de ato libidinoso contra

menores de idade em uma cabine de rádio onde ele trabalhava. Ele foi preso em flagrante e liberado dois meses depois (IMIRANTE, 2017). Esse caso serve para apontar que a violência sexual envolvendo profissionais da imprensa é uma realidade na cidade, ainda que muito silenciada.

Pesquisas realizadas em redações de diversas partes do país (ABRAJI, 2017; PORTELA, 2018; REIMBERG, 2015; BUENO, 2018) indicam que o assédio ultrapassa atitudes individuais e que as violências às quais as mulheres estão submetidas são resultantes de “pressupostos normativos e ideológicos” (DIAS, 2008, p. 19) nos quais a sociedade está imbuída e estruturada, inclusive servindo como forma de controle de um território construído como masculino, que é o mercado de trabalho formal.

De acordo com a pesquisa da Abraji (2017), 70,4% das mulheres jornalistas de um universo composto por 477 mulheres que atuam em 271 veículos diferentes, das cidades de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre, afirmaram já terem recebido cantadas que as deixaram desconfortáveis e 10,7% receberam propostas de favores sexuais em troca de algum benefício profissional ou material. Todas essas situações durante o exercício da profissão. Outro estudo, realizado em Curitiba (PR), conta que casos de assédio foram relatados por 46% das jornalistas, número que sobe para 66% quando o assediador é um colega de trabalho (PORTELA, 2018). Já em São Paulo, embora não fosse o objeto do levantamento da tese de Reimberg (2015), o assédio sexual acabou aparecendo em três relatos. Em um deles, a assediada foi demitida por não aceitar ter relações sexuais com o assediador e, nos outros, há histórias de mulheres que saíram das redações chorando.

A tese de Bueno (2018), que teve como objetivo principal identificar se existiam diferenças na quantidade e nas funções de homens e mulheres no Jornalismo esportivo, no Brasil e em Portugal, o assédio acabou aparecendo espontaneamente nas entrevistas. Os mais comuns são comentários sobre o corpo e a aparência ou perguntas sobre a vida amorosa, expressando apropriação do corpo feminino e a desapropriação do outro, o que garante a tutela da vítima (KERGOAT, 2009). A pesquisa, que contou com a participação de 181 mulheres jornalistas, constatou que 86,7% das profissionais já foram vítimas de assédio, predominantemente praticado por homens que ocupam cargos de chefia.

Esses dados corroboram a afirmação de que a maior parte desses crimes é cometida contra as mulheres, porque constitui “uma expressão do poder masculino sobre elas” (ALEMANY, 2009, p. 26). Além disso, ratificam o direito à violência e aos privilégios de dominação concedidos socialmente ao homem, os quais lhe são atribuídos pela ideia de

virilidade, uma expressão tanto coletiva quanto individualizada da dominação masculina (MOLINIER; WELZER-LONG, 2009), legitimada socialmente (ALEMANY, 2009).

As entrevistadas na pesquisa dessa tese reconheceram ainda a naturalização dessa prática (BUENO, 2018) que, como mencionado anteriormente, é resultado de uma construção social que incentiva a ação do homem, reconhecendo esses comportamentos como marcas da virilidade masculina. Mais do que isso, uma construção social que educa as mulheres em um ideal de caráter que é o oposto do atribuído aos homens, de modo que a mulher ideal é dócil, “não possui nenhuma vontade própria e nenhum domínio sobre si mesma, mas submissão e sujeição ao controle de outros”, demonstrando, consequentemente, abnegação de si mesma (STUART MILL, 2006, p. 191).

O estudo de Bueno (2018) identificou ainda que mais da metade das sujeitas relataram sequelas, como estresse e crise de ansiedade, depois de terem sido vítimas de assédios recorrentes (BUENO, 2018). Na rotina de trabalho, pesquisas apontam ainda consequências como demissão, atraso de salário, troca de departamento e perda de benefícios (CAMPAGNA; KUTZKE, 2019). Em outras palavras, as vítimas foram penalizadas.

Já Moraes (2018) apontou em sua pesquisa que o assédio sexual nas redações é recorrente e quase sempre praticado pelas fontes e por chefes. Porém, muitas vítimas não o identificam como tal, o que acaba dificultando o combate. Isso mostra a importância do esclarecimento da própria vítima sobre o que é o assédio para que ela possa identificar esse crime e ter ciência de que não precisa aceitar atitudes assediadoras praticadas contra ela (BUENO, 2018), assim como a necessidade da realização de campanhas educativas e até mesmo de enfrentamento como as já mencionadas anteriormente nesta dissertação.

Estudo realizado nas cidades do interior maranhenses, Balsas, localizada na região Sul, e Imperatriz, na região Oeste do estado, mostrou que a idade é um agravante nos casos de assédio. Conforme as pesquisadoras Lima, Santos e Tavares (2019), nessas cidades, no interior do estado, as jornalistas são mulheres jovens, fator apontado como motivo de descrédito por parte dos colegas da área. Inclusive, como mostra o estudo, as mulheres em posição de chefia precisam se esforçar mais para mostrar que têm capacidade para ocupar o cargo. Elas também apontaram que, devido a situações constrangedoras envolvendo assédio de fontes, não se sentem confortáveis para trabalhar em editorias de política, polícia e esporte, que são áreas tradicionalmente masculinas no Jornalismo. Além disso, 35% das entrevistadas para essa pesquisa disseram já ter passado por alguma situação de assédio. Essas situações demonstram

alguns dos obstáculos impostos a essas jornalistas no dia a dia da profissão que podem dificultar o desempenho de suas atividades de forma plena (LIMA; SANTOS; TAVARES, 2019).

O estudo de Gonsales e Kutze (2019) demonstrou que, embora em um primeiro momento as profissionais neguem as consequências, nos depoimentos, surgem informações sobre algumas ações tomadas pelas empresas para abafar os casos de assédio que trazem implicações negativas para as jornalistas e para a rotina, como demissão, atraso de salário, troca de departamento e perda de benefícios. Sobre alterações na rotina, elas relataram mudança de comportamento para evitar o assédio, como não ficar sozinha, pedir demissão e buscar diferentes áreas de atuação.

Outro fator em comum na maioria desses estudos é que as empresas não possuem um canal para a denúncia, o que acaba colaborando para o silenciamento da vítima e, conseqüentemente, para a recorrência do assédio, tornando esse crime parte da cultura organizacional (FREITAS, 2001).

Esses dados e essas histórias mostram que a inserção das mulheres no mercado, tanto no Jornalismo como em outras profissões, desestabilizou as relações de poder entre os gêneros, já que essa mudança está diretamente relacionada a “paradigmas culturais que outorgavam somente ao homem o mister de participar das relações sociopolíticas” (HIGA, 2016, p. 506).

Assim, as violências de gênero praticadas no ambiente de trabalho são indícios da resistência deles em “ceder qualquer parcela de sua soberania” e da repulsa em relação à presença das mulheres nesse território, o que cria, conseqüentemente, um ambiente hostil e de intimidação (HIGA, 2016, p. 506). Além disso, o assédio e demais práticas discriminatórias de gênero são indicativos da indisposição dos homens em compartilhar privilégios, como a ocupação de determinados espaços, neste caso, o mercado de trabalho, bem como revelam a lentidão do processo de construção de solidariedade nas camadas da classe trabalhadora (SAFIOTTI, 1987).

Demonstram ainda que, por mais que tenhamos avançado em várias questões relacionadas aos direitos humanos, o ser mulher ainda é uma barreira, já que, até nos países mais adiantados, “as leis e instituições tomam as pessoas pelo que são quando de seus nascimentos, e estabelecem que nunca, em todas as suas vidas, terão permissão de competir por determinadas coisas” (STUART MILL, 2006, p. 194). Porém, reações, como as já mencionadas campanhas na internet ou mesmo as de cunho mais individual relatadas por Moraes (2018),

mostram o poder de resistência das vítimas (SARCEY, 2009) que contestam a violência à qual são submetidas.

4 PERCURSO METODOLÓGICO E UNIVERSO DA PESQUISA

Por tratar do assédio sexual nas redações de Imperatriz, tema que versa sobre relações sociais, esta dissertação classifica-se como uma pesquisa empírica. É um estudo que se debruça sobre a realidade social, caracterizada pela observação do cotidiano que passa a ser “um grande laboratório” (TUZZO; MANIERI, 2011, p. 235). Ela descreve, explica e faz reflexões sobre os acontecimentos que nos cercam, considerando que teoria e prática não estão dissociadas.

Por sua proximidade com os fatos, além de permitir a produção de conhecimento sobre uma realidade mais palpável, este tipo de investigação possibilita ainda a comprovação, a reflexão, o questionamento ou mesmo o ajuste dos discursos teóricos (TUZZO; MANIERI, 2011). Ademais, debruça-se sobre fenômenos concretos e os dados são obtidos no campo social, em interações face a face, contrapondo-se às pesquisas de análises teóricas (MARTINO, 2018; FIGARO, 2014), tendo em vista que a experiência não é menos científica que a teoria (TEMER; TUZZO, 2017).

Este estudo está situado na cidade de Imperatriz, segunda maior do Maranhão, que possui em 2020 seis emissoras de TV, todas com jornais locais; um jornal impresso; três sites de notícias e sete rádios - que não focam na produção de notícias, mas na transmissão de música e conteúdo de entretenimento (LIMA, 2020). Cabe pontuar que o levantamento exploratório desse estudo identificou que o único impresso da cidade não admitia mulheres entre o quadro de profissionais que trabalham como jornalista.

Sobre a participação das mulheres, um estudo publicado em 2010, com foco nos veículos de TV, rádio e impresso na região, revelou que 81% dos jornalistas de Imperatriz eram homens e somente 19% mulheres (MORAES, 2010). Naquele ano, havia apenas três anos de implementação do curso de jornalismo na cidade. Em 2018, o município já contabilizava 176 profissionais formados em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão, sendo que 68,6% dos graduados eram mulheres (GEHLEN, BUENO, SILVA, 2018). Embora esse último levantamento trate de mulheres com graduação, serve como parâmetro, já que a formação é uma das principais portas para a feminização da área.

Ano	Quantidade de Mulheres Formadas
2010	19%
2018	68,6%

Fonte: elaborada pela autora com base em informações nos estudos de Moraes (2010) e Gehlen, Bueno, Silva (2018)

Embora a pesquisa trate dos formados e não, necessariamente, dos que atuam no mercado de trabalho, os números servem como um panorama e mostram a tendência da feminização da área da cidade. Essa participação feminina nos veículos de comunicação de Imperatriz na última década dialoga com a oferta, desde 2006, do primeiro curso de Comunicação Social / Jornalismo da cidade e entorno.¹⁰ Dados mais atuais mostram que compõe as redações de jornal de Imperatriz 33 jornalistas, sendo 21 com graduação na área. Esses profissionais são jovens, com idade entre 24 e 28 anos, solteiros e majoritariamente do sexo feminino (CARNEIRO, 2020).

Uma vez apresentado o campo na qual esta pesquisa está inserida, cabe dizer que no recorte deste estudo estão os principais veículos de comunicação da cidade com programas jornalísticos no quadro local, englobando quatro emissoras de TV, três de rádio e um portal de notícias. Apesar de a cidade não possuir programas de jornalismo na grade local das rádios, optamos pela aproximação incluir todos os veículos que possuíam conteúdo informativo. Em relação à mídia impressa, o único jornal da cidade foi excluído por não ter mulheres na função de jornalistas no seu quadro de funcionários.

Deste modo, compõem o universo total dos veículos selecionados para este estudo 33 profissionais. Eles são jovens, com idade entre 24 e 28 anos, solteiros e majoritariamente do sexo feminino (CARNEIRO, 2020). Um levantamento exploratório para este estudo identificou 23 mulheres. Destas, 19 delas se prontificaram a participar da pesquisa, uma se negou e outras três não responderam ao convite, realizado por ligações telefônicas e pelo WhatsApp.

Apesar de não englobar todas as profissionais, 19 é um número significativo, porque alcança quase todas as jornalistas, permitindo entender as relações de trabalho na cidade. Além do mais, as mulheres que participaram do estudo desempenham várias funções: repórteres, produtoras, diretoras e editoras de diferentes idades e tempos de carreira. Abrangem todos os veículos com programação jornalística contemplando rotinas, formatos e suportes diferentes no

¹⁰As cidades mais próximas com o curso de comunicação são Belém (PA) e São Luís (capital do MA), todas a mais de 600 quilômetros de distância.

jornalismo. As entrevistadas são diversas, com vários perfis, o que permite compreender melhor os vários aspectos do assédio em Imperatriz.

Importante pontuar que, embora a pesquisa traga alguns dados quantitativos eles servem basicamente para situar o universo formado pelos atores sociais. Os questionários foram utilizados no intuito de coletar informações socioeconômicas. Essa técnica permitiu ainda “estabelecer uniformidades e comparações das respostas” (DUARTE, 2006, p. 66) de forma mais prática e eficaz. Com isso, objetivou-se entender melhor o perfil das mulheres que compõem o universo da pesquisa e o ambiente no qual elas estão inseridas.

Na sequência a abordagem que prevalece é a qualitativa que, segundo Martino (2018) se encaixa neste estudo tendo em vista que pesquisa qualitativa é definida como “um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”, se estendendo a todas as disciplinas humanas que se debruçam sobre a construção social da realidade (DENZIN; LINCON, 2006, p. 17) que dialoga com os objetivos desta dissertação.

Tanto as entrevistas quanto os questionários, foram realizados entre 22 e 30 de julho de 2019, presencialmente, tendo em vista que a proximidade permite maior percepção de fatores que são importantes para o estudo, como as expressões corporais (GIL, 2008). A formação na área não foi um pré-requisito para a seleção das entrevistadas, já que a ideia era abranger o maior número possível de mulheres jornalistas. Ademais, partiu-se do pressuposto que, independentemente da titulação, havia a possibilidade da existência do assédio sexual na rotina de trabalho.

A opção pela entrevista de profundidade se justifica por se tratar de uma “técnica dinâmica e flexível, útil para apreensão da realidade” (DUARTE, 2006, p. 64), vivida pelos atores sociais (GIL, 2008), que, por isso, evidencia e valoriza a perspectiva desses sujeitos. É uma técnica considerada clássica nas Ciências Sociais para coleta de informações e percepções baseadas nas experiências das fontes que têm a flexibilidade de definir livremente suas respostas (DUARTE, 2006; GIL, 2008), aproximando-se de um diálogo entre pesquisador e entrevistado (MARTINO, 2018; GIL, 2008).

Apresenta ainda a vantagem de dar mais liberdade ao entrevistado e ao entrevistador e a possibilidade de coleta de informações mais detalhadas (MARTINO, 2018), devido à intensidade das respostas, que permitem, com sistematização das informações coletadas, por exemplo, a identificação de padrões, interpretação de temas e explicação de fenômenos (DUARTE, 2006). Além disso, torna possível identificar como as sujeitas enxergam determinada questão (DUARTE, 2006), aproximando a coleta de informações da sua

experiência. Outra vantagem dessa técnica é que ela possibilita respostas mais objetivas, já que os significados das palavras podem ser esclarecidos durante a própria entrevista, evitando distorções nas respostas (TEMER; TUZZO, 2017). Assim, de modo geral, favorece uma compreensão mais ampla do comportamento humano (GIL, 2008).

Os locais onde as entrevistas aconteceram foram escolhidos pelas sujeitas, para garantir maior conforto e disponibilidade das fontes (DUARTE, 2006). Quando a escolha foi pelo local de trabalho, foram selecionados espaços mais reservados da redação para não haver interrupções e onde estivesse presente somente a pesquisadora e as entrevistadas para que o assunto pudesse ser abordado de forma mais aberta. A duração das entrevistas variou entre 15 e 50 minutos.

Apenas uma das entrevistas foi realizada na presença de outra pessoa, respeitando a escolha da própria fonte. A outra presente era mulher, jornalista e já havia sido escutada para o estudo. Inclusive, essa foi uma das respondentes que teve um pouco de dificuldade de identificar o assédio. Terminada a entrevista, a colega mencionou que já havia presenciado situações em que a entrevistada foi assediada, citando alguns momentos, o que, aparentemente, provocou surpresa e reflexão na informante. Pontua-se que as informações foram contabilizadas a partir dos relatos e não da quantidade de pessoas que participaram das entrevistas.

Foram assegurados às entrevistadas o sigilo tanto da fonte quanto do veículo onde trabalham para que elas se sentissem mais seguras para falar abertamente sobre o assunto e para evitar possíveis retaliações, considerando, principalmente, o fato de ser uma cidade do interior, em que a maioria dos profissionais se conhecem. Além disso, o anonimato é um estímulo para que as respondentes deem respostas honestas (PORTELA, 2018).

Os nomes das entrevistadas foram substituídos por denominações de mulheres que foram pioneiras na história da Comunicação no Brasil. A utilização desses pseudônimos, além de preservar a identidade das pessoas que participaram da pesquisa, valoriza o trabalho das desbravadoras da área e dá uma dimensão mais humana aos relatos apresentados. Deste modo foram escolhidos os seguintes nomes¹¹:

- Joana Paulo Manso de Noronha, do *Jornal das Senhoras*;
- Maria Josefa, do jornal *Belona Irada contra os Sectários de Momo*;
- Nísia Floresta Brasileira Augusta, uma das primeiras a publicar em veículos de maior circulação;
- Andradina América de Andrada de Oliveira, do jornal *Esgríneo*;

¹¹ No capítulo XX, há mais detalhes sobre a história dessas mulheres e dos respectivos periódicos.

- Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, criadoras do jornal *Corymbo*;
- Francisca Senhorinha da Mota Diniz, do veículo *O Sexo Feminino*;
- Josefina Álvares de Azevedo, do jornal *A Família*;
- Prisciliana Duarte de Almeida e Áurea Pires, da revista *Mensageiros*;
- Narcisa Amália de Campos, escreveu para jornais *O Rezendense*, *Diário Mercantil de São Paulo*, *A Família* e *O Garatuja*;
- Maria Benedicta Camara Bormannescreveu para o jornal *Gazeta da Tarde*, *A Família* e *O Paiz*;
- Júlia Lopes de Almeida, um das poucas a viver da escrita, escreveu para o jornal *O Paiz* e *A Semana*.
- Matilde Magrassi, escreveu para os jornais *A Terra Livre* e *O Amigo do Povo*
- Isabel Cerruti, do jornal *A Plebe*
- Sônia Oiticica, do jornal *Ação Direta*
- Leolinda Daltro e Maria Lacerda de Moura, do jornal *A Tribuna*
- Maria Firmina dos Reis, a maranhense foi a primeira romancista brasileira e, como tal, colaborava com a imprensa local, com publicações de antologias.

O tipo de entrevista utilizada foi a focalizada (MARCONI; LAKATOS, 2003), na qual há um roteiro de tópicos. As perguntas foram divididas em quatro blocos de orientação, pensados a partir da identificação das ações, situações e desdobramentos, compostos por questões abertas e guiados pelas próprias respostas das sujeitas (DUARTE, 2006), sendo eles:

1. **Identificação do assédio e das vivências:** esta categoria buscou reunir os principais casos de assédio e verificar se há diferenças de assédio conforme o papel desempenhado pela jornalista;
2. **Identificação do agente:** esta categoria tem o intuito de identificar quem é o assediador na rotina da jornalista: externo (fontes e audiência), internos (colegas de trabalho), bem como saber sobre seu gênero e hierarquia, que foi considerada apenas para colegas de trabalho, levando em conta a dificuldade de apontá-la para alguns agentes, como por exemplo as fontes;
3. **Identificação das ferramentas:** esta categoria visa conhecer os modos como as ações de assédio se materializam na rotina de trabalho, que ferramentas ou recursos

intermediam os casos, bem como detalhar em que etapa do trabalho são mais corriqueiras, a fim de entender sua lógica.

4. **Identificação dos impactos:** esta categoria buscou entender quais os efeitos do assédio para a rotina jornalística e quais as ações tomadas pelas jornalistas.

As entrevistas foram gravadas em áudio, mediante o consentimento das participantes. Esse tipo de gravação foi escolhido por possibilitar o registro de um material “literal e integral” (DUARTE, 2006, p. 76), evitando a perda de informações, o que, por sua vez, possibilita uma análise mais detalhada. A única edição realizada foram as seleções, após a transcrição, dos trechos que mais interessavam a este estudo. Nas transcrições, foi preservada, inclusive, a linguagem das entrevistadas.

A última etapa foi a interpretação qualitativa dos resultados, inspirada nos preceitos da Análise de Conteúdo (AC), que consiste em um conjunto de técnicas que permite a interpretação de comunicações (BARDIN, 1977). A Análise de Conteúdo é um método de apreciação das Ciências Sociais Empíricas que reduz a complexidade dos textos por meio de classificações sistêmicas fundamentadas no material coletado em congruência com as teorias (BAUER, 2002; GOMES, 1994), que nesta pesquisa incluem o trabalho de autores como Safiotti (1987; 1976), Louro (2011), Fukuda (2012) e Butler (2003).

Essa técnica traça um caminho que permite produzir inferências de um texto para o contexto social de forma objetiva, levando em conta alguns padrões semânticos e sintáticos. Assim, em nossa análise, foram consideradas algumas particularidades do texto, como frequência de palavras e o modo como elas são ditas, o que se enquadra nos procedimentos sintáticos, assim como o sentido do texto, os temas e as avaliações, que se relacionam aos procedimentos semânticos (BAUER, 2002), que integram o processo analítico da Análise de Conteúdo. As fases dessa forma de análise são compostas pela descrição, interpretação e inferência, nessa ordem (BARDIN, 1977; PUGLISI; FRANCO, 2005).

Desse modo, a ferramenta metodológica permite comparações, classificações e, consequentemente, a identificação de semelhanças e diferenças, extrapolando o conteúdo das mensagens em si, que podem se associar a outros elementos, como os diversos contextos em que o entrevistado está inserido (PUGLISI; FRANCO, 2005). Assim, o ponto de partida desse tipo de análise é a mensagem e a concepção crítica da linguagem, que, por sua vez, é entendida como “uma construção real de toda a sociedade e como é expressa a existência humana” (PUGLISI; FRANCO, 2005).

Para isso, a AC prevê a definição de unidades de análise. Uma delas é a unidade de registros, que consiste na menor parte do conteúdo. Aqui foram consideradas as palavras, o tema e a personagem. A outra unidade é a de contextos, considerada como pano de fundo, sendo fundamental no processo, uma vez que vai permitir um exame mais amplo dos dados. Neste estudo, a unidade de contexto é composta pelo levantamento do perfil das jornalistas, assim como pela caracterização do campo (PUGLISI; FRANCO, 2005; GOMES, 1994). Já a entrevista busca compreender o entendimento das sujeiras sobre o tema.

Esse método de análise foi escolhido porque esta pesquisa é baseada na subjetividade das participantes, sendo essa ferramenta de análise uma forma de valorizar os relatos, os significados pessoais e objetivados dos sujeitos. Portanto, os sentidos que são atribuídos a determinado tema são priorizados e compõem a interpretação. Além disso, esse tipo de análise dialoga com a proposta desta pesquisa por ter inclinações interpretativas e por permitir o desenvolvimento de perspectivas quanto às práticas assediosas bem como a exploração dos sentidos da realidade percebida no campo, para que se amplie o debate sobre o tema no campo regional e se abram portas para outras investigações relacionadas ao assunto.

5 CABE NO JORNAL? O assédio sexual nas redações de Imperatriz

Este capítulo tem como objetivo tratar os dados correspondentes à pesquisa empírica, sendo dividido em dois tópicos principais. O primeiro, “Perfil das mulheres jornalistas de Imperatriz”, descreve o perfil socioeconômico das mulheres nas redações de Imperatriz com o intuito de entender qual é o pano de fundo das ocorrências do assédio sexual. As informações foram reunidas por meio de um questionário para identificar cor, idade, renda, estado civil e escolaridade das jornalistas de Imperatriz e buscar compreender como essas questões podem se relacionar com questões de gênero e com o assédio.

O tópico seguinte, intitulado “Assédio é rotina: identificação, agentes, ocorrências e consequências do assédio”, apresenta os relatos das mulheres e a análise, agrupados nas seguintes categorias norteadoras da pesquisa: identificação do assédio e das vivências, que busca entender como as mulheres identificam e quais são os tipos mais comuns de assédio nas redações; identificação do agente, que tem como intuito identificar quem é o assediador, seu gênero, hierarquia e função; identificação das ferramentas, que visa conhecer como as ações de assédio se materializam na rotina de trabalho e identificar os impactos, para entender quais são os efeitos do assédio para a rotina jornalística, e as ações tomadas pelas vítimas.

A proposta foi discorrer sobre as características dessa prática e seus efeitos, seja para o Jornalismo, seja para as mulheres. Buscamos compreender ainda se as profissionais conseguem identificar esses abusos e como lidam com ele. A proposição é entender melhor como ocorre esse tipo de violência a partir da perspectiva das próprias vítimas, considerando o papel da sujeita nos processos sociais, assim como o lugar de fala dessas mulheres que são violentadas rotineiramente em seus ambientes de trabalho.

5.1 Perfil das mulheres jornalistas de Imperatriz

Antes de tratar do assédio sexual em si, traçamos o perfil socioeconômico e profissional das jornalistas, com informações sobre cor, idade, renda, estado civil e escolaridade. Essa caracterização é fundamental para contextualização das informações, pois permite traçar relações entre concepções, ocorrências de assédio e perfil das vítimas.

A maioria das mulheres que compõe a redação dos veículos de comunicação de Imperatriz tem entre 25 e 34 anos (TABELA 2).

Tabela 2 – Dados sobre idade

Dados sobre idade

Até 24	25 a 34	35 a 44	45 ou mais
1	14	2	2

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

Essa característica da idade reflete um panorama mais geral da cidade, onde, segundo o IBGE (2010), há 247.505 habitantes, sendo que 51,8% são mulheres, majoritariamente jovens, de 20 a 24 anos. Esses números seguem a tendência nacional, já que 48% das jornalistas brasileiras possuem de 23 a 30 anos (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012). Os dados mostram que, apesar das peculiaridades regionais que podem incidir nas condições de trabalho, no que diz respeito ao sexo e à idade, Imperatriz repete o padrão: quase metade das mulheres que trabalham no jornalismo são jovens.

Isso pode ser reflexo da implantação, em 2005, do curso de Jornalismo na Universidade Federal do Maranhão em Imperatriz, que colaborou para a inserção de pessoas mais jovens no mercado de trabalho. Inclusive, a maior parte das mulheres que compõem este estudo é formada por essa instituição. Outras características como a quantidade de mulheres, a idade e a escolaridade também apontam para o impacto da chegada do curso na cidade gerando a possibilidade de profissionalização, que prevalece como requisito para contratação, mesmo diante da queda da obrigatoriedade do diploma em Jornalismo. Em nosso estudo, a maioria das jornalistas tem curso superior, como veremos detalhadamente mais à frente.

Dados já mencionados na Introdução desta dissertação apontam que, em 2010, ano em que o curso formou a primeira turma em Imperatriz, somando profissionais graduadas ou de carreira, as mulheres que atuavam no Jornalismo da cidade correspondiam a apenas 19% dos profissionais atuando na área (MORAES, 2010). Informações mais recentes mostram que o curso forma majoritariamente mulheres: 68,6% (GEHLEN; BUENO; SILVA, 2018), o que revela a sua influência para a feminização da área, já que a profissionalização é, historicamente, uma porta de entrada das mulheres no Jornalismo.

A idade também é um fator importante quando o assunto é assédio, segundo a percepção de sete das mulheres entrevistadas, a maior parte delas na faixa etária de 25 a 34 anos. As falas variam de mais enfrentamento até menos recorrência. As que disseram sofrer menos assédio atribuem isso a “mais respeito” dado a elas pelos pares em decorrência do tempo de carreira e da idade, o que pode ser resultado também da intensificação e, consequentemente,

da internalização do debate sobre o assédio, que conforme já pontuado, é algo recente, até mesmo do ponto de vista jurídico.

As mulheres com mais tempo de carreira, que normalmente são as com mais idade, sentem que são menos assediadas. Contudo, há relatos de assédios de quando elas estavam no início de sua carreira.

Eu viajei com meu subchefe e, na cidade, parece que estava tendo, o hotel que ele queria e tal, estava tendo só um quarto. E ele olhou pra mim, e sugeriu assim: “Não tem problema a gente dormir no mesmo quarto, né?”. Mas eu sei que tinha segunda intenções, porque foi a viagem toda falando segundas intenções, sabe? (BORMANN, 2019 [entrevista]).

A reação dessas profissionais pode ser um dos motivos que leva os assediadores a evitar esse tipo de vítima, já que as mulheres com mais tempo de carreira declararam ter mais facilidade em rebater o assédio. Nesse caso, como se não bastasse a hierarquia de subchefia do assediador que, por si, já configura um caráter intimidatório para a vítima, cabe um destaque para o jogo psicológico do assediador ainda no percurso da viagem e a preferência por um hotel onde só havia um quarto, o que deixou a jornalista em uma situação ainda mais delicada.

As jornalistas mais experientes contam ainda que, quando mais jovens, era mais difícil lidar com essa prática, atribuindo isso à sua falta de experiência.

É porque também eu acho que eu era muito besta, foi o meu primeiro emprego. Eu, hoje mesmo, se uma pessoa falasse aquilo pra mim, eu acho que eu metia a mão na cara (BORMANN, 2019 [entrevista]).

Essa mesma jornalista conta que atualmente lida de forma diferente e rebate a diversas situações machistas, independente da hierarquia do agente. Isso pode ser resultado de diversos fatores: mais empoderamento feminino; menor medo da demissão; conquista da amizade dos colegas; a promulgação das leis que versam sobre o assédio, que é uma conquista recente e ocupação de posição de chefia, que permite a muitas dessas mulheres terem essa postura de embate hoje.

Ao relacionar idade e condições de trabalho feminino, um estudo realizado por Minella, Borges e Karawejczyk (2013) sobre as mulheres da Geração Y, que são aquelas que estão agora com idade próxima aos 30 anos, revela que muitas enfrentam discriminações relacionadas à idade no mercado de trabalho formal, tanto no que tange à remuneração inferior como à sobrecarga de trabalho decorrente dos diversos papéis relacionados ao cuidado com a família e com a manutenção dos padrões de beleza cobrados. Essa situação, inclusive, é motivo de

discriminação no trabalho. Elas escutam comentários sobre a maternidade e são testadas sobre sua competência por serem mulheres e jovens. São jovens em ascensão na carreira, que precisam realizar várias tarefas diferentes e lidar com a cultura organizacional machista das empresas. Essas são questões antigas e indicam que, apesar de elas estarem presentes no mercado e em crescimento, há ainda a necessidade de superação de questões relacionadas ao gênero (MINELLA; BORGES; KARAWAJCZYK, 2013).

Já no que diz respeito à escolaridade das mulheres jornalistas, praticamente todas possuem nível superior e parte considerável possui pós-graduação no formato de especialização como pode ser observado na Tabela 3. Cabe ponderar que, em 2019, quando os dados desta pesquisa foram coletados, foi implementado o Mestrado em Comunicação na Universidade Federal do Maranhão em Imperatriz, o que pode explicar a inexistência, até então, de jornalistas com esse grau de aperfeiçoamento, já que até aquele período os programas de pós-graduação em Comunicação mais próximos da cidade ficavam a pelo menos 600 quilômetros de distância, como os programas de Belém (PA) e Palmas (TO).

Tabela 3 – Dados sobre escolaridade

Dados sobre escolaridade

Médio	Superior	Especialista	Mestrado	Doutorado
1	13	5	0	0

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

Porém, a escolarização não foi um impeditivo para a prática de assédio, já que todas as entrevistadas disseram já terem sido vítimas em algum momento da carreira e nenhuma relatou qualquer diferenciação em relação a isso. Esse aspecto chama a atenção, já que, para o assediador, o conhecimento, a profissionalização ou o papel social do Jornalismo não são barreiras ou questões que o façam repensar a sua postura. O acesso ao ensino parece também não ser um diferencial quanto à identificação dessa violência, já que, das duas mulheres que tiveram uma dificuldade inicial de se reconhecerem vítimas desse tipo de agressão, uma era formada e a outra não. O motivo da negativa pode estar relacionado à própria percepção do indivíduo, que é formada de acordo com as suas vivências, o que torna as subjetividades múltiplas, instáveis e contraditórias (LEITE, 2015), que soma a questões mais estruturais, incluindo o amparo tardio das leis e a naturalização social.

Outro dado levantado diz respeito ao estado civil das mulheres. Em relação ao estado civil, a quantidade de solteiras e casadas é praticamente a mesma.

Tabela 4 – Dados sobre estado civil

Dados sobre estado civil

Casada	Solteira
9	10

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

Embora essa informação não traga diferença significativa em termos quantitativos, já que houve ocorrência de assédio com todas as entrevistadas, os relatos apontam abordagens diferentes quando a profissional tem um cônjuge ou namorado, em que até mesmo o casamento chega a ser usado na abordagem.

Hoje, eu já sou mais conhecida, né, então, todo mundo, de alguma forma, conhece um pouco da minha história, né. Tipo, já sabe que eu sou casada, já sabe que eu tenho filho, sabe da minha postura. Mas, quando eu apresentava jornal, é, aqui e acolá, um entrevistado ou outro pessoalmente, ele insinuava algum tipo de coisa, mas aí eu cortava na hora, sempre cortei, né? “Ah, você é linda”, “Ai, se eu fosse seu marido, eu lhe tratava desse jeito, você não pisava nem no chão e tal e tal”, mas assim, a gente sabe quando é um elogio sem intenção e a gente sabe quando é o elogio (MOURA, 2019 [entrevista]).

Em alguns casos, as investidas até param quando o assediador percebe a figura masculina, em uma demonstração de que o respeito não é atribuído à profissional, mas a seu parceiro, um sujeito externo e ausente do ambiente de trabalho, mas que é considerado pelo simples fato de ser homem. Essa situação reforça a existência de uma organização social de gênero que é alimentada diariamente, em que a figura masculina é a respeitada e referenciada, levando inclusive a sociedade a tolerar as violências praticadas contra a mulher (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

Em relação à cor das entrevistadas, quatro se consideram pardas; uma, preta; outra, branca¹²; e uma se declarou indígena (Tabela 2). Cabe pontuar que nenhuma preta ou indígena ocupa posição de chefia. Identificar a cor e a etnia dessas jornalistas é importante para entender as interseccionalidades e como elas são expressas no campo jornalístico em Imperatriz quando envolve questões de violência de gênero, como o assédio.

Tabela 4 – Dados sobre cor

¹²Essa categorização segue a utilizada pelo IBGE (2010), que faz uso de autodeclarações fechadas.

Dados sobre cor

Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
0	4	1	10	4

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

Pretas e indígenas são minoria em âmbito local. É relevante destacar que a cidade de Imperatriz é um polo regional, inclusive educacional, atendendo a municípios vizinhos como Amarante do Maranhão, Montes Altos, Arame e Porto Franco, as quais, segundo o IBGE (2010), estão entre as cidades com maior população indígena no Maranhão, o que torna esse quadro de apenas uma jornalista indígena ainda mais preocupante.

Esses dados são um reflexo da situação de exclusão das chamadas minorias em vários contextos sociais. A pequena participação das mulheres negras e indígenas em profissões que exigem mais qualificação ou *status*, como proprietárias de empreendimentos ou posições de comando – que são espaços que requerem competição social ou que representam posição de poder –, é uma expressão das desigualdades raciais e sociais.

Em um aspecto mais geral, 68,6% dos cargos de gerência são ocupados por brancos, contra 29,9% de pretos ou pardos, ainda que a maior parte da força de trabalho no país seja composta por pretos e pardos. Essas assimetrias são decorrentes do processo de desenvolvimento do Brasil, em que populações de cor ou raça preta, parda e indígena possuem maiores níveis de vulnerabilidade socioeconômica (IBGE, 2019). Cabe pontuar que o mercado de trabalho está conectado a essa realidade e vai refletir as discriminações de gênero e raça no acesso e, consequentemente, no perfil de quem figura nas ocupações menos formais (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

Sobre o assédio, há particularidades quando a análise é feita considerando o viés da cor, que é sempre citada pelos assediadores, conforme relatado por uma das entrevistadas: “Agora, tu me fez uma pergunta que eu não sei te responder. Mas eu poderia dizer que sim, por comentários do tipo ‘uma morena dessa’” (OLIVEIRA, 2019 [entrevista]). Segundo ela, essa situação é tão comum que nem sempre as vítimas se dão conta da sexualização do corpo das mulheres pretas, mostrando o quanto esses atos estão cristalizados como algo comum e natural. Vale destacar que a maior parte das jornalistas não é branca, o que dá a dimensão de como esse tipo de assédio relacionado à cor da pele é corriqueiro.

Quando a violência e a sua arbitrariedade são dadas como fatos corriqueiros e são negligenciados, não são questionados os sentidos ou a motivação para tais acontecimentos, pois

“ninguém questiona ou examina aquilo que é óbvio para todos” (ARENDT, 1970). Percebemos, então, o quanto a naturalização da prática é preocupante, já que facilita a manutenção da violência, uma vez que ela não é sentida pela vítima e, se não é sentida, não existe, pelo menos na perspectiva dela, dificultando a problematização ou qualquer outra reação diante da situação.

É importante ponderar que, nesse caso, há uma dupla discriminação no assédio sexual, por serem mulheres e por serem pretas (SAFIOTTI, 1987), já que estão em dois grupos que historicamente foram subordinados, expressando a interseccionalidade dessa violência (BUTLER, 2003, GONZALES, 1979; DAVIS, 2016), assim como a multiplicidade dos padrões de dominação e, conseqüentemente, das subalternidades (BIROLI, MIGUEL, 2015).

Quando o assediador cita a cor da pele preta fica nítido que essa é uma marca discriminatória da hipersexualização específica das mulheres pretas, já que o mesmo não foi relatado pelas brancas, refletindo que as mulheres não são uma categoria unitária e que há configurações específicas dentro das relações de gênero (LEITE, 2015). Nesse caso, o comportamento é resultado do processo histórico brasileiro, em que as escravizadas serviam de objeto sexual, associado a uma prática social e política de exclusão e a um processo de construção que fomenta esse tipo de pensamento por meios simbólicos, como a figura da mulata e sua folclorização (GONZALES, 1979). Dessa forma, a prática do assédio contra as pretas jornalistas é só mais uma das expressões do quanto essa objetificação é estrutural, já que ela acontece até mesmo no universo do trabalho e apesar do respaldo social que tem a figura do jornalista.

Os maiores salários estão relacionados à posição hierárquica que ocupam. As mulheres que atuam em posição de chefia ganham até quatro salários, sendo essa a maior faixa de renda. Em compensação, são elas também que mais acumulam cargos. São exatamente as cinco editoras, as que possuem os maiores salários e somente uma delas ocupa apenas essa função, as demais acumulam de dois a quatro papéis.

Tabela 5 – Dados sobre renda

Dados sobre renda

Até um salário	Até dois	Até três	Até quatro
0	8	6	5

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

Entre as demais, o acúmulo é menos recorrente e há menos funções desempenhadas simultaneamente, embora ainda exista. Se pensarmos que, no sistema capitalista de produção,

há uma produção e reprodução da força de trabalho de forma tão repetida que cria valor do qual o empresário se apropria, remunerando somente uma parte (SAFIOTTI, 1976), essa situação se torna ainda mais grave, já que as trabalhadoras são exploradas de forma múltipla. Assim, os salários mais altos estariam apenas escondendo essa apropriação do trabalho. Além disso, essa sobrecarga, seja das chefes, seja das demais, exaure as profissionais e pode se refletir no desempenho no trabalho e precarizar o mercado jornalístico, reduzindo a oferta de postos de trabalho.

Apesar de não ser esse o foco da pesquisa, vale ressaltar que duas entrevistadas denunciaram casos em que mulheres desempenham a mesma função e têm salários menores que os homens. Essa situação acaba sendo prejudicial também para o homem, se pensarmos na economia familiar, já que, se as mulheres ganhassem de forma equivalente, isso ampliaria o poder de consumo da família, o que permite deduzir que essa disparidade beneficia apenas a classe patronal (SAFIOTTI, 1987). Ademais, deixa claro que as discriminações de gênero só beneficiam aos empresários que ganham tanto em cima da sobrecarga de funções das funcionárias, quanto com os menores salários pagos às mulheres.

Em um dos relatos, ele não tinha formação em nenhuma área, já as mulheres eram graduadas em Jornalismo e uma delas falava mais de um idioma. Houve outra situação em que um homem foi escolhido para ocupar uma função, porque a figura masculina “passava mais credibilidade” (MAGRASSI, 2019 [entrevista]). Para Veloso, Albuquerque e Mesquita (2019), essas escolhas são baseadas em valores subjetivos e inconscientes que usam bens simbólicos que sustentam a engrenagem social e as hierarquias.

Outro dado interessante é que, em todas as empresas onde a pesquisa foi realizada, são as mulheres que chefiam as equipes, porém em cargos intermediários, ou seja, elas organizam o veículo, sua rotina e seu funcionamento, mas estão subordinadas a pessoas com hierarquia superior que tomam as decisões mais importantes, sendo esses cargos, na maioria das vezes, ocupados por homens. Dessa forma, não cabe a elas o gerenciamento de casos que envolvem assédio.

Essa informação nos mostra que é preciso mais que competência para chegar aos postos mais altos de comando, que muitas vezes são ocupados por outras motivações como conveniências relacionadas aos grupos familiares que são proprietários das concessões dos veículos (BANDEIRA, 2019) ou à própria cultura misógina que também permeia o Jornalismo (LEITE, 2017). Mais uma vez a complexificação dos fatores que envolvem a feminização da

área e que são impeditivos para que as jornalistas tenham autonomia suficiente em suas rotinas produtivas se revelam (LELO, 2019).

Isso pode ser um reflexo tanto da desigualdade de oportunidades quanto do tratamento diferenciado dado pelas empresas a profissionais homens e mulheres, no qual normalmente elas são desqualificadas por uma cultura organizacional misógina. Além do mais, para as jornalistas galgarem espaços de destaque, como já mencionado, é exigido maior esforço e investimento na carreira, representando outra dificuldade diante da necessidade de equilibrar o trabalho e a vida pessoal. O resultado desse cenário é o desenvolvimento e aproveitamento desigual entre profissionais de acordo com o gênero (ARTIGO 19, 2016).

Esses dados confirmam ainda que há uma hierarquização entre os trabalhos, em que o masculino é mais valorizado que o feminino (ANDRADE; ASSIS, 2018; VELOSO, ALBUQUERQUE, MESQUITA, 2019). Deixam claro também que os gêneros não gozam do mesmo reconhecimento e que alguns gêneros podem ou valem mais que outros (LOURO, 2011). Toda essa condição dialoga e corrobora a prática do assédio.

O estudo mostrou ainda que o assédio ocorre com a mulheres independentemente da função, já que todas as profissionais ouvidas para esta pesquisa relataram casos de assédio sexual. Inicialmente, durante as entrevistas, as chefes negaram serem vítimas do assédio durante o exercício desse cargo, porém, posteriormente, elas acabam contando alguns episódios. Das quatro chefes, três lembraram de episódios nos quais sofreram assédio sexual.

Essa negativa inicial demonstra que as mulheres em posição de chefia se sentem menos assediadas. Isso pode ser decorrente de elas terem menos contato com agentes externos, como as fontes, que foram apontadas como os principais assediadores nas redações de Imperatriz. Talvez por isso essa prática seja menos recorrente com mulheres em cargo de chefia. Quando as mulheres são chefes, os assédios envolvendo colegas são também mais incomuns. Elas acreditam que é por causa da hierarquia, que acaba sendo um fator inibidor para os agentes internos.

Mudou só por causa do cargo, que as pessoas não têm mais coragem. Tanto que, quando tem essas coisinhas, é de fontes, não é nem de profissional da imprensa e nem de gente aqui de dentro (DINIZ, 2019 [entrevista]).

Essa pode ser uma demonstração das relações de poder que atravessam as questões de gênero, uma vez que “sujeitos são acolhidos ou desprezados conforme as posições que ocupem ou ousem experimentar” (LOURO, 2017, p.204). Vale pontuar que essa posição também pode incitar a hostilidade, uma vez que outra recorrência identificada nas redações durante o estudo

exploratório realizado para esta pesquisa é a do assédio moral, pois é comum elas serem questionadas sobre a sua capacidade profissional, algo que não é comum acontecer com os homens devido à competência conferida a eles social e historicamente (DIAS, 2008).

Ressaltamos ainda que a maior parte dos assédios relatados pelas mulheres que ocupam uma posição de chefia ou que estão há muitos anos de carreira é praticada por agentes externos à redação, especificamente por entrevistados. Esse dado pode ser uma confirmação da declaração feita por elas de que há uma conquista de respeito dos colegas alcançado pelo embate, já que, segundo Safiotti (1987), “a vida social não se resume a grandes decisões tomadas pelos poderosos. Ela também se constitui de ações pessoais e, principalmente, coletivas praticadas no dia-a-dia”. Embora a autora se refira à construção da história oficial, a afirmativa cabe nesse contexto, já que o embate das mulheres é um indicativo da mudança no comportamento dos colegas de trabalho – pelo menos com elas. Isso aponta também para a possibilidade de mudança, caso houvesse ações mais articuladas e coletivas de combate ao assédio.

Em relação à área de atuação, em Imperatriz, a maioria das mulheres trabalha na TV, o que pode ser um reflexo da estrutura desses veículos, que são maiores e contratam um maior número de profissionais. É relevante pontuar que a maior parte das mulheres que trabalha em rádio também desempenha funções nos demais veículos da mesma empresa, como *sites* e TV, mas foram consideradas neste estudo a área em que elas têm atuação predominante.

Sobre o assédio sexual, proporcionalmente, houve mais relatos de assédio na TV, com 29 ocorrências, seguido do rádio, com 4, e do portal, com 3 casos.

Tabela 6 – Dados sobre área de atuação

Dados sobre área de atuação

TV	Rádio	Portal
13	4	3

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

Há algumas particularidades na relação entre a área de atuação e o assédio, como o praticado pela audiência, que apareceu nos relatos das trabalhadoras da TV. “Mais o público, telespectador. Tem um caso que eu cheguei a ficar com medo, ano passado. Ele tirava foto minha todo dia, ao vivo, no jornal, da TV. ‘Você tá linda, isso e aquilo’” (ALMEIDA, 2019 [entrevista]).

Um estudo realizado nos Estados Unidos que trata do assédio contra jornalistas praticado on-line e pela audiência mostra que as profissionais do Jornalismo que trabalham com TV são mais assediadas devido à visibilidade proporcionada por esse tipo de veículo que trabalha mais com a imagem e, conseqüentemente, com marcadores físicos, em comparação a outros meios, como o rádio, por exemplo (LEWIS; ZAMITH; CODDINGTON, 2020). Embora o recorte seja mais específico, ele mostra que essa situação não é exclusiva das redações de Imperatriz e pode indicar uma tendência na área.

Além disso, há o fato de os maiores veículos de Imperatriz serem os de TV, o que pode incidir sobre a conexão com público. A relação estreita do público é mais comum em organizações menores e pode ser um atenuante em relação a recorrência do assédio devido à identificação com a profissional. Quanto maior o veículo, maior e mais difusa é a audiência e, conseqüentemente, a possibilidade de assediadores (LEWIS; ZAMITH; CODDINGTON, 2020).

Outra particularidade é que as mulheres que trabalham em um ambiente fora da empresa, na execução das reportagens, foram apontadas, também pelas demais profissionais como produtoras e gestoras, como as mais expostas ao assédio por terem contato com um número maior de pessoas. Inclusive, as áreas que mais foram citadas são as que têm mais contato físico com as fontes ou com a audiência.

O fato de as mulheres serem maioria nas redações aumenta a sensação de segurança delas. “Eles se vigiam mais por conta da quantidade de mulheres que tem. Não sei, se fosse o contrário, se eles fariam o mesmo, não tenho como garantir isso” (CAMPOS, 2019 [entrevista]). No entanto, não é um fator impeditivo para que o assédio ocorra, o que pode ser resultado da cultura organizacional machista do Jornalismo que continua reproduzindo comportamentos opressivos. Além disso, é “um indicativo de que, a ascensão delas às posições de chefia, não garante o fim da reprodução da divisão sexual do trabalho” (VELOSO; ALBUQUERQUE; MESQUITA, 2019).

Conclusivamente, podemos identificar que o perfil das mulheres das redações de Imperatriz as enquadra na chamada Geração Y, que tem como característica a busca pelo autossustento e progressão na carreira. Além disso, a maior parte dessas profissionais possui nível superior e são elas que chefiam as equipes (MINELLA; BORGES; KARAWJCZYK, 2013). No entanto, ainda há barreiras a serem superadas, como o questionamento da competência por serem mulheres e jovens. Assim, apesar da ascensão delas nas empresas, ainda enfrentam problemas antigos de discriminação.

Em relação à cor da pele, a maioria se declarou parda e dentre elas nenhuma ocupa posição de chefia. Ademais, essa característica é também uma marca utilizada pelos assediadores em suas abordagens, em uma expressão da hipersexualização. Essa realidade expressa tanto as assimetrias da divisão racial, quanto da divisão sexual do trabalho.

Entretanto, nem sempre as vítimas reconhecem essa interseccionalidade entre gênero e cor, um resultado da imposição do poder e da internalização, do reconhecimento e da aceitação dos termos de um acordo tácito construído socialmente. Porém, é importante ressaltar que essa sujeição é realizada com base em um discurso que não é escolhido por aquelas que estão em situação de opressão (BUTLER, 2017).

Do ponto de vista financeiro, elas recebem até dois salários-mínimos. Valor abaixo do piso salarial estabelecido pela Fenaj que é de R\$ 2.829,00. As profissionais que ocupam cargos de gestão recebem uma remuneração maior, na faixa de até quatro salários, porém elas acumulam funções, evidenciando que o valor não está relacionado à posição ocupada e que há uma múltipla apropriação da força de trabalho por parte das empresas.

Apesar de o casamento não influenciar na recorrência do assédio, já que todas elas são vítimas, as entrevistadas sentem que essa é uma questão para os assediadores, já que citam que a presença dessa figura masculina é um fator para que a violência não ocorra. Além disso, as mulheres atuam majoritariamente na TV.

Em linhas gerais, apesar do grande número de mulheres nas redações de Imperatriz e da ascensão profissional que elas estão alcançando, já que as redações são predominantemente chefiadas por mulheres, elas ainda sofrem múltiplas discriminações que, no caso das jornalistas, são interseccionais: são alvo de preconceito por serem mulheres, jovens, pretas e assim sucessivamente.

5.2 ASSÉDIO É ROTINA: identificação, agentes, ocorrências e consequências do assédio

Identificação e vivência do assédio: Identificar o assédio é importante por ser um passo fundamental para que a vítima assuma, ou não, uma postura diante dessa violência, por isso, a relevância de saber se elas reconhecem essa violência (SAFFIOTI, 2015). Neste estudo, essa categoria se propôs a verificar se, e como, as mulheres identificam as ocorrências de assédio.

Os dados desta investigação apontaram que as trabalhadoras do Jornalismo estão atentas e reconhecem situações de assédio. Apenas uma delas não soube dizer com precisão o

que era, mas, no decorrer da entrevista, citou episódios, o que mostra que, de alguma forma, o tema não lhe é totalmente estranho.

As definições mais comuns apresentadas por elas envolvem a conduta invasiva do agressor, o constrangimento e a proposta sexual. A conduta invasiva é destacada nas transcrições a seguir :

- “Brincadeiras machistas, convites para sair, **insistência**” (JOSEFA, Maria, 2019 [entrevista]);
- “Investida **forçada**” (AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira, 2019 [entrevista]);
- “vai muito além do que o toque direto, olhar, comentário, mensagem com conteúdo mais **invasivo**” (OLIVEIRA, Andradina América de Andrade de, 2019 [entrevista]);
- “Comentário ou contato físico **não permitido**” (MELO, Revocata Heloísa de, 2019 [entrevista]);
- “Qualquer **invasão** de conotação **sexual**” (DINIZ, Francisca Senhorinha da Mota, 2019 [entrevista]);
- “**Perturbação**” (CERRUTI, Isabel, 2019 [entrevista]);
- “**Invasão** do limite de relacionamento entre as pessoas, independente do sexo” (DALTRO, Leolinda, 2019 [entrevista]);
- “Tudo aquilo **que infringe o meu direito** como pessoa” (MOURA, Maria Lacerda de, 2019 [entrevista]).

Essas definições mostram uma das marcas importantes que, inclusive, é uma das diferenças em relação à conquista amorosa, já que no caso do assédio, a abordagem não é pretendida pela destinatária. Consequentemente, não gera reciprocidade e causa **constrangimento** (MAGALHÃES, 2011), outra variante bastante presente nas respostas:

- “Situação que cause **desconforto**” (NORONHA, Joana Paula de, 2019 [entrevista]);
- “**Constrangimento**” (MONTEIRO, Julieta de Melo; AZEVEDO Josefina Álvares de; ALMEIDA, Prisciliana Duarte de; ALMEIDA, Júlia Lopes de, 2019 [entrevista]).

Esse sentimento é recorrente justamente porque o assédio é um mecanismo de constrangimento que visa limitar ou **reprimir** a liberdade feminina (MAGALHÃES, 2011). A ideia de repressão também esteve presente nas definições apresentadas nas entrevistas:

- “Tentativa de **reprimir** as mulheres” (CAMPOS, Narcisa Amália de, 2019 [entrevista]).

Há ainda as declarações que consideraram as **propostas ou gestos de conotação sexual** realizados durante o assédio como principal característica desse tipo de agressão:

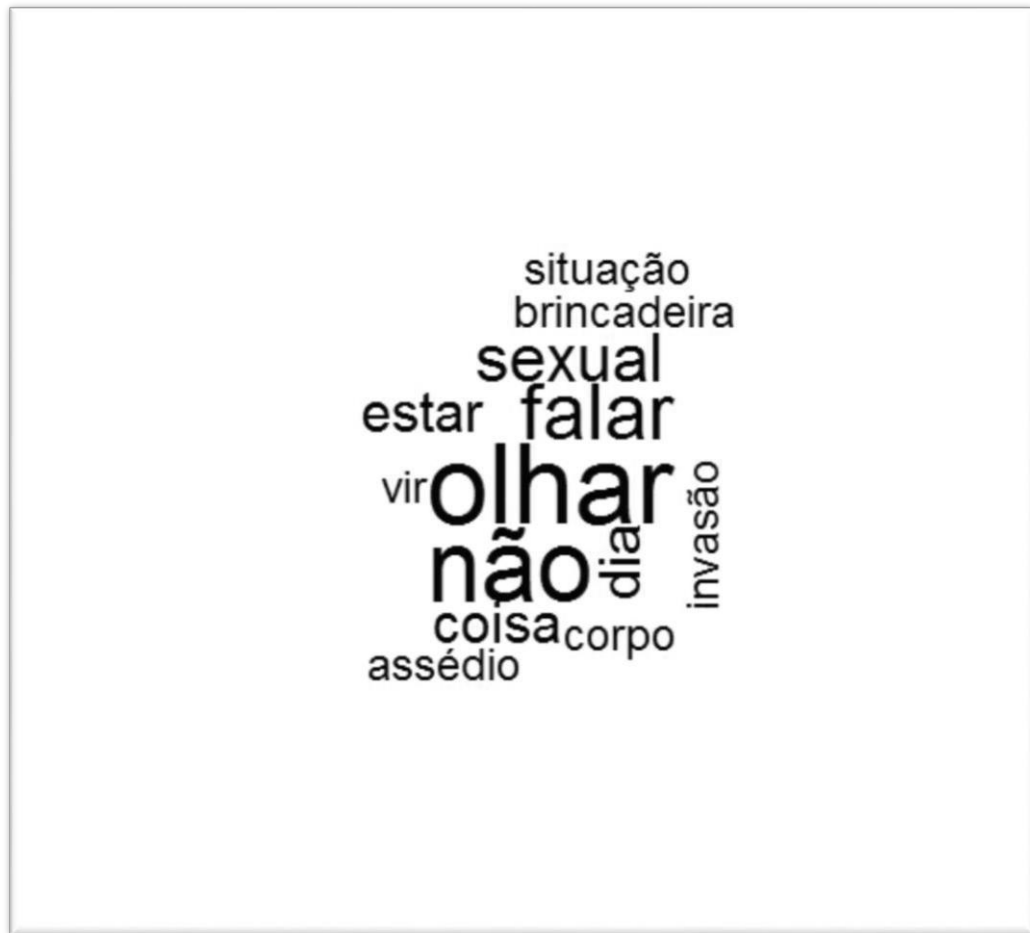
- “Proposta **sexual** em troca de algum benefício” (MAGRASSI, Matilde, 2019 [entrevista]);
- “Palavras ou gestos sugestivos de conotação **sexual**” (BORMANN, Maria Benedicta Camara; OITICICA, Sônia; REIS, Maria Firmina dos, 2019 [entrevista]).

O assédio, de forma geral, é uma expressão de que o ambiente de trabalho ainda é domínio do homem (LOURO, 2011). Quando ele vem acompanhado de uma proposta de benefício, isso fica ainda mais transparente, pois dá a entender que os homens estão em uma posição de vantagem em relação às mulheres.

Houve também respostas baseadas no julgamento moral feito sobre as mulheres: quando “a mulher é vista com maus olhos” (PIRES, Áurea, 2019 [entrevista]). Essa resposta levanta o questionamento sobre o que é ser malvista. O contexto da fala de Pires (2019 [entrevista]) se refere à confusão acerca dos papéis da mulher na sociedade: “Pela posição que a gente ocupa, pelo trabalho que a gente exerce, algumas pessoas ainda realmente confundem”. É como se houvesse uma espécie de simbiose entre a mulher e o espaço. Uma vez que ela ultrapassou a barreira do espaço privado para o espaço público, o seu corpo e tudo que é inerente a ele também (BENEDICTO, 2017), o que dá a entender que a recusa da sociedade de aceitar tal deslocamento das mulheres ainda se mostra como um problema a ser enfrentado.

Em suma, as definições dadas por elas perpassam questões como os direitos humanos e a liberdade da mulher, o machismo contido nesse gesto e seu caráter invasivo, bem como as suas diversas formas de expressão. Todos esses aspectos se relacionam, são complementares e alguns até coincidem. Sua manifestação, que pode acontecer com um toque ou uma expressão mais sutil, como olhar, são destaques na nuvem de palavras que aponta as mais recorrentes nas definições apresentadas pelas participantes sobre o assédio sexual.

Figura 5 – Principais palavras usadas pelas entrevistadas para definir o assédio



Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

A imagem das palavras mais presentes na definição de assédio das profissionais revela que elas consideram o assédio para além do toque, já que “olhar”, repetida nove vezes, e “falar”, oito, estão entre as palavras que se destacaram. Outra palavra que se enquadra nesse campo e que se sobressaiu foi “brincadeira”, recorrente três vezes. As expressões “invasão”, citada três vezes, e “não”, que foi a segunda mais mencionada, aparecendo oito vezes, mostram a clareza das trabalhadoras de que uma das características dessa violência é o fato de a aproximação não ser desejada pela vítima (MAGALHÃES, 2011).

Já “corpo” e “coisa” são indicativos do caráter discriminatório desse assédio, que resulta na coisificação dos corpos femininos. Lembrando que, segundo Federici (2004), a questão do corpo está interligada à existência e à possibilidade de circular por todos os espaços, logo a sua limitação significa também o cerceamento da liberdade. A autora defende também que essa expropriação das mulheres de seus corpos faz parte de um projeto de dominação patriarcal.

A reunião de todas essas definições está alinhada não só com o que a legislação brasileira preconiza sobre o assédio por meio da Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, definindo-o como ato de constranger alguém com o intuito de obter favorecimento sexual, mas também com o que é dito pelas teóricas, que ampliam essa definição para abranger outras condutas, caracterizadas por manifestações com inclinações sexuais, sejam elas verbais, sejam físicas, no intuito de prejudicar a atuação ou de criar uma situação ofensiva, hostil, de intimidação ou de abuso no trabalho (BARROS, 1995).

Entre os assédios mais citados pelas jornalistas estão convites para sair e mensagens pelo WhatsApp, o que não é exclusividade de Imperatriz. Os casos recorrentes de assédio no país levaram a Abraji (s/d) a produzir uma cartilha sobre medidas legais que podem ser adotadas para a proteção de jornalistas contra ameaças e assédio on-line. Entre as medidas sugeridas para provar o assédio e outros crimes praticados nas plataformas on-line estão: fazer uma “ata notarial” em um Cartório de Notas que atestará a existência do conteúdo agressor em uma determinada página, já que, nem sempre, somente o *print* é aceito como prova; coletar depoimentos redigidos à mão por testemunhas, que devem estar devidamente assinados; e fazer requisição judicial para obtenção de dados como criação de *login*, conta de *e-mail* a ele vinculada e registros de acesso do usuário assediador.

Em suas falas, as entrevistadas também associam o assédio ao toque em alguma parte do corpo, que podem ir do cabelo aos seios. Elas ressaltam ainda as “brincadeiras” de cunho sexual. A brincadeira é utilizada no assédio, porque camuflam a agressão, protegendo o assediador, que se utiliza estrategicamente dessa abordagem para se eximir de uma possível responsabilização (FREITAS, 2011).

Reiterando que entre as principais características do assédio está a ausência de reciprocidade do destinatário e o constrangimento da vítima, ressaltamos que elogios, por exemplo, podem não configurar necessariamente um assédio. Para isso, é necessário o não consentimento do destinatário e a intenção do assediador de discriminar, humilhar ou obter vantagem sexual.

Outra característica do assédio é a insistência do agressor (MAGALHÃES, 2011).

Fui fazer uma entrevista com uma fonte e ele ficou me cantando, assediando, pedindo meu número, chegou a fazer “isso aqui na minha boca” [toca o dedo nos lábios para mostrar como o assediador fez]. Aconteceu uma vez, foi um advogado, então até essas figuras de poder (OLIVEIRA, 2019 [entrevista]).

O depoimento traz à tona várias questões, destacadamente para o fato de que a autoridade de algumas profissões, cargos e posições se soma à figura masculina, encorajando os assediadores a praticarem tal violência. É algo que contribui para o jogo de poder citado também por outras vítimas, evidenciando que a violência é a mais flagrante manifestação de poder, entendido como a condição que possibilita o agir (ARENDT, 1970) e pressupõe um pacto social tácito, que não só permite, mas estimula a prática do assédio, com base na exaltação da virilidade masculina (SAFIOTTI, 1987). Dessa forma, a violência e a autoridade são combinadas como instrumentos de dominação que mantêm o poder conferido socialmente ao homem.

Nesse cenário, o toque sem a permissão da vítima mostra uma atitude sexista na qual a mulher é alienada do direito ao seu próprio corpo, é reduzida a apenas um instrumento da vontade masculina, algo recorrente em outros depoimentos:

“Mulher só precisa de duas coisas – o pão de cada dia e o pau de cada noite”. Falou em tom de brincadeira, mas falou, né? Todo dia tem. Faz esse tipo de brincadeira diariamente que, aliás, elas vão até para o ar mesmo, ao vivo, todo dia, todo dia (AUGUSTA, 2019 [entrevista]).

A fala evidencia a estigmatização do estereótipo das mulheres como mero objeto sexual do desejo masculino. Um ato que lembra constantemente as trabalhadoras de que elas são apenas corpos, os quais são alvos dos predadores masculinos. Além disso, essa atitude representa uma afirmação do poder dos homens, “constituindo uma dimensão crucial do poder simbólico e estrutural da hierarquia de gênero” (MAGALHÃES, 2011, p. 104).

Um agravante é que as falas sexistas e misóginas são veiculadas na programação da emissora, o que pode contribuir para a naturalização dessa e de outras violências de gênero e potencializar uma imagem objetificada das mulheres, especialmente tendo em vista o caráter social da imprensa na circulação de informação, na formação de opinião e na construção de representações sociais.

Entre os relatos, aparecerem alguns em que o agressor foi ainda mais invasivo:

Sofri um assédio num evento que eu estava fazendo, que o cara encostou em mim, por trás. Foi assédio. Eu acho que a partir do momento que a pessoa encosta em ti, né? Encosta o pau na gente, aquilo ali é um assédio sexual. Eu fiquei muito chateada (AUGUSTA, 2019 [entrevista]).

Em outro caso, a violência pode ser configurada como tentativa de estupro, tendo em vista que a Lei 12.015/2009, Art. 213, o define como ato de “constranger alguém, mediante

violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal”. Segundo o relato da vítima, o agressor a agarrou pelo braço e a jogou contra a parede.

Ele simplesmente me agarrou contra a parede e tentou me beijar. Na verdade, ele me beijou e eu agredi ele, eu chutei ele, né? E eu fiquei tão nervosa, tão nervosa, que ele viu que eu fiquei nervosa e não deixou eu sair da sala de imediato. Ele ficou tentando me acalmar, porque eu fiquei extremamente nervosa, imagina? (BORMANN, 2019 [entrevista]).

Safiotti (1987) usa o estupro para falar da dominação masculina, mas a reflexão da autora pode ser relacionada também ao assédio e a outras violências de cunho sexual. Para ela, a postura do homem de ignorar a falta de interesse das mulheres é uma prova da possibilidade de submeter a outra pessoa, um demonstrativo de que a outra parte não tem direito ao desejo ou à recusa. Isso “devido ao poder que a sociedade confere ao homem” (SAFIOTTI, 1987, p. 18).

Foi comum as jornalistas relatarem o medo de serem vítimas de uma violência ainda mais grave, já que em alguns casos os assediadores as ameaçavam: “Ele ligava todas as noites, ele me cantava, ele dizia que ia me procurar. Cheguei a ficar com medo em algumas situações” (MOURA, 2019 [entrevista]).

Outra profissional relatou que chegava a tremer quando era chamada na sala da chefia:

Meu medo era tanto que eu evitava sair, do meu local ali, da minha cadeirinha, na hora que a pessoa tivesse por lá. Quando o telefone tocava, dizendo: “Vai na sala de fulano”, eu me tremia todinha. Eu e minha colega já tínhamos passado pelas mesmas situações (MAGRASSI, 2019 [entrevista]).

Essas situações deixam explícitos os jogos de poder praticados pela chefia, uma vez que eles se utilizam da figura hierarquicamente superior para intimidar as jornalistas. Esses jogos implicam a “supressão, ainda que parcial, dos espaços de direito das mulheres” (VELOSO; ALBUQUERQUE; MESQUITA, 2019, p. 12) e a redução da sua liberdade na esfera pública (MAGALHÃES, 2011), uma vez que são impedidas de ocupar os espaços profissionais de forma plena e digna.

O medo, segundo elas, se diferencia também conforme o tempo de carreira, pois se sentiram mais assediadas no início da carreira. Elas contam que nessa fase é mais difícil lidar com a situação por ainda estarem construindo um nome e, por isso, terem menos estabilidade no emprego. A ameaça de demissão é um instrumento de coação, ainda que ela não ocorra de forma direta, principalmente levando em conta um cenário de maior dependência do emprego,

que representa maior sujeição das vítimas, em especial em um sistema em que não é comum o pleno emprego. O comum é mais mão de obra e menos postos de trabalho (SAFIOTTI, 1987).

A gente, no início, fica um pouco assustada, com medo, fica mais fugindo, mas, aí, depois, você vai ficando mais madura, tu já sabe como lidar com algumas situações. No início, é muito complicado, principalmente para quem tá entrando, assim, no mercado. Porque tu quer uma oportunidade, tu precisa de experiência e aí tu já vai lidar com aquilo ali, tu fica... Hoje não, pelo menos, no meu caso, já tenho outras opções. Então, não deu pra ficar, eu saio e procuro outro meio (MAGRASSI, 2019 [entrevista]).

Essa fala evidencia que cabe à vítima, não só identificar rapidamente a situação de assédio, mas saber, de certa forma, lidar com ele. A maioria sabe, mas pondera antes de tomar uma atitude em decorrência de vários fatores, alguns até citados nas entrevistas, tais como: impunidade; julgamento social; e naturalização do assédio sexual. O silenciamento é mais um fator que contribui para que as reações ao assédio sejam mais isoladas. Em decorrência disso, é a vítima que acaba sendo penalizada, já que, em algumas situações, é ela quem precisa sair do emprego e não o agressor, sendo essas reações muito recorrentes na fala de outras mulheres.

Em outra entrevista, a jornalista declara que antes ficava constrangida, mas não sabia que era assédio. Contudo, conforme mudou sua compreensão, ela mudou sua atitude diante da agressão. Percebemos, com isso, a importância do conhecimento e, conseqüentemente, de campanhas educativas para o empoderamento das trabalhadoras.

Mas em algum momento, talvez na minha juventude, eu tenha sido assediada, não assim estuprada ou num toque, mas assediada na palavra e tudo que me deixava constrangida e que eu não sabia como reagir àquilo, e que eu sorria, e que eu...Nem sabia o quê que era. Eu sabia que me fazia mal, mas eu não sabia enfrentar, eu tinha vergonha de enfrentar, entendeu? Eu não sei exatamente o que se passava. Hoje não, hoje talvez eu me engasgo com uma mosca, entendeu? Uma besteira, eu já estou mandando procurar o lugar e se houver necessidade, principalmente no ambiente de trabalho, eu já comunico aos superiores (AZEVEDO, 2019 [entrevista]).

Essa declaração foi de uma das poucas profissionais que mencionaram a possibilidade de levar o caso a uma instância superior, ainda que com o adendo de que apenas “se houver necessidade”, o que denota que há uma certa tolerância aos níveis de assédio e que só os considerados graves seriam reportados. Levando em conta que normalmente essa violência é progressiva, tendo todo um percurso até chegar a uma situação de toque ou a uma investida

verbal mais explícita, por exemplo, fica o questionamento sobre a quantidade de abusos que essa mulher precisa aguentar até chegar ao ponto em que julga necessário denunciar.

Essa naturalização do assédio faz parte de uma série de processos socioculturais discriminatórios contra as mulheres para legitimar a superioridade masculina assegurada a eles há milênios (SAFFIOTI, 1987). Isso se agrava se pensarmos que há “comportamento institucionalizado” (FUKUDA, 2012, p. 113) em nossa cultura, em que as investidas masculinas de cunho sexual são privilegiadas, mesmo diante da negativa, pois essa conduta, muitas vezes, é vista como parte do jogo da conquista.

Em linhas gerais, as mulheres jornalistas de Imperatriz sabem identificar as principais características do assédio, definindo-o como invasão, constrangimento, repressão, falta de reciprocidade e insistência do agressor. Respostas que se alinham entre si e com as definições teóricas a respeito do assunto.

Elas mencionam ainda a autoridade de algumas posições sociais que se somam à figura masculina, encorajando os assediadores a praticarem tal violência e evidenciando que há jogos de poder que deixam as vítimas em uma situação de maior subalternização. Ademais, as abordagens dos assediadores podem variar desde as mais diretas, como as propostas sexuais, até as mais sutis que, mesmo sendo aparentemente inofensivas, podem tolher a liberdade das mulheres de forma que elas sejam impedidas de usufruir de todos os espaços, seja na rua, seja no ambiente de trabalho, e configuram privilégio de homens que demarcam seu território (MAGALHÃES, 2011).

Identificação do agente: A categoria de identificação do agente, utilizada nesta análise, buscou compreender, a partir do relato das mulheres, quem são os agentes que praticam o assédio e identificar o gênero, as hierarquias e as funções, entendendo que sujeitos são produtos, mas também produtores da realidade, a qual também é resultado das interações sociais (BUENO; ALVES; FERREIRA, 2017, p. 458). A ideia de compreender quem são os agressores tem o intuito de entender melhor esse universo, para que assim seja possível refletir, em um outro momento, sobre medidas de conscientização e combate.

Embora essa categoria já estivesse prevista como um dos eixos temáticos da pesquisa, a indicação das fontes e da audiência como agentes do assédio, que surgiram espontaneamente na fala das entrevistadas, foi um dado inesperado. Foi constatado que o assédio mais recorrente nas redações é praticado por homens: internamente, por colegas de trabalho de hierarquia superior; e externamente, por fontes e pelo público.

Tabela 7 – Dados sobre identificação do agente

Dados sobre identificação do agente					
Quanto ao gênero		Quanto à função			
Homem	Mulher	Colega	Fonte	Prestador de Serviço	Público
18	1	10	15	1	5

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

O fato de os assediadores serem homens, dado presente em 18 falas, deixa ainda mais claro que se trata de uma violência de gênero. Essa conduta opressora do homem, em uma sociedade androcêntrica, é vista como uma manifestação de honra e virilidade, provas de potência sexual. A atitude está estruturada nas relações de dominação estabelecidas e, por isso, os atos são validados (BOURDIEU, 2012). Nesse sentido, essas práticas figuram também como reguladoras que governam o gênero, mantendo normas de inteligibilidade socialmente instituídas (BUTLER, 2003).

A prevalência de agentes homens deixa explícito que:

A condição de subalternidade não está circunscrita apenas ao organograma das instituições, mas, fundamentalmente, o assédio sexual se constitui como uma violência sexual e sexista na qual as mulheres são vitimizadas pelo fato de serem mulheres e, por tal violência atingir sua intimidade mediante a violação do direito à livre expressão da sua sexualidade (DINIZ, 2015, p. 6).

Saffioti (1995) aponta que o fato de essa violência ser praticada por homens está entre as causas da impunidade, decorrente da naturalização construída socialmente por vários mecanismos, inclusive o político. A afirmação faz bastante sentido, principalmente considerando algumas estruturas de poder masculinizadas, como o Congresso Nacional, responsável pela elaboração das leis federais, em que a bancada feminina representa apenas 10% do Parlamento, com 51 deputadas. Como consequência, temos a tendência de manter a invisibilidade da problemática.

Embora não fosse surpresa que seriam os homens os agentes, esse resultado derruba as justificativas de que “era só uma cantada” ou uma “brincadeira”, afinal paquera e cantada podem acontecer entre pessoas do mesmo gênero, mas as investidas de homens para mulheres foram maioria entre as jornalistas. Apenas uma pessoa relatou ter sido assediada por outra

mulher. A prevalência continua deixando claro que essa é uma violência validada por uma sociedade falocêntrica e machista (SAFIOTTI, 1987).

Em um âmbito mais interno das redações, este estudo identificou dez relatos de assédio cometido por colegas de trabalho, sendo seis de hierarquia superior, um igual e um inferior.

Normalmente, isso acontece no ambiente de trabalho por chefes [...]. Mas normalmente em algumas empresas que eu já passei, sempre tem. Às vezes, um colega de trabalho, às vezes, o chefe mesmo. Tem algumas propostas indecentes (ALMEIDA, 2019 [entrevista]).

Uma outra participante da pesquisa relatou a experiência de ser assediada por alguém que ela considera como colega de trabalho, mas que trabalha como prestador de serviço, mostrando que “o poder do macho”, como Safiotti (1987) se refere ao poder atribuído ao homem, basta para respaldar socialmente práticas como o assédio.

No entanto, a autora acrescenta que esse poder pode estar no interior de qualquer contingente e que os homens extravasam seus desejos “para além dos limites que o cargo lhes confere” (SAFIOTTI, 1987, p. 17) por se julgarem no direito de subjugar as mulheres, principalmente aquelas que estão sob o seu comando. Por isso, o fato de o assédio praticado por pessoas de hierarquias superiores ser tão recorrente.

Os relatos de 15 das jornalistas apontam que o assédio é mais praticado por fontes. Nesse caso, ele acontece tanto no interior das redações, em caso de entrevistas no estúdio, quanto nas externas. Cabe pontuar que as fontes são organizações ou personagens que testemunham ou participam de eventos ou fatos de interesse da mídia (SCHMITZ, 2011, p. 9).

Embora a relação com a fonte não configure vínculo de trabalho formal, resolvemos considerar esse tipo de assediador, porque, além da recorrência, no Jornalismo há relações que são frequentes com essas pessoas. Algumas, inclusive, indiretamente podem presumir uma relação de hierarquia e a possibilidade de prejudicar a profissional em seu ambiente de trabalho, chegando até a impor risco de demissão (PORTELA, 2018).

Uma das entrevistadas relatou que é comum as fontes pedirem o número de telefone das jornalistas. Segundo ela, dependendo do tipo de fonte, é difícil dizer não devido à importância dessa pessoa para sua rotina de trabalho, já que normalmente são peças-chave no acesso ou na interpretação de informações. Ela citou como exemplo assessores e políticos, explicando que não ter contato com esse tipo de fonte pode significar não ser pautado.

Aí, normalmente você passa o contato e, às vezes, até mesmo, você vai fazer uma matéria e é um político, sei lá, uma assessoria, uma coisa assim, e você

passa o seu contato. Aí, quando percebe que a pessoa tá indo pro outro lado (ALMEIDA, 2019 [entrevista]).

Se considerarmos o papel da fonte para a prática jornalista, essa é uma realidade preocupante, já que “as fontes possibilitam diferentes graus de acesso à informação de que dispõem” (PINTO, 2000, p. 286). Elas podem até mesmo definir regras para o agendamento da mídia (MCCOMBS, 2009), principalmente considerando fontes como organizações, grupos, governos e assessorias. Dessa forma, a fonte também detém poder e pode medir forças com a imprensa (SCHMITZ, 2011).

Embora menos recorrente, esteve presente também o assédio praticado pelo público. Inclusive, em um dos casos, a prática foi mediada por uma rede social digital. A modalidade de assédio praticado pelo público surgiu espontaneamente em cinco entrevistas, principalmente das mulheres que trabalham com telejornal. Em um dos casos, o telespectador tirava fotografias da jornalista na TV e enviava pelo Instagram com mensagens contendo assédio.

“Ah, sua boca”, detalhes do rosto. “Meu Deus, que boca é essa?”. Pelo próprio Instagram. Aí, poxa, por que que não elogia a reportagem, a forma como tu conduziu, né? “Que matéria bacana”. “Nossa, como você tá linda hoje”, “destacou isso aqui no seu rosto”, “isso aqui no seu corpo” (PIRES, 2019 [entrevista]).

Esses dados evidenciam que as profissionais do Jornalismo são assediadas tanto por agentes internos quanto externos, o que as coloca em situações de risco de assédio em qualquer ambiente ou etapa do trabalho. Cabe pontuar que, de acordo com as jornalistas ouvidas na pesquisa, os assediadores são pessoas conhecidas e com influência social e política, o que deixa clara a relação de poder presente nessa prática.

Além disso, permitem um questionamento sobre a prevalência de abordagens positivas de aproximação do público com o/a jornalista proporcionada pelas tecnologias, já que essas ferramentas também facilitam a prática do assédio. Além disso, é importante considerar o fato de que esses profissionais acabam utilizando a ferramenta também como instrumento de trabalho, seja para promovê-lo (LEWIS, ZAMITH, CODDINGTON, 2020), seja para produzir a notícia, como confirmaram as entrevistadas para este estudo. Essa modalidade de assédio pode levar as jornalistas a evitarem oportunidades de participação com o público em decorrência da experiência negativa que gera uma expectativa desfavorável quanto a qualidade da interação (LEWIS, ZAMITH, CODDINGTON, 2020).

Além disso, as histórias sobre os assédios e os assediadores circulam entre as profissionais do Jornalismo:

Esse rapaz que eu passei esse problema, ele era cinegrafista, depois eu fui conversar a respeito e eu vi que várias mulheres tinham passado pela mesma situação com a mesma pessoa. Então, era prática comum dele com jornalistas (OLIVEIRA, 2019 [entrevista]).

Essa recorrência de assédios praticados pela mesma pessoa contra diferentes vítimas está relacionada à interrelação entre uma série de fatores: o contexto cultural, que privilegia tal comportamento, que se soma à impunidade que, por sua vez, se associa ao silenciamento das vítimas.

Em suma, o perfil dos agentes assediadores varia, incluindo colegas de trabalho, fonte, público e prestadores de serviço. Isso significa que, em qualquer situação, ambiente ou função, a jornalista corre o risco eminente de ser assediada. Destacamos ainda que, na maioria dos casos, o assediador é do gênero masculino, o que mostra o caráter patriarcal dessa violência, que coloca as profissionais do Jornalismo em posição de objeto de desejo sexual.

Identificação das ferramentas – A violência precisa de instrumentos para se materializar. Ela é regida pela categoria meio/objetivo (ARENDT, 1970). Assim, tendo conhecimento de que o assédio sexual é uma discriminação de gênero que tem, entre os seus propósitos, a manutenção do *status quo* de uma sociedade falocêntrica que deseja manter o outro em posição subalterna, nesse caso, a mulher, surge o questionamento: quais são as ferramentas utilizadas para atingir esse objetivo? O estudo identificou que, além do assédio praticado pessoalmente pelo assediador, as mídias sociais on-line também têm sido utilizadas para assediar as jornalistas e é sobre isso que essa categoria vai discorrer.

Tabela 8 – Identificação da ferramenta

Dados sobre a identificação da ferramenta

Mídia social	Pessoalmente	Pessoalmente e mídia social digital
2	5	12

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

A prática do assédio acontece tanto presencialmente quanto mediada por mídia social digital, evidenciando que a tecnologia pode construir ferramentas por meio das quais as

desigualdades são atualizadas, configurando novas formas de classificação e controle (BENJAMIN, 2020). Assim, espalham e reforçam as subalternidades, apesar de serem construídas visando ao progresso.

O assédio ocorre tanto pessoalmente quanto por meio de mídia social digital, sendo que 12 das jornalistas entrevistadas afirmaram que ele acontece das duas formas. Quando pessoalmente, como já pontuamos, o assédio sexual acontece tanto em ambiente interno quanto externo, porém as profissionais sentem que quem trabalha na rua acaba ficando mais exposta ao assédio.

Quem tá na externa mesmo, no dia a dia com os outros colegas, é, o preconceito, o machismo, é diário. Tanto entre a equipe quanto em relação às fontes. Que você lida com diversos públicos, e os comentários, às vezes, de certos, são os piores (DALTRO, 2019 [entrevista]).

Nesse contexto externo, parece que os assediadores sentem menos medo de represálias, porque as profissionais estão fora da empresa, o que, por si, já é sinônimo de maior informalidade. Essa pode ser a mesma motivação para o assédio em ambientes que envolvem festas que, segundo as entrevistadas, são os locais onde há significativa ocorrência dessa violência..

Passei um tempo aí cobrindo *show* e quando a gente está no *show*, fica vulnerável. Então, as cantadas vinham muito dos produtores das bandas, quando tu ia chegar no artista. Então, tinha cantada, investida mesmo, o diabo a quatro. Mas aí, graças a Deus, eu saí, não estou mais passando por isso (AUGUSTA, 2019 [entrevista]).

Eu ia fazer a cobertura e a gente ficava atrás do camarim e lá, na época, tinha um radialista, que tinha saído da rádio e fazia apresentações. Eu cheguei para cumprimentá-lo. Eu falei: “Oi, tudo bem?”, quando eu fui dar um beijo de cumprimento no rosto, ele virou e me deu um beijo na boca, um selinho (REVOCATA, 2019 [entrevista]).

É muito mais comum, num ambiente de festa. Você vai cobrir um coquetel não sei das quantas, aí as pessoas estão participando daquele determinado evento e você tá trabalhando, cobrindo. É mega comum uma pessoa vir fazer uma gracinha, tomar uma liberdade que você não deu, dar em cima de você, às vezes, de maneira mais discreta, às vezes, não. Às vezes, na cara limpa mesmo. É muito comum (ALMEIDA, 2019 [entrevista]).

Ambientes que envolvem festas ou outros eventos culturais, além de informais, são mais descontraídos, o que pode levar as pessoas a relacionarem esse espaço a algo mais pessoal. Assim, embora as jornalistas estejam a trabalho, os assediadores sentem-se mais à vontade para as investidas.

Já no ambiente interno das empresas, as jornalistas citaram situações em que elas ficam sozinhas com os agressores. São repórteres que trabalham à noite, em plantões ou que, por algum motivo, ficaram sozinhas na redação. Nessas situações, os assediadores são mais agressivos.

A pessoa chegou de uma vez e me agarrou. Sabe aquela coisa inesperada por trás? Gente, meu Deus do céu. E aí, o pior é que você precisa trabalhar, entende? Mas, assim, eu rodei a mão, estava disposta a perder o emprego, seja o que for. Então, a pessoa tinha um cargo acima do meu, né, eu era só uma repórter (MOURA, 2019 [entrevista]).

Em casos assim, em que o agressor se aproveita de uma situação em que a mulher está sozinha, se torna mais difícil a produção de provas para uma possível denúncia (DALLEGRAVE NETO, 2013). Os assediadores se sentem encorajados, tanto pela vulnerabilidade da vítima, quanto pela ausência de testemunhas. Esse episódio remete ainda ao fato de que as violências ultrapassam o verbal, as piadinhas e as brincadeiras que são comuns no ambiente de trabalho da jornalista.

Em relação ao ambiente de trabalho, mesmo diante de todos esses relatos, mais da metade das entrevistadas não o consideram machista. Como boa parte dos assediadores são fontes, talvez as assediadas não considerem a externa como ambiente de trabalho. Outra possibilidade é que essa postura seja decorrente da naturalização do assédio, reconhecida por uma das entrevistadas: “É naturalizado, como se fosse assim uma coisa normal. Então eu acho que isso faz parte da nossa cultura” (ALMEIDA, 2019 [entrevista]).

No que diz respeito a assédios pelas mídias sociais on-line, os mais comuns são convites para sair, mensagens de cumprimento, elogios, como “Oi, linda.” e *emojis* de flores, corações ou outros símbolos românticos. Essas mensagens são enviadas fora do horário do expediente e principalmente à noite, sendo classificadas por boa parte das vítimas como inconvenientes.

Há algumas particularidades no modo como essa violência se manifesta nas mídias sociais on-line que foram identificadas nesta dissertação.

Quadro 2– Principais diferenças entre assédio pessoal e mediado

Pessoalmente	Mediado
Olhares	Emojis
Toques	Mensagens fora do expediente

Acontece nas externas	Acontece fora do expediente
--------------------------	--------------------------------

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

Esse quadro mostra que, com a inserção das mídias sociais on-line no Jornalismo, há mais possibilidades de assédio. Por exemplo, essas ferramentas são utilizadas pelos assediadores para enviarem mensagens fora do horário de trabalho das jornalistas, o que expande os horários em que essa violência pode ser praticada.

Para Hjarvard (2014), na atualidade, a comunicação de massa tem sido complementada por mídias interativas que descentralizam a comunicação e potencializam a participação do público. Com isso, há o aumento do engajamento e, conseqüentemente, da possibilidade da prática de assédio tanto pelos meios quanto pessoalmente pelos agentes. Além disso, a inserção das mídias causou verticalização da relação com as fontes (MACHADO, s/d) e maior proximidade com o público (MIELNICZUK, 1998).

Os assediadores enviam essas mensagens para o contato pessoal das jornalistas, uma vez que o uso do número do telefone pessoal é muito comum nas redações de Imperatriz, sendo, inclusive, o meio de contato preferido de algumas fontes.

É, e também, você liga pra eles, eles não atendem e eles tão on-line, então eles preferem teu contato. O que eu percebo, atualmente, das fontes, pelo WhatsApp do que atender uma ligação sua. Então, assim, esse contato firmado, acaba que, por parte das fontes, eu mantenho, né? Assim, pelo WhatsApp, mas isso a maioria das fontes oficiais, o contato mesmo é profissional. Apesar de ser no meu WhatsApp, pelo meu WhatsApp pessoal e no WhatsApp pessoal deles, né, mas o contato, ele é profissional. Então, dependendo da fonte também, eu já bloqueio o *status* do meu WhatsApp, pra não tá vendo as atualizações do meu dia a dia, da minha vida e do que eu faço ou deixo de fazer, porque muita coisa do meu *status* do WhatsApp eu já coloco muita coisa da minha vida pessoal mesmo, então não tem por que estarem ali, né, vendo a minha vida (DALTRO, 2019 [entrevista]).

As mulheres acreditam que nas redes sociais os assediadores se sentem mais encorajados a praticar essa violência.

As pessoas se sentem muito mais livres pra falar pelos meios eletrônicos do que pessoalmente. Pessoalmente, você fica intimidada pela outra pessoa, agora na rede social e, enfim, você se sente mais à vontade pra soltar aquela piadinha, soltar aquela brincadeirinha, soltar isso, soltar aquilo (ALMEIDA, 2019 [entrevista]).

Essa afirmação vai ao encontro da pesquisa da Associação pela Comunicação Progressiva (2015) divulgada na mídia nacional. O estudo identificou que o assédio envolvendo jornalistas por meio de plataformas digitais tem como marca frequente o anonimato, a acessibilidade, a ação à distância (não deixa marcas físicas visíveis) e a automação (podem ser praticadas em menos tempo e exigem menos esforço do agressor), que são chamados de “os 4 As” da violência de gênero ligada às ferramentas on-line.

Em relação à mídia, a mais utilizada pelos assediadores é o WhatsApp, presente em 16 dos relatos, seguido pelo Instagram (2) e pelo Facebook (1).

Tabela 10 – Dados de utilização das mídias

Mídias mais utilizadas

WhatsApp	Instagram	Facebook
16	2	1

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

Essa preferência pode estar relacionada à popularidade da ferramenta e com a possibilidade do envio de mensagens privadas, as quais, segundo as entrevistadas, são as preferidas dos assediadores. Com o uso dessas redes sociais, normalmente, as mensagens são enviadas no *status* ou no *direct*.

Eu acho que é mais aquelas cantadas, né? Eles começam, geralmente, o assédio, ele já não vem direto, é mais aquela cantada inicial. Às vezes, acontece muito de trocar o telefone, de mandar mensagem no horário que não é, já aconteceu de ligar também, mas é mais é cantada mesmo. Começa com aquela abertura, né? “Ah, você tem namorado? Você não toparia sair?”. Vê uma foto... Eu já tenho algumas medidas. Pega uma pessoa que eu não conheço, eu já bloqueio automaticamente no meu *status* pra ela não ver nada. Porque acontecia, às vezes, pensava que não, a pessoa estava comentando: “Ah, meu Deus, que sorriso lindo! Que menina bonita!” (MAGRASSI, Matilde, 2019[entrevista]).

Essa recorrência das mensagens no *status* ou no *direct* é um resultado proporcionado pelo suporte (POSTMAN, 1994), que nesse caso interfere diretamente na forma da manifestação do assédio.

Outra mudança que marca essa manifestação do assédio é que as mulheres não precisam mais estar no mesmo território geográfico que os agentes assediadores. Inclusive, muitas mulheres relataram a chegada de mensagens quando elas não estavam nas redações.

E aí, um belo dia, a gente estava aqui no estúdio, terminou a coisa, eu fui guardar as coisas e fui embora. Quando terminou, tinha uma mensagem assim: “Ah, está cada dia mais bonita, não sei o quê, gostosa”, um negócio assim. Eu: “Ãh?”. Mais pelo WhatsApp. Pessoalmente, eles se intimidam assim, mas pelo WhatsApp... É péssimo e tu se sente péssima, porque tu está tratando um negócio de trabalho com a pessoa e ela não consegue enxergar a pessoa profissional em ti (DINIZ, 2019 [entrevista]).

Em outras palavras, o assédio não acontece, necessariamente, na relação face a face, mas por meio de aplicativos ou plataformas de redes sociais. Essa manifestação do assédio é um indicativo do descompasso entre o progresso da tecnologia e o social, uma vez que as ferramentas que facilitam o processo de produção da notícia são também usadas para a prática de uma violência, revelando o caráter ainda sexista da sociedade.

Identificação dos impactos: Já foi identificado que as mulheres reconhecem que o assédio é uma violência que tem feito parte da prática profissional nas redações de Imperatriz. Agora, nesta categoria, vamos discutir sobre o que ela faz a partir disso, as suas reações. A proposta é também entender quais são os impactos do assédio para elas, como sujeita e para rotina jornalística. Isso partindo do pressuposto de que os grupos dominados também são “capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder” (LOURO, 2011, p. 33).

O estudo constatou que as repetidas investidas dos homens levam as mulheres jornalistas de Imperatriz a tomarem diversas atitudes, permitindo o entendimento de que as consequências não são fixas, variando de acordo com a pessoa. Foi muito comum na fala das entrevistadas posturas relacionadas a elas mesmas, como se fosse responsabilidade delas, individualmente, evitar o assédio. São bloqueios nas mídias sociais, reflexões sobre as roupas do trabalho, recusas de fontes e pautas. Algumas dessas reações colocam em risco a carreira da vítima, com pedidos de demissão, assim como a sua saúde, posto que há casos de adoecimento, que revelam a dimensão do prejuízo dessa violação.

Houve casos em que elas agiram com violência para se defender.

Então teve uma vez que eu rodei a mão na cara de uma pessoa, pô, não entende o que é não, n-ã-o, então vai lá o tapa na sua cara pra você aprender que não é não. Na mesma linguagem, entendeu, eu vou responder. Mas, assim, eu passei muito por isso e, às vezes, assim, é ruim. Você é solteira, você é nova, e não era muito feia, então você já

entra num lugar sabendo que vai ter esse tipo de coisa, infelizmente (MOURA, 2019 [entrevista]).

Além desse, houve o relato de um episódio, já citado nesta dissertação, em que a vítima chutou o assediador na tentativa de se esquivar de um beijo forçado. Esse tipo de reação foi menos frequente. Normalmente, elas tomam atitudes mais brandas.

Após um episódio de assédio, uma das entrevistadas passou a evitar dar o número de contato para fontes e mantém a fotografia e o *status* do WhatsApp ocultos para pessoas que não estejam com o número agendado em seu telefone.

Não sinto confiança de dar o meu contato para as pessoas que eu não conheço, porque uma vez nem fui que dei meu contato para uma pessoa do meio, né, e a pessoa ficou me importunando, me importunando, ligava pra mim de noite, sem identificação, né, com nome desconhecido, ligava pra mim à noite e ficava perguntando se eu queria trabalhar no local x, que ele me ajudaria (CAMPOS, Narcisa Amália de, 2019 [entrevista]).

Ela chegou a recusar uma proposta de trabalho por ter sido assediada por um porteiro da empresa em uma situação anterior e ter sido ameaçada pela esposa dele em decorrência do episódio.

E aí foi um dos motivos que me fez não querer permanecer no trabalho e a proposta era boa, mas eu preferi não, porque eu fiquei com medo de ir trabalhar e acontecer alguma coisa, sei lá, chegar, a pessoa ficar me coagindo, chegar uma esposa de uma pessoa, um homem que eu nem conhecia e me ameaçar. E, tipo, eu tinha o quê? 21 e tudo, eu fiquei com medo de apanhar mesmo dela (CAMPOS, 2019 [entrevista]).

Esse relato deixa claro que práticas discriminatórias como o assédio configuram tetos de vidros, que são barreiras invisíveis às quais as mulheres são submetidas e que impedem ou dificultam o exercício ou ascensão profissional dessas mulheres (VELOSO, ALBUQUERQUE, MESQUITA, 2019), além de serem um fator potencial de desmotivação para essas profissionais investirem em sua carreira.

Outro impacto identificado é em relação ao que elas vestem. As jornalistas repensam as roupas usadas no trabalho para evitar que sejam assediadas, pois os comentários sobre as roupas que elas usam é uma das abordagens comuns utilizadas pelos assediadores.

Tipo, de eu acordar de manhã e vestir três ou quatro peças de roupa, porque não podia marcar, não podia ser curta, não podia ter decote. Assim, não por uma questão de trabalho, mas pra que não chamasse atenção de ninguém, entendeu? (DINIZ, 2019[entrevista]).

Eu já vesti uma roupa básica, e já foi até comentado, mas é uma roupa, tipo um macacão, né? Então, um macacão longo sem decote, não tem decote, mas por ser já uma roupa única, uma peça diferente, já gera comentário. Então, tem certas roupas que jamais eu vou vestir (DALTRO, 2019[entrevista]).

Eu trabalho todo, quase todo dia de calça, quando eu vou de saia: “Olha!”. E é porque é uma saia longa, porque também não dá pra trabalhar com uma saia curta, né? (CAMPOS, 2019[entrevista]).

A roupa usada no trabalho por elas tem algumas características: básica, longa, sem decotes. Elas buscam cobrir o corpo na tentativa de evitar o assédio, o que mostra também a forma como elas se articulam e querem ser vistas, evidenciam que elas querem respeito, como se as vestimentas fossem uma espécie de fronteira. Esse cuidado com as roupas mostra como há uma transferência da responsabilidade do assediador para a assediada. Para Leite (2017), essa é uma forma de neutralizar as marcas de gênero na busca por reconhecimento. No entanto, elas mesmas reconhecem que continuam sendo assediadas independentemente do que vistam, já que as violências sexuais de gênero são respaldadas por questões muito mais complexas.

Outra consequência apontada por uma das vítimas está relacionada à saúde. Uma das mulheres relatou ter tido que recorrer a tratamento psicológico após sucessivos casos de assédio. “Eu saí de lá tomando Diazepam. Que eu fui parar no hospital com crise de nervosismo, de ansiedade. Eu tomava remédio controlado, só por causa de tudo que eu passei lá dentro” (BORMANN, 2019[entrevista]).

Esse caso mostra que o assédio, assim como as demais violências relacionadas ao gênero, é uma questão também de saúde pública. Vale destacar que esse não é um episódio isolado. Como já mencionado anteriormente, vários estudos apontam consequências para a saúde, como dores de cabeça e distúrbios psicológicos, decorrentes dessa prática.

Ademais, como as vítimas passam a evitar as fontes assediadoras, isso impacta negativamente seu trabalho, pois interfere diretamente na rotina de produção jornalística. Em vários relatos, as vítimas disseram que procuram outra fonte, trocam de pauta com os colegas ou até mesmo deixam de pautar. Essas manobras mostram o desgaste que o assediador provoca, colaborando para a precarização das atividades no ambiente de trabalho.

Um senhor ficou perturbando, mandando mensagens e aí eu falei: “Olha, eu não vou fazer essa pauta, eu me recuso, eu não vou”. Também não dei explicação do que era, só falei que não ia. Enrolei, fiz outra pauta. A gente deixa de pautar e acaba perdendo *network*. A gente também acaba, de uma certa maneira, ficando traumatizada, porque a gente acaba não confiando também nas pessoas (MAGRASSI, 2019[entrevista]).

O relato manifesta o quão prejudicial é o assédio, tanto para a profissional, que fica traumatizada, como para a população, que deixa de ser informada, já que as jornalistas não pautam assuntos cuja fonte é um assediador, o que demonstra a amplitude dessa violência, tendo em vista que a informação é fundamental para o exercício da cidadania e para a existência de uma sociedade democrática.

Dependendo da fonte, eu peço para os meus colegas marcarem. E homens marcando. E também minha chefe, no caso. Sempre que tem uma pauta que eu tenho que falar com alguém que eu não queira, ela já marca por mim. Então, sempre é uma pessoa ou outra que vai salvando (Daltro, 2019[entrevista]).

Todas as vezes que ele vinha, que a gente tinha que fazer agenda, nossa, ela chorava quando dizia: “Vai entrevistar”. “Não, chefita”, que ela me chama de chefita, “pelo amor de Deus, manda outra pessoa, não me manda”. Ela odiava, ela tinha ojeriza, porque ele simplesmente não respeitava ela, não respeita, né. Aí ela colocou silicone nos seios e o cara simplesmente, assim, comia ela com os olhos, desrespeitava na frente de todo mundo. Por mais que ela dissesse alguma coisa pra fazer ele passar vergonha na frente de todo mundo, ele não parava (MOURA2019[entrevista]).

Em ambos os relatos, é notória a cumplicidade entre os pares. Nas duas falas, as jornalistas recorrem a colegas de trabalho para evitar contato com a fonte assediadora, o que revela também as estratégias das vítimas para escapar da violência. Isso pode ser uma consequência do cruzamento entre classe e sexo, que tanto pode promover concorrência, quanto solidariedade (SAFIOTTI, 1976). Elas também bloqueiam os assediadores das redes sociais online para evitar contato. “Eu bloqueei essa pessoa no WhatsApp, a pessoa foi pro meu Facebook e ficou infernizando, até que eu bloqueei e não tive mais contato” (JOSEFA, 2019 [entrevista]).

Quando envolve casos em que os contatos com os assediadores são recorrentes devido à rotina de trabalho, de acordo com as entrevistadas, a situação é mais delicada. Para não ter que evitar falar com uma fonte, uma das jornalistas passou a postar fotos com o namorado e as investidas cessaram, revelando que o respeito não é atribuído a ela como pessoa e profissional, mas à figura de outro homem. A atitude indica também a inferioridade atribuída pelo agressor à vítima, uma vez que, nesse caso, a presença da figura masculina foi o motivo que levou o assediador a cessar as investidas.

Ele ficava me mandando mensagem o tempo todo, o tempo todo, o tempo todo, o tempo todo. E é uma fonte que eu preciso manter, porque ele é um dos poucos comentaristas esportivos que tem aqui, então eu só visualizava e ignorava, visualizava e ignorava pra não dar resposta grossa, ou respondia

com monossílabos. Ele passou cerca de um mês insistindo, insistindo, insistindo. Aí eu comecei a postar, pra tu ver como homem respeita homem, aí eu comecei a postar foto no *status* com o meu companheiro e ele parou de mandar mensagens (DINIZ, 2019[entrevista]).

Essas medidas tomadas pelas vítimas, em busca de fugir de situações em que a prática de assédio acontece como estratégia para solucionar o problema, visam evitar exposição e julgamento de conduta, comuns nessas situações. Isso porque normalmente não é o agressor que passa pelo julgamento, mas sim a vítima (FUKUDA, 2012).

Quando indagadas sobre possíveis denúncias, todas disseram que é algo pouco recorrente. “Eu vou lhe ser muito sincera, eu acho que eu fui a primeira a fazer aquilo ali [denúncia], viu? Acho que ninguém nunca fez isso aqui” (AZEVEDO, 2019 [entrevista]). A jornalista disse isso depois de contar que levou para a chefia um caso em que um colega propôs que ela se sentasse no colo dele. Porém não houve nenhuma consequência para o assediador. Ela percebeu que não era mais escalada para trabalhar na mesma equipe dessa pessoa, mas não soube dizer se foi em decorrência da denúncia.

A impunidade, inclusive, foi um dos motivos apontados por elas para não levarem o assunto adiante, além do medo, já que os assediadores possuem patentes muito altas nas empresas. Entre os temores apresentados por elas está o desemprego, que pode ser mais latente em uma cidade do porte de Imperatriz que possui poucos veículos de comunicação e onde todos os profissionais, de alguma forma, se conhecem, o que torna mais fácil a prática de perseguição. Assim, para elas, a “denúncia é desemprego” (MAGRASSI, 2019 [entrevista]).

Contudo, apesar do medo do desemprego estar entre os apontamentos, há um relato no qual o pedido de demissão partiu da própria vítima.

Eu não ia conseguir mais ficar trabalhando para uma pessoa, por mais que eu não tivesse esse contato direto todo dia com a pessoa, graças à Deus, porque se eu tivesse contato direto com a pessoa todo dia, ia ser pior. E eu fiquei pensando, será que eu denuncio, eu não denuncio. Só que não ia dar em nada, porque a pessoa tem muita influência, a pessoa tem dinheiro. Eu não ia ter nenhuma prova, era a minha palavra contra a dele. Entende? Tinha câmera, câmera lá fora, lá dentro do escritório não tem câmera. Não ficou nenhuma marca, não ficou nada e a gente sabe como é a nossa sociedade. Eu ia acabar sendo julgada, iam acabar colocando a culpa em mim e era capaz de eu perder emprego. Por isso que eu decidi sair. Porque não dava, imagina, não dava. Para mim, eu acho que foi a pior coisa que eu já sofri. E eu tinha medo de ficar sozinha com ele. Ele me falou que tinha me contratado porque queria... (referindo-se a sexo) (BORMANN, 2019 [entrevista]).

Essa fala de que a profissional só foi contratada, porque ele tinha a intenção de manter relações sexuais com ela, uma fala extremamente sexista e misógina, tenta desacreditar e

desvalorizar o trabalho da profissional. Essa é uma estratégia comum em diversas violências contra as mulheres, usadas para levantar dúvidas nas vítimas sobre o seu valor. Consequentemente, elas se concentram excessivamente em suas ações, considerando-as desencadeantes da violação, internalizando a culpa por um ato que não foi seu (TIMM, 2012).

Esse contexto revela uma ação arbitrária sustentada por um modelo piramidal e autoritário que colocou a profissional em uma situação dolorosa, constrangedora, de intimidação e humilhação. Nesse caso, praticado de forma recorrente pelo mesmo agente, que claramente a vê como um objeto sexual que deve estar à sua disposição.

Expressa ainda a violência do agressor diante da recusa. Já a reação de Bormann (2019 [entrevista]) pode ter sido vista como uma ameaça à masculinidade hegemônica e, em uma tentativa de restituição dessa masculinidade e de demonstrar força e poder, o homem partiu para a agressão (TIMM, 2012).

Nessa fala, notamos outras questões abordadas anteriormente, como o medo da vítima de sofrer punição, de múltiplas formas que vão do julgamento social ao desemprego. Há também a certeza sobre a impunidade do assediador, associada ao fato de ele ser influente, fator que foi muito recorrente nas falas das mulheres entrevistadas.

Esse medo de ser punida diante das negativas, quando o assédio é praticado por chefia, foi apontado mais de uma vez por essa entrevistada, o que mostra o quanto ele é latente. “Ah, eu sou o chefe. Então, eu vou te punir, porque você não quer ceder” (BORMANN, 2019 [entrevista]).

Em decorrência do processo cultural de subalternização das mulheres, é comum que, mesmo em situações em que são vítimas, elas sejam questionadas sobre o motivo pelo qual o agressor teve determinada postura. Isso acontece em qualquer situação, independentemente da hierarquia ou posição do agente que assedia, mas é intensificada quando envolve pessoas com algum grau de influência social ou de hierarquia superior no organograma de trabalho.

A denúncia a coloca em uma posição de acusação, que se entrelaça a outros fatores, como “alto índice de impunidade, o modelo de apuração de crimes contra a mulher, a ausência ou defasagem de mecanismos reguladores” (FUKUDA, 2012, p. 4). Paralelamente, o homem agressor é avaliado segundo “a forma como se apresenta para a sociedade” (FUKUDA, 2012, p. 10), como exemplo de bom pai, bom marido ou bom trabalhador.

Outra jornalista da mesma empresa contou uma história semelhante à relatada por Bormann, o que leva a entender que esse assediador tem essa postura de forma recorrente com várias jornalistas, respaldado por sua influência e seu reconhecimento social.

Meu chefe trancou a porta e eu tive que ligar pedindo ajuda para sair. Às vezes, acontecia de ligar na minha sala e dizia assim: “Pede pra Matilde [nome substituído para evitar identificação] vir aqui”, pra telefonista ligar. Eu evitava ir, com medo já. Às vezes, era pra ficar jogando piada mesmo (MATRASSI, 2019 [entrevista]).

Mesmo quando o abusador é apenas um prestador de serviço, não é comum os veículos tomarem alguma atitude, como confirma o seguinte relato:

Uma vez ele foi prestar um serviço e a gente foi fazer esse trabalho junto. Aí, por questão de trabalho, ele pegou meu número e depois ele passou a me mandar mensagem bem inapropriadas. Chegou a ir na minha casa uma vez. Eu comuniquei à empresa o que tinha acontecido e pedi para que eu não voltasse a trabalhar com ele e que ele não voltasse a trabalhar na empresa. E por uns meses isso de fato aconteceu. Mas, depois de uns meses, eu soube que a empresa o tinha recontratado e ele continuava trabalhando com outras mulheres (NORONHA, 2019[entrevista]).

Além desse, apenas em um outro caso houve punição do abusador, que foi advertido. A advertência só ocorreu após um pedido de demissão da vítima, quando contou que a motivação eram os casos recorrentes de assédio sexual. Cabe pontuar que o relato da vítima foi feito mais em tom de desabafo do que de denúncia.

A gestora disse ter vontade de tomar outras medidas, como suspensão com corte do salário, pois, segundo ela “esse tipo de homem só se aprende quando dói no bolso” (DINIZ, 2019 [entrevista]). Essa questão financeira mencionada por ela ocorre devido à ideia de que o poder é frequentemente ligado a dinheiro (SAFFIOTI, 2015).

Ao levar o caso para o superior, o problema foi minimizado, revelando que estruturalmente as relações de poder ainda se mantêm, mesmo quando há uma mulher na gestão, já que, no final, as decisões mais delicadas não são tomadas por elas. Além disso, eles alegaram não ter condições de suspender o funcionário, já que alguém teria que substituí-lo e isso geraria custos para a empresa com hora extra. Fica então a indagação sobre quanto vale a liberdade e a dignidade da trabalhadora, uma vez que essa violência as atinge diretamente em diversos aspectos, inclusive na saúde.

Cabe pontuar que, no caso do assédio sexual praticado por funcionários, é possível que, além da advertência e suspensão, a empresa rescinda o contrato por justa causa e o assediante pode responder também por crime tipificado pelo Código Penal Brasileiro. Já quando praticado pelo empregador, ele pode indenizar a vítima (CAMPAGNOLI, 2013).

No entanto, diante de questões já apontadas neste estudo, como a naturalização dessa prática, a impunidade ou o julgamento das vítimas, as profissionais da imprensa acabam

optando por outras condutas. As jornalistas contam que, para serem respeitadas e evitarem que o assédio ocorra ou impedirem que seja recorrente, precisam agir com dureza. Declaram que, às vezes, “não dá pra ser educada” (MOURA, 2019 [entrevista]) e precisam responder com grosseria. Elas dizem ainda que precisam agir com firmeza e, como chefe diz que, depois de toda a trajetória e por entender a realidade das mulheres jornalistas, adotou uma postura de acolhimento.

Depois assim que eu passei, todas as vezes assim, que eu tenho oportunidade de trabalhar com alguém que é jovem e que é bem novinha, é como se fosse uma missão minha proteger. A gente procura desenvolver um trabalho bem companheiro [entrevista]).

Esse agir com firmeza ou grosseria, como Moura (2019 [entrevista]) e outras elencaram, pode estar relacionado à necessidade de “incorporar a cultural profissional masculina” (SILVEIRINHA; SIMÕES, p. 34, 2016) para ter o reconhecimento e o respeito dos pares. Pode ainda fazer parte da internalização das próprias mulheres de uma “visão estereotipada de que, no trabalho, uma mulher em posição de poder é compreendida como ‘dura’, ‘arbitrária’ e ‘histórica’ e não como uma figura de liderança” (LEITE, 2017, p. 114). Essa é uma das formas de controle exercido na área, porque a profissão, assim como a sociedade de forma geral, ainda se baseia em referenciais biológicos para se referir às emoções das mulheres, tendo como parâmetro o homem, que é reconhecido como a regra (LEITE, 2017).

Todos esses fatores relacionados ao mercado de trabalho no Jornalismo contribuem para a legitimação dos comportamentos sexuais violentos do homem em relação às mulheres, considerando o machismo estrutural presente na sociedade que, entre outras coisas, leva as mulheres a serem questionadas com o objetivo de justificar o crime de assédio.

A recorrência dos assédios, assim como a pouca incidência de denúncias, pode estar relacionada à ausência de canais específicos para esse tipo de ação. Nenhuma das empresas possui um canal para denúncias de assédio sexual, o que invisibiliza ainda mais o assunto e privilegia o desejo sexual do homem sobre os direitos das mulheres sobre seu próprio corpo. Consequentemente, isso sustenta a dominação masculina e a subordinação feminina (DIAS, 2008) e reforça as diferenças de gênero, com base em um referencial masculino (LOURO, 2011).

É relevante pontuar que esses canais são importantes tanto para acolher as queixas como para servir de indicador da capacidade institucional de acolhimento e da promoção da resolução

dessa questão e, consequente, da diminuição das assimetrias (ARTIGO 19, 2016). Além disso, eles aumentam a visibilidade dessa violência, o que é primordial, visto que “a sociedade legitima como verdade apenas aquela agressão que é visível, comprovável a partir de elementos exteriores” (TIMM, 2012, p. 188). Essa ausência somada às relações de poder em que as mulheres são tidas como sujeitas inferiores segundo o padrão cultural que legitima os comportamentos de dominação masculina, inclusive os sexuais predatórios, contribui para a naturalização dessas violências contra as mulheres (FUKUDA, 2012; BOURDIEU, 2012), uma vez que o corpo delas é visto como uma realidade sexuada, depositário desses ideais (BOURDIEU, 2012).

Além disso, é preciso salientar que nenhum homem abre mão espontaneamente de seus privilégios. Assim, são necessárias políticas para combater a violência sexual e outras discriminações de gênero (SAFIOTTI, 1987), incluindo não só canais de denúncias, mas dispositivos legais específicos com punições aos agressores que protejam as mulheres no ambiente de trabalho.

Apesar da ausência de denúncia, tanto a fala quanto a postura das mulheres entrevistadas deixam bem claro que elas estão conscientes do que é o assédio, diante do qual adotam diferentes ações: se protegem enquanto vítimas; buscam apoio de colegas de confiança do sexo masculino; e evitam contato com os assediadores, o que mostra que elas não estão alheias ao assunto, nem passivas. Além disso, essas são reações individuais para um problema que é coletivo e resultante de um contexto de machismo estrutural, o que pode limitar a resolutividade, já que desloca a responsabilidade por sua solução para a figura da mulher de forma isolada e anula a responsabilização em um aspecto mais público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de mais nada, parafraseando Safiotti (1987), gostaríamos de registrar que estas conclusões são provisórias, por tratarem um objeto social, ligado a um contexto sociocultural, político e econômico, de modo que, como em toda produção científica, estão sujeitas a reformulações diante da dinamicidade da realidade social. Isso quer dizer que as coisas não são, elas estão, sendo, por isso, passíveis de mudanças, incluindo os estados de subalternidade.

Uma das manifestações das assimetrias de gênero recorrente em várias redações do país é o assédio sexual. Imperatriz não foge desse cenário – uma cidade média do Maranhão, na fronteira com estados do Norte do país, localizada no espaço conhecido como Amazônia Oriental –, pois os resultados aqui descritos estão em consonância com pesquisas anteriormente realizadas em outros centros nacionais, como Curitiba, São Paulo e Goiânia. Tal reflexão revela que a prática é recorrente e independe de questões geográficas ou de maior ou menor infraestrutura dos veículos de comunicação, mostrando que é uma ação de violência sistêmica e decorrente de uma cultura machista, não de uma peculiaridade regional.

Inclusive, o título desta dissertação partiu dessa recorrência e a pesquisa se organizou a partir da fala de uma mulher que, no momento do pedido de demissão, motivado por sucessivos casos de assédio sexual, ouviu que a sua contratação não fora baseada em sua competência profissional como jornalista, mas na intenção do chefe de manter relações sexuais com ela. No processo de investigação, buscamos compreensões sobre como funciona o imaginário masculino a respeito das relações no mercado de trabalho quando envolvem o gênero feminino, assim como sobre o sentimento de posse sobre nossos corpos.

Antes dos apontamentos em si, cabe descrever o perfil das mulheres jornalistas de Imperatriz para entender o pano de fundo em que essa violência ocorre, assim como quem são as sujeitas envolvidas nessa prática. Elas são jovens, pardas, possuem nível superior de formação e atuam majoritariamente na TV. Elas ocupam cargos executivos, cuidam do funcionamento das redações, sendo responsáveis por sua gestão em funções de chefia intermediária, entretanto não tomam as decisões mais importantes, que ficam quase sempre a cargo das cabeças de rede, localizadas na capital e dirigidas por homens. Além disso, quando precisam se reportar a alguém da cidade, essa pessoa é uma figura masculina, mostrando que, apesar da feminização da imprensa de Imperatriz e do espaço galgado por elas, quem dirige os veículos ainda são homens.

Em relação ao assédio, as mulheres em posição de liderança também não possuem gerência sobre os casos relacionados ao assunto. Ainda assim, as colegas jornalistas que são subordinadas a elas se sentem mais seguras quando a chefia é uma figura feminina, o que pode estar associado à recorrência do assédio praticado por homens de hierarquia superior. Elas sabem que, pelo menos naquela situação, não serão assediadas e que, em casos de eventuais assédios, o agressor não contará com a conveniência da chefia, já que, segundo as próprias chefes e os demais funcionários, há uma proteção entre elas. Esse dado é um retrato do poder da sororidade na profissão e sinaliza também que estamos caminhando quanto ao assunto. Em outros aspectos também podemos perceber isso, como na identificação do assédio e nas formas de resistências, os quais que pontuaremos mais à frente.

Porém, apesar de toda essa rede de solidariedade e cuidado, tanto as chefes quanto as outras jornalistas continuam sendo assediadas. Algumas características que normalmente são sinônimo de privilégio, como a posição de chefia ou o prestígio social – que se pressupõe que ela tenha no papel de jornalista ou devido a sua escolaridade –, não são sinônimos de imunidade quando o assunto é assédio sexual. Isso por um simples fator: estamos tratando de mulheres, o que indica o quanto o machismo está imbricado na cultura organizacional do Jornalismo.

Já quanto à cor da pele, nenhuma preta ocupa a posição de chefia, um reflexo de desnivelamento entre elas próprias, que é resultante das variáveis classe, raça e gênero. Essa interseccionalidade é expressa também na forma como o assédio acontece, já que a cor é citada pelos assediadores na prática dessa violência, em uma expressão que marca a objetificação múltipla, uma vez que se tornam vítimas por serem mulheres e pretas.

Esses dados nos levaram a perceber que a manifestação do assédio ocorre de forma diferente para as mulheres: idade, cor da pele, veículo, cargo e estado civil são algumas das características que marcam a materialização dessa violência, mostrando o caráter interseccional das opressões às quais estamos sujeitas, resultantes da forma como a sociedade se estrutura. As discriminações de gênero não chegam de forma igual para todas, pois há uma estratificação dentro da própria categoria de gênero. O ponto em comum, cabe reiterar, é o fato de serem mulheres.

Assim, embora não seja o foco específico do estudo, vale pontuar que, apesar da qualificação profissional, elas passam por outras discriminações de gênero, que foram mencionados espontaneamente pelas jornalistas, tais como: ganham menos, mesmo quando são mais escolarizadas que os homens; perdem oportunidade de progressão sob a justificativa de que a figura masculina tem mais credibilidade; e acumulam funções quando possuem salários

maiores, realizando tarefas para as quais não foram contratadas. O resultado é o desenvolvimento desigual e injusto dos profissionais de acordo com o gênero.

Para os empresários, o resultado é outro. Significa que elas são exploradas de múltiplas formas e isso aumenta os lucros das empresas que são as principais beneficiadas – se não as únicas –, uma vez que se apropriam de uma parte da força do trabalho feminino que não é remunerada. Pontuamos, nesse sentido, que a exploração, seja ela qual for, é sempre uma forma de controle e subordinação.

O estudo apontou ainda dados bem importantes sobre o assédio: a percepção das mulheres quanto ao assunto; os tipos de assédio mais recorrentes; os agentes; e o silenciamento, os quais se repetem em redações do interior. Além disso, evidenciou que existem consequências tanto para as mulheres em si, quanto para a rotina jornalística. Os dados revelam que o assédio é prejudicial para a democracia, já que as pessoas deixam de ser informadas, uma vez que as jornalistas desistem de pautar um fato para evitar contato com os assediadores, assim como é uma questão de saúde pública, pois as profissionais estão adoecendo.

Esta pesquisa constatou que todas as 19 entrevistadas, das 23 que compõe o quadro de mulheres jornalistas de Imperatriz, incluindo TV, rádio e portal, já foram assediadas sexualmente, o que mostra que essa violência ocorre independentemente do veículo em que elas estejam atuando, mesmo que, segundo os relatos, as redações sejam ocupadas majoritariamente por mulheres. Isso significa que a quantidade não é sinônimo de paridade, pelo menos não para as mulheres jornalistas, e aponta para a necessidade de medidas que garantam um ambiente digno de trabalho para elas. Porém, esta dissertação também mostra que, na prática, ainda há desafios a serem superados, posto que, apesar de ser minoria, a presença masculina ainda representa uma ameaça para elas e para o desenvolvimento pleno de seu trabalho.

O ponto positivo que a investigação identificou é que as jornalistas estão atentas e reconhecem quando há assédio sexual, já que somente duas tiveram dificuldade, em alguns momentos, de discorrer sobre esses crimes – uma por não saber o que era e a outra por não se sentir assediada. Entretanto, no decorrer da entrevista, ambas relataram alguns episódios, o que indica que a negativa, pelo menos em um dos casos, pode ter sido uma falha de memória. De qualquer forma, o fato de que elas sabem identificar quando são vítimas é um bom dado, posto que se reconhecer vítima de qualquer violência é um dos passos iniciais para uma reação mais consciente, independentemente de qual seja ela.

Além disso, constatamos que elas se sentiam mais assediadas no início da carreira e relatam mais dificuldade de enfrentar a violência nessa fase, o que pode ser atribuído a uma

maior dependência do emprego. Outra questão que pode estar relacionada a essa sensação é o empoderamento feminino ao longo da carreira e o acúmulo de experiência, que as ajudam a aprender a rebater essa violência, conforme elas mesmas apontaram.

Além disso, só em 2013, o assunto passou a ser mais discutido e visibilizado nas redes sociais. Até mesmo do ponto de vista jurídico, o debate é recente. No Brasil, só foi tipificado, em 2009, o que colabora tanto para a questão da identificação do assédio, para a ausência de denúncias e até mesmo para a forma como as vítimas lidam com essa violência.

Os agentes que praticam o assédio sexual são majoritariamente homens: colegas de trabalho de hierarquia superior, o que configura o assédio vertical descendente; e fontes com prestígio social, participante muito específico da prática jornalística, que, por serem pessoas influentes, já pressupõem uma relação de hierarquia, ainda que simbólica. O fato de os assediadores serem majoritariamente do sexo masculino deixa explícito o caráter sexista dessa violência, na qual as mulheres são vítimas simplesmente por sua condição de ser mulher.

Inferimos também que eles sentem que podem subjugar as mulheres que estão sob o seu comando ou utilizar sua influência e seu respaldo social com esse mesmo objetivo, em uma expressão do jogo de poder imbricado nessa prática. Esse fato é fundamental para que haja tanta impunidade e para ausência de mecanismos mais eficazes de combate e controle dessa prática, uma vez que a sociedade é guiada por um viés heteronormativo, que é resultado de todo um processo de construção gerido pelos homens. Consequentemente, há o silenciamento e a naturalização do assédio. Portanto, há a necessidade de medidas de conscientização específicas para esse público nas redações, tendo em vista que as duas partes, vítima e agressor, precisam de auxílio para promover uma transformação mais efetiva que acabe com a relação violenta (SAFFIOTI, 2015).

Quando se trata da ocorrência e da materialização do assédio sexual, verificamos que ele acontece em ambientes internos e externos, de forma presencial e por mídias sociais. Internamente, acontece quando colegas de trabalho as assediam durante a rotina de trabalho ou quando as fontes o fazem durante entrevistas ou a produção das matérias, por telefone ou pelas mídias sociais on-line. Externamente, ele acontece quase sempre durante as entrevistas, quando as fontes têm contanto mais próximos com as jornalistas, e em ambientes de festa, que são locais mais descontraídos. Esse dado revela que as mulheres correm risco de assédio em todos os ambientes, interno ou externo, e em todas as etapas de produção da notícia, incluindo a veiculação do material, já que o público também apareceu entre os agentes assediadores, evidenciando o quanto os desafios a serem superados são estruturais. Essa situação pode,

inclusive, interferir na qualidade do trabalho, já que ela precisa pensar o tempo todo em como se esquivar dessa violência.

Um viés ainda pouco discutido e que foi identificado em nosso estudo é que as jornalistas são assediadas também pelas mídias sociais on-line. Nessa modalidade, a violência ocorre principalmente no WhatsApp, seguido do Instagram e do Facebook, e é mais comum que os agressores enviem mensagens privadas via *status* ou *direct*, um resultado proporcionado pelo suporte (POSTMAN, 1994). A utilização dessas ferramentas interfere na forma de manifestação do assédio, levando a entender que as ferramentas digitais ampliaram as possibilidades de ocorrência dessa violência, pois facilitaram as investidas, o que se soma à questão do machismo estrutural que valoriza essa conduta opressora do homem, principal agente dos assédios. Dessa forma, o uso dessas ferramentas vai refletir o que já existe em outras esferas sociais. De qualquer maneira, esse resultado pode ser uma provocação, pois as mesmas ferramentas que são usadas para ampliar essa violência também podem ser usadas para combatê-la, não somente com a divulgação do assunto, o que já vem acontecendo, como apontamos nesta dissertação, mas também para o desenvolvimento de mecanismos de denúncias.

Em relação aos impactos na carreira, eles se mostraram bem preocupantes, já que as mulheres, muitas vezes, são levadas a pedir demissão e a dispensar vagas de trabalho na tentativa de fugir do assédio. Isso acontece porque elas sentem medo de represálias e de serem perseguidas, algo comum nesse cenário que envolve a violência contra as mulheres, em que normalmente as vítimas são julgadas no lugar do agressor, apontadas como as causadoras da violência. Nesse caso, elas acabam sofrendo múltiplas vezes: pelo assédio em si; pelo medo; pelo julgamento social; e pelo dano profissional já que chegam ao ponto de pedir demissão.

O pedido de demissão é uma reação diante do assédio que, apesar de mostrar que elas não estão indiferentes ao assunto, as prejudica e deixa explícito o teto de vidro que constitui o assédio sexual e o quanto são subjugadas. Há outras atitudes, também de caráter mais individual, como evitar as fontes e derrubar as pautas, que trazem prejuízos inclusive para a população, que fica sem ser informada. Se pensarmos que a informação é fundamental para o exercício da cidadania e, conseqüentemente, para o regime democrático, essa é uma consequência bastante significativa. Além dessa atitude de defesa, elas se articulam com os colegas, trocando as pautas ou as matérias e, quando ocupam cargos de chefia, tentam proteger as demais profissionais, o que mostra a existência de solidariedade entre os pares.

A prevalência desse tipo de reação mais individual pode ser um reflexo da percepção da violência de gênero, que tende a ser dessa natureza, somada à ideia generalizada e aceita de sujeição das mulheres, que provoca o entendimento de que elas devem tolerar tal destino (SAFFIOTI, 2015). Contudo, também há falta de canais de denúncia, o que contribui para a invisibilidade do assédio e, conseqüentemente, para a inexistência de debate sobre essa violência. Esse dado aponta ainda para a necessidade da articulação de campanhas educativas para informar as jornalistas das possibilidades de denúncia e dos seus direitos enquanto vítimas para que elas tenham domínio dos instrumentos legais. Há então a necessidade de que as entidades representativas, como sindicatos e associações, ofereçam aparato judicial a essas mulheres, uma vez que, aparentemente, elas se sentem desamparadas, motivo pelo qual não denunciam.

Elas sentem que são só elas e os agressores, os quais, normalmente, são pessoas influentes socialmente ou hierarquicamente superiores. Assim, além da condição de ser mulher, que já representa uma subalternidade determinada por questões socioculturais, essas relações de poder intimidam ainda mais as vítimas e dificultam uma tomada de posição que realmente traga conseqüências punitivas para o agressor. Ademais, a realização de uma denúncia quase sempre é dificultada pelas relações de poder que atravessam a cultura organizacional.

Assim, quando o agente é um chefe ou uma fonte influente ou quando a mulher está em condições de maior dependência do emprego, por exemplo, as possibilidades de denúncia diminuem, pois as mulheres se sentem com menor espaço de reação devido às forças hegemônicas presentes. Conseqüentemente, essa questão não pode ser tratada como um problema individual, já que as forças citadas são resultantes de um problema estrutural.

Além disso, é preciso considerar que essa é uma violência resultante da estrutura de organização de nossa sociedade, de modo que não será resolvida individualmente. Assim sendo, é necessário que haja uma articulação coletiva, inclusive das entidades representativas, como associações, coletivos e sindicatos, para que a temática seja pensada e o assédio seja tratado como um problema social que atinge não só as vítimas, mas a sociedade como um todo. Pensando nisso, a partir dos dados desta pesquisa, foi elaborada uma cartilha que será distribuída para imprensa e instituições, visando chamar atenção para o quanto o assunto é assédio sexual real e que precisa ser debatido.

O resultado deste estudo é preocupante não só devido ao caráter frequente com que o assédio é praticado, mas também pelas conseqüências dessa violência, que afetam desde a rotina de trabalho das mulheres do Jornalismo até a audiência, que sofre com a supressão de

informação. Pesquisar esse tema é uma forma de mostrar que o problema existe, que precisa ser combatido e, conseqüentemente, que é necessário melhorar as condições de trabalho das mulheres.

Além disso, se essa violência acontece internamente no Jornalismo como reflexo das desigualdades sociais de gênero, levando em conta a subjetividade no processo de produção da notícia, assim como a centralidade desse campo na sociedade devido à quantidade de informação que ele faz circular diariamente, cabem os questionamentos: Como as violações de gênero são retratadas nas matérias? Estaríamos reforçando estereótipos e naturalizando a violência em nossas produções? Essas perguntas podem dar origem a outros estudos, pois indicam possíveis desdobramentos do tema, reafirmando que este trabalho não é, nem pretende ser estanque.

REFERÊNCIAS

- ABRAJI. Gênero e Número. **Mulheres no jornalismo Brasileiro**. Relatório, 2017. Disponível em: <<http://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901GNrelatorioV4.pdf>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.
- ABRAJI. **Cartilha sobre medidas legais para a proteção de jornalistas contra ameaças e assédio online**. Disponível em: <https://abraji.org.br/help-desk/cartilha-sobre-medidas-legais-para-a-protecao-de-jornalistas-contrameacas-e-assedio-on-line>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.
- ALEMANY, Carme. Assédio Sexual. In: HIRATA, Helena [et al.] (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- ALMEIDA, Gabriela Cavalcanti Carneiro de. **A mulher na pesquisa em jornalismo**. Dissertação de Mestrado em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.
- ALMEIDA, Rodrigo de Souza. **Doenças Psíquicas decorrente do assédio moral**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3914/1/rodrigodesouzaalmeida.pdf>>. Acesso em: 2 de setembro de 2019.
- DALLEGRAVE NETO, José Afonso. O Assédio Sexual e Moral e a sua Prova na Justiça do Trabalho. **Revista eletrônica Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, PR, v. 2, n. 16, p. 9-28, mar. 2013.
- ALVES, Gilda Ângela, Martins, Cleusa Alves, PINHO, Eurides Santos, TOBIAS Gabriela Camargo. A Teoria Fundamentada em Dados como ferramenta de análise em pesquisa qualitativa. **Atas CIAIQ**, Investigação Qualitativa em Educação, 2017.
- ANDRADE, Cristiane Batista; ASSIS, Simone Gonçalves. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2317-369000012917RBSO>>. Acesso em 20 de junho de 2019.
- ARENDT, Hannah. **On Violence**. New York, Harcourt, Brace & World, 1970
- ARTIGO 19. **Gênero e mídia**: um olhar de gênero para o ambiente de mídia brasileiro. Aplicação dos indicadores de equidade de gênero para mídia da Unesco, 2016.
- AUN, Heloisa. Jornalistas lançam ação contra assédio após demissão de repórter. **Catraca Livre**, 21/06/2016. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/jornalistas-lancam-campanha-contrao-assedio-apos-demissao-de-reporter/>>. Acesso de 9 de setembro de 2020.
- BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. **Jornalismo e feminização da profissão**: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, **Mulheres, Empresas e o Direito**: Uma análise sobre avanços e desafios à participação feminina na economia. Washington, 2019.

BARBERO, Jesús Martín. Dos meios as mediações: introduções. **Matrizes**.v.12. nº 1. São Paulo, 2018.

BARROS, Alice Monteiro de. O assédio sexual no direito do trabalho. **Revista do Tribunal de Trabalho da Terceira Região**, n.º 54, 1995.

BAUER, Martin W. Análise de Conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer, Martin W; Gaskell, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: Um manual prático. Petropolis, RJ : Vozes, 2002

BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques; LIMA, Samuel (Coord.). **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho: síntese dos principais resultados. Florianópolis: UFSC/FENAJ, 2012.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 59, nº 3, 2016.

_____.MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações** – Revista de Ciências Sociais, vol. 20, n. 2, 2015.

BLUMER, Helbert. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. D. **Teoria da comunicação**: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980.

BEAUVOIR, Simone. **Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENEDICTO, Edna Aparecida Ferreira. A mulher e o direito a cidade: assédio sexual x cantadas. **XXIX Simpósio Nacional de História**. Contra os preconceitos: história e democracia. UNB, Brasília, 2017.

BENJAMIN, Ruha. Retomando nosso fôlego: estudos de ciência e tecnologia, teoria racial crítica e a imaginação carcerária. SILVA, Tarcizio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais. Olhares afrodiaspóricos**. SP: LiteraRua, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**: seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **A dominação masculina**. Pierre Kühner. 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Sociologia**. São Paulo :Atica, 1983,

BRASIL, Lei nº 13.718/18, de 24 de setembro de 2018. **Presidência da República**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm> Acesso em 9 de setembro de 2019.

_____. **Decreto de Promulgação n. 1.973**, de 1º de agosto de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm>. Acesso em 9 de setembro de 2019.

_____. **Artigo 216 do Decreto Lei nº 2.848**, de 07 de Dezembro de 1940. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10224.htm> Acesso em 9 de setembro de 2019.

_____. **Decreto Lei nº 5.452**, de 1 de maio de 1943.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: Trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, n.17-18, 2001.

BUENO, Noemi Corrêa. **A (in)visibilidade das mulheres em programas esportivos de TV**: um estudo de casos no Brasil e em Portugal. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bauru, SP, 2018.

BUENO, Thaisa; ALVES, Marcelli; FERREIRA, Fernanda Vasques. Interacionismo Simbólico como ferramenta teórica e metodológica para o estudo no ciberespaço. **Razón y Palabra**, Universidad de los Hemisferios Quito, Ecuador. vol. 21, nº. 96, enero-marzo, 2017, pp. 456-475.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPAGNA, Tatiane Gonsale; KUTZKE, Letícia Paula. Mudanças na rotina profissional de mulheres jornalistas devido ao assédio sexual, verbal e moral. **Paradoxos**. Vol. 4, Número 2, dezembro de 2019.

CAMPAGNOLI, Adriana de Fatima Pilatti Ferreira; MANDALLOZZO, Silvana Souza Netto. Sexo e poder nas relações de emprego: uma breve análise sobre o assédio sexual. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, PR, v. 2, n. 16, p. 148-158, mar. 2013.

CARDOSO, Rafael. Justiça condena radialista por assédio sexual contra profissionais de comunicação no MA. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/12/18/justica-condena-radialista-por-assedio-sexual-contra-profissionais-de-comunicacao-no-maranhao.ghtml>. Acesso em 26/11/2020.

CARNEIRO, Thaynara Leite Freitas. **A identidade profissional dos jovens jornalistas de Imperatriz**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Maranhão, 2020.

CASADEI, Elisa Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. **Revista ALTERJÓR**. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP) Ano 02. Vol. 01. Edição 03. Janeiro-Junho de 2011. Disponível em:

<<http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/viewArticle/aj3-d3>>. Acesso em: 29 de setembro de 2019.

CATRACA LIVRE, Jornalistas esportivas se unem em campanha contra o assédio, 26/03/2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/jornalistas-esportivas-se-unem-em-campanha-contra-o-assedio/>. Acesso em 09 de setembro de 2020.

CERVI, Emerson Urizzi. **Seminário de Pesquisa II**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

COLETIVO de Mulheres Jornalistas do DF lança pesquisa sobre assédio sexual no trabalho. **Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal**, 2019. Disponível em: <<https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/3821-coletivo-de-mulheres-jornalistas-do-df-lanca-pesquisa-sobre-assedio-sexual-no-trabalho>>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

COUTINHO, Iluska. Com telas e afeto: para fazer um telejornal predileto e inclusivo. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville - SC – 2 a 8/09/2018.

DATA FOLHA. **Assédio sexual entre as mulheres**. 29 e 30/11/2017. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/11/bfed1c72cc0eff5f76027203648546c5bbe9923c.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (orgs). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

DEZ, países mais perigosos do mundo para as mulheres. Forbes. 26 de junho de 2018. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2018/06/10-paises-mais-perigosos-do-mundo-para-as-mulheres/>. Acesso em 19 de novembro de 2020.

DIAS, Isabel. Violência contra as mulheres no trabalho: o caso do assédio sexual. **Sociologia, Problemas e Práticas**. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0873-65292008000200002&script=sci_abstract>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

DINIZ, Maria Ilidiana. Assédio moral e sexual como violência sexista no cotidiano das trabalhadoras. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, 2015.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, volume 17, número 49, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

DUARTE, Bento Herculano; SOARES, Fernanda de Carvalho. O assédio moral no ordenamento jurídico brasileiro. **R. Fórum Trabalhista – RFT**. Belo Horizonte, ano 3, n. 11, p. 21-47, mar./abr. 2014. Disponível em: <http://www.editoraforum.com.br/wp->

[content/uploads/2014/06/O-assedio-moral-no-ordenamento-juridico-brasileiro.pdf](#). Acesso em 23 de junho de 2019.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas da pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2014.

FIGARO, Roseli. **O mundo do trabalho das jornalistas**: feminismo e discriminação profissional. SBPjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2013. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/1052/pdf_1>. Acesso em: 08 de janeiro de 2019.

_____. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. **Revista Fronteiras**, maio/agosto 2014.

FRANCO, Maria Laura; PUGLISI, Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2005

FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. v. 41 . n. 2. Abr./Jun. 2001.

FUKUDA, Rachel Franzan. Assédio Sexual: uma releitura a partir das relações de gênero. **Revista Simbiótica** - Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias. Departamento de Ciências Sociais - ES – Brasil. n. 1. 2012. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4512>>. Acesso em: 5 de agosto de 2019.

GADEA, Carlos A. Interacionismo Simbólico e os estudos sobre cultura e poder. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 28. Número 2. Maio/Agosto 2013.

GEHLEN, Marco Antônio; BUENO, Thaísa; SILVA, Vanessa di Paula. Quem somos? O perfil educacional do formado em Jornalismo na UFMA de Imperatriz (MA). **Paradoxo**. vol.3| n°2, Julho – Dezembro, 2018

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GONZALEZ, Lélia. Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Lingüísticos e Políticos da Exploração da Mulher. **8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh**, 5 a 7 de abril de 1979.

GOMES, Romeu. A análise de dados na Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Cecília. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Vozes. Petrópolis, RJ, 1994.

HIGA, Flávio da Costa. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda?. **Revista direito GV**. São Paulo. v. 12 n. 2. Mai-ago, 2016.

HIRATA, Helena. Divisão — relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995.

_____. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero:** divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, n.7, 2015

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

ÍNDIA aprova lei que endurece penas de estupradores. **Exame**, 19 de março de 2013. Disponível em: <https://exame.com/mundo/india-aprova-lei-que-endurece-penas-de-estupradores/>. Acesso em 19 de novembro de 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/panorama>>. Acesso em: 30 de julho de 2020.

_____. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. IBGE. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 26/11/2020.

_____. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2020.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

KIKUTI, Andressa; ROCHA, Paula Melani. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. **SBPJor**– Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi – São Paulo – Novembro de 2018

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Taís de Souza. Cultura do estupro: jornais online e a reprodução da culpabilização da vítima em Rondônia. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, Florianópolis, 2017.

LEITE, Aline Tereza Borghi. **Profissionais da mídia em São Paulo: um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo**. (Tese de doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, 2015.

LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, vol.27. Nº.2, Florianópolis, 2019.

LEWIS, Seth C; ZAMITH Rodrigo; CODDINGTON, Mark. **Online Harassment and Its Implications for the Journalist-Audience Relationship**, Digital Journalism, 2020. Disponível

em: <https://www.rodrigozamith.com/pubs/online-harassment-and-its-implications-for-the-journalist-audience-relationship.pdf>. Acesso em 14 de março de 2021.

LIMA, Daniele Silva; SANTOS, Wyldiany Oliveira dos; TAVARES, Camila Quesada. Relações de gênero na rotina de trabalho de mulheres jornalistas: um estudo de Imperatriz e Balsas, no Maranhão. **Âncora**. Revista Latino-americana de Jornalismo. João Pessoa. Ano 6. vol.6.n.2.jul./dez, 2019.

LIMA, Lorena Lacerda. **WhatsApp Na Rotina Produtiva Do Interior: Um Estudo A Partir Das Perspectivas Dos Jornalistas De Imperatriz (MA) E Araguaína (TO)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Maranhão, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

_____, Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente**. v. 3, n. 2, jan.-jul. 2011

_____, Pedagogias da Sexualidade. In: **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MINELLA, Katherine Maria; BORGES, Maria de Lourdes; KARAWAJCZYK, Tamara Cecília. Gênero na geração y: características das mulheres no ambiente de trabalho. **Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle**. Canoas, v. 2, n. 1, mar. 2013

MAGALHÃES, Maria José. Assédio sexual: um problema de direitos humanos das mulheres. In: Sani, A. I. **Temas de Vitimologia: Realidades Emergentes na Vitimação e Respostas Sociais**. Coimbra: Editora Almedina, 2011.

MARANHÃO, **Lei nº. 10953**, de 19 de novembro de 2018. Disponível em <https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-10953-2018-ma_369665.html>. Acesso em 09 de setembro de 2020.

_____. **Lei nº 11067**, de 15 de julho de 2019. Disponível em <legisweb.com.br/legislacao/?id=379784>. Acesso em 09 de setembro de 2020.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de Pesquisa em Comunicação**: projetos, ideias, prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MASSUCHIN, Michele Goulart; LIMA, Daniele Silva. Quem vai dar visibilidade para a nossa realidade? Diferenças de gênero nas rotinas de produção das empresas de comunicação em Imperatriz (MA) .In: BERTOTTI, Bárbara Mendonça. **Gênero e resistência. Volume 1: memórias do II encontro de pesquisa por/de/sobre mulheres**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Ana Maria. **Feminização do Jornalismo e desigualdades de gênero no exercício da profissão em Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2018.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. **XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019.

MORAIS, Ana Maria de; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Feminização e relações de gênero no jornalismo goiano. **Alcar**, junho de 2016.

MORAIS, William Castro. O perfil do jornalista de Imperatriz nas emissoras de televisão, rádio e jornal impresso. In: BRITO, Nayane; REIS, Rodrigo Nascimento; PINHEIRO, Roseane Arcanjo; REIS, Thays Assunção. **Jornalismo, mídia e sociedade**: as experiências na região tocantina. EDUFMA, 2017.

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade e virilidade. In: HIRATA, Helena [et al] (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MUZART, ZahidéLupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Estudos Feministas**, volume 11, número 01, Florianópolis, 2003.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; Bernardo J, OLIVEIRA. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos Pagu**, julho-dezembro, 2007.

NEVES, Magda de Almeida. Anotações sobre Gênero. **Cadernos de Pesquisa**. v.43. n.149.maio/ago. 2013.pp.404-421

NEVEU, Érik. Sociologia do Jornalismo. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

NUNES, Maria Terezinha; REGO, Andrea de Castro Souza. **Assédio Moral e Sexual**. Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Senado Federal, 2011. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/509899>. Acesso em 23 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**. Ed.4. UNOESTE, 2008.

PEDRO, Joana. O feminismo de Segunda Onda. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org). **História das Mulheres no Brasil**. Editora Contexto, 2012

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 32. set./dez. 2015.p. 337 – 356.

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: Contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade 2**, *Cadernos do Noroeste*, Série Comunicação, Vol. 14, 2000.

PONTES, Felipe Simão. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. **E-compós**: Brasília v.20, n.1, jan./abr. 2017.

PORTELA, Monique Ryba. **Percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em Curitiba**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/56614>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004

RADIALISTA Acusado de pedofilia é posto em liberdade. **Imirante**, 2017. Disponível em: <https://imirante.com/imperatriz/noticias/2017/11/18/radialista-acusado-de-pedofilia-e-colocado-em-liberdade.shtml>. Acesso em 26/11/2020.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais**: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

ROCHA, Paula Melani. Mulher Jornalista: Relações Pessoais e Familiares. **Comunicação e Cidadania**, n.1, 2007.

_____. **As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo: O Processo de Profissionalização e Feminização da Carreira**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Carlos, 2004.

ROCHA, Paula Melani; SOUSA, Jorge Pedro. O mercado de trabalho feminino em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil. **Impulso**, Piracicaba, jan.-jun. 2011.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. O processo de feminização do jornalismo: da invisibilidade às mudanças no mercado profissional. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

RODRIGUES, Bruna. "Meu Corpo, Minhas Regras": Direito ao Corpo e Narrativas Feministas nas Redes Sociais. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, 2011.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____, ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

SANTOS, Marli dos; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. **C&S – São Bernardo do Campo**, v. 38, n. 3, p. 35-58, set./dez. 2016.

SARCEY, Michèle Riort. In: HIRATA, Helena [et al] (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SCOTT, Judith. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEIXAS, Lia. Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos. **Galáxia**. São Paulo (online), n. 25, p. 165-179, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/gal/v13n25/v13n25a14.pdf>. Acesso em: 01 de agosto de 2020.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVEIRINHA, Maria João; SIMÕES, Rita Basílio de. As mulheres tentam compensar. o verbo ‘compensar’ é terrível, não é? Gênero e jornalismo em tempos de mudança. **Ex æquo**, n.º 33, 2016.

SOUZA, Maria Rodrigues Clarice de. **Violência contra mulheres**: uma questão de gênero – Montes Claros 1985-1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2009.

STUART MILL, John. A sujeição das mulheres. **Gênero**. Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006

STF proíbe uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio. **STF**, 2021. Disponível em:

<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462336&ori=1>. Acesso em 16 de março de 2021.

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis, Combook, 2011.

TEIXEIRA, Simone Andrade; FERREIRA, Sílvia Lúcia. Direitos sexuais E direitos reprodutivos. Teoria e práxis de feministas acadêmicas. In: BONNETI, Alinne, LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de (Org). **Gêneros, Mulheres e Feminismos**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2011.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (Org). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; TUZZO, Simone Antoniacci. A entrevista como método de pesquisa qualitativa: uma Leitura Crítica das memórias dos jornalistas. **6º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**, 2017.

THOMÉ, Candy Florencio; SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Desigualdade em razão de gênero e divisão sexual do trabalho: suas consequências sobre a saúde das trabalhadoras. **Revista Direitos Humanos Fundamentais**, Osasco, jul-dez, 2015.

TIMM, Flávia Bascunan. A violência contra mulheres. In: JUNIOR, José Geraldo de Sousa; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da (Org). **O Direito Achado na Rua, vol. 5. Introdução Crítica ao Direito das Mulheres**. Brasília : CEAD, FUB, 2011.

TOLEDO, Cecília. A mulher no mundo do mercado. In: **O gênero nos une, a classe nos divide**. Marxismo e Opressão. 2a Edição. Sundermann. São Paulo. 2008

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. A tribo Jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Volume 2. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. La objetividad como ritual estratégico: un análisis de las nociones de objetividad de los periodistas. *CIC. Cuadernos De Información Y Comunicación*, (4), 199.1998.

TUZZO, Simone Antoniacci; MAINIERI, Tiago. Pesquisa empírica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas: proposta metodológica e olhar sobre a prática de assessorias de Comunicação em Goiás. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.34, n.1, p. 233-252, jan./jun. 2011.

VEIGA, Marcia. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 9, n.2, 2012.

VELOSO, Ana; MESQUITA, Giovana; ALBUQUERQUE, Rayanne. A reprodução da divisão sexual de trabalho nos grupos de mídia: breve análise da situação profissional das mulheres no jornalismo. **Âncora**. Revista Latino-americana de Jornalismo. João Pessoa, ano 6. vol.6. n.2, jul./dez. 2019.

ANEXOS

Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1DVhVP9sNytXJyEUbhZaJbo0PdnYshXJz/view?usp=sharing>